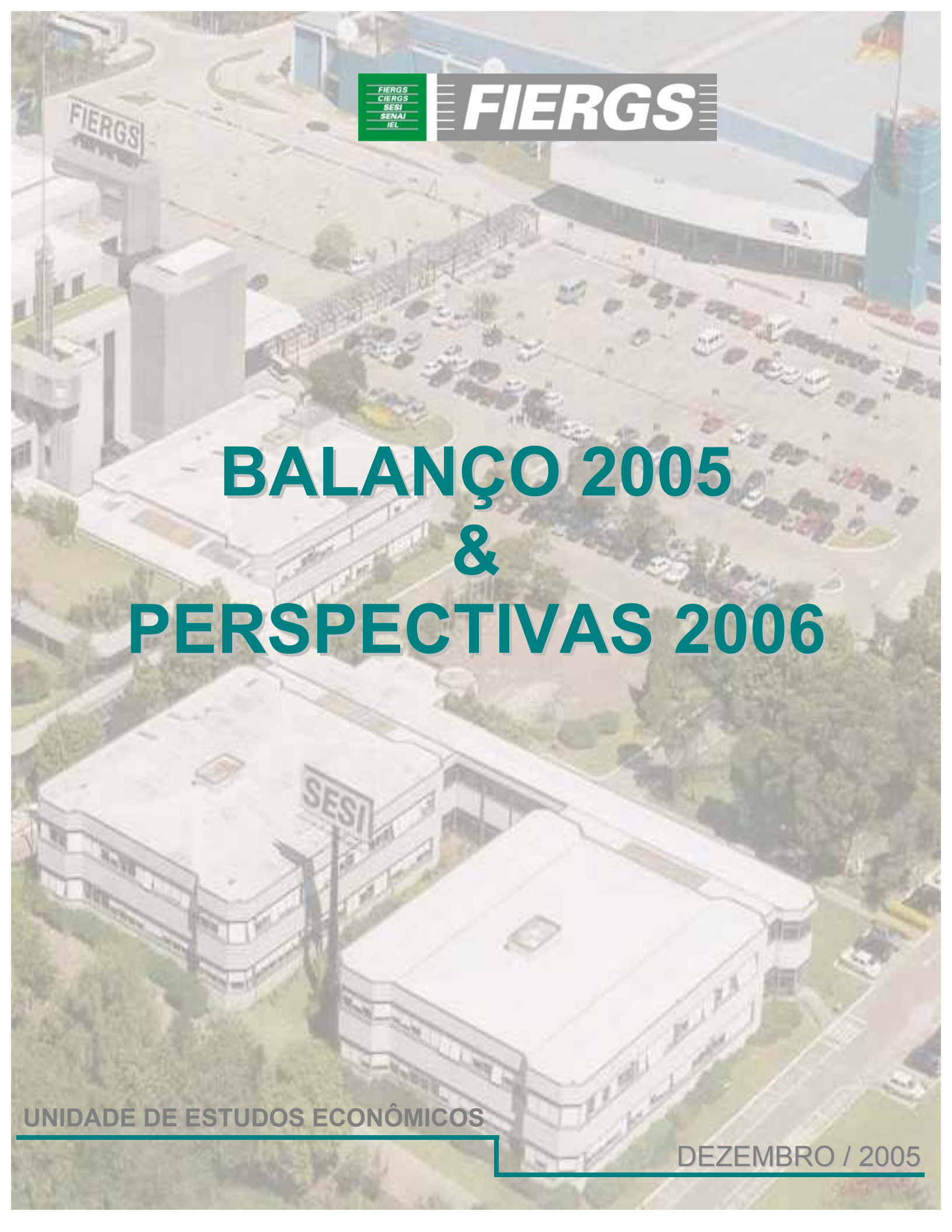




FIERGS
CIEFES
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

BALANÇO 2005 & PERSPECTIVAS 2006

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO / 2005

<u>Cenário Macroeconômico MUNDIAL 2002-2006</u>	3
<u>Cenário Macroeconômico BRASIL 2002-2006</u>	4
<u>Cenário Macroeconômico do RIO GRANDE DO SUL 2002-2006</u>	5
<u>Sumário Executivo</u>	6
<u>CENÁRIOS</u>	8
<u>Cenário I: COERÊNCIA MACROECONÔMICA</u>	8
<u>Cenário II: ROMPIMENTO MACROECONÔMICO</u>	8
<u>1. CENÁRIO INTERNACIONAL</u>	10
<u>2. CENÁRIO NACIONAL</u>	15
<u>2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO</u>	15
<u>2.2 POLÍTICA MONETÁRIA</u>	23
<u>2.3 NÍVEL DE ATIVIDADE INDUSTRIAL</u>	31
<u>2.4 MERCADO DE TRABALHO</u>	36
<u>2.5 SETOR EXTERNO</u>	50
<u>2.6 SETOR PÚBLICO</u>	56
<u>3. CENÁRIO REGIONAL</u>	62
<u>3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO</u>	62
<u>3.2 NÍVEL DE ATIVIDADE INDUSTRIAL</u>	74
<u>3.3 MERCADO DE TRABALHO</u>	89
<u>3.4 SETOR EXTERNO</u>	103
<u>3.5 SETOR PÚBLICO</u>	111
<u>4. TÓPICO ESPECIAL – Para Onde vai o Câmbio?</u>	120

Cenário Macroeconômico MUNDIAL 2002-2006

INDICADORES	2002	2003	2004	2005*	2006*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)					
EUA	1,6	2,7	4,2	3,5	3,3
Japão	-0,3	1,4	2,7	2,0	2,0
Zona do Euro	0,9	0,7	2,0	1,2	1,8
Europa Leste e Central	4,4	4,6	6,5	4,3	4,6
Reino Unido	2,0	2,5	3,2	1,9	2,2
Ásia (exceto Japão)	5,3	3,1	5,6	4,0	4,7
Argentina	-10,9	8,8	9,0	7,5	4,2
Brasil	1,9	0,5	4,9	3,3	3,5
Chile	2,2	3,7	6,1	5,9	5,8
México	0,8	1,4	4,4	3	3,5
Mundo	3,0	4,0	5,1	4,3	4,3
Inflação (% a.a.)					
EUA	1,6	2,3	2,7	3,1	2,8
Japão	-1,0	-0,2	0,0	-0,4	-0,1
Zona do Euro	2,3	2,1	2,1	2,1	1,8
Europa Leste e Central	14,7	9,2	6,5	4,8	4,3
Reino Unido	1,3	1,4	1,3	2,0	1,9
Ásia (exceto Japão)	1,0	1,5	2,4	2,2	2,3
Argentina	25,9	13,4	4,4	9,5	10,4
Brasil	8,4	14,8	6,6	6,8	4,6
Chile	2,5	2,8	1,1	2,9	3,3
México	5	4,5	4,7	4,3	3,6
Mundo	3,4	3,7	3,7	3,9	3,7

Fonte: FMI / *Projeções World Economic Outlook - FMI

Cenário Macroeconômico BRASIL 2002-2006

INDICADORES	2002	2003	2004	2005*	2006	
					Cenário I	Cenário II
Inflação (% a.a.)						
IGP-DI	26,41	7,70	12,10	1,45	4,80	7,00
IPA – Agrícola	47,31	4,55	2,66	(6,30)	3,10	5,10
IPA – Indústria	30,93	6,90	19,50	1,50	4,70	6,70
INPC	14,74	10,40	6,10	4,95	4,60	6,20
IPCA	12,50	9,30	7,50	5,60	4,55	6,50
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.						
Total	1,93	0,54	4,90	2,60	3,54	2,63
Agropecuária	5,54	4,50	5,30	2,23	4,24	3,66
Industrial	2,57	0,10	6,20	3,27	4,54	3,34
Serviços	1,62	0,60	3,30	1,97	2,41	1,72
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões) ¹						
Total	1.346,0	1.556,0	1.766,6	1.812,6	1.829,2	1.813,1
Agropecuária	104,0	138,0	159,6	163,2	166,4	165,5
Industrial	459,0	540,0	615,7	635,9	643,7	636,3
Serviços	710,0	791,0	879,4	896,7	900,6	894,5
Mercado de Trabalho						
Empregos Gerados – Mercado Formal						
Total da Economia (em mil)	762,47	645,56	1.523,28	1.253,80	1.433,64	1.347,62
Agropecuária (em mil)	37,50	68,56	66,33	(75,68)	29,24	27,48
Indústria (em mil)	152,53	86,27	562,00	295,36	317,28	298,25
Serviços (em mil)	572,43	490,73	894,95	1.034,12	1.087,12	1.021,89
Setor Externo (US\$ Milhões)						
Exportações	60.362	73.084	96.475	116.500	124.700	126.400
Importações	47.240	48.290	62.782	75.400	89.700	88.200
Balança Comercial	13.122	24.824	33.666	41.100	35.000	38.200
Transações Correntes	(7.636)	4.177	11.645	12.300	2.200	7.100
Investimento Estrangeiro Direto	16.590	10.143	18.165	15.700	12.900	9.600
Moeda e Juros (% a.a.)						
Juros Nominais – Selic - Média do ano	19,00	23,30	16,20	19,15	16,30	17,00
Juros Nominais – Selic - Final do ano	22,00	16,50	17,75	18,00	15,50	18,00
Juros Reais – deflacionado pelo IPCA	5,80	12,80	8,04	12,90	11,30	10,00
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%)	52,16	(18,20)	(4,82)	(16,81)	(1,61)	9,50
Taxa de Câmbio – Média do Ano	2,90	3,07	2,92	2,43	2,39	2,66
Setor Público						
Resultado Primário (% PIB)	3,89	4,37	4,59	4,80	4,25	4,00
Resultado Nominal (% PIB)	(4,58)	(5,22)	(2,67)	(2,90)	(2,85)	(3,40)
Pagamento de Juros Nominais (% PIB)	8,47	9,58	7,26	7,70	7,10	7,40
Dívida Líq. do Setor Público – BR (% do PIB)	55,50	58,70	51,70	51,60	50,70	52,30

¹ Preços Constantes; Usando deflator do PIB.

*Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

Cenário Macroeconômico do RIO GRANDE DO SUL

2002-2006

INDICADORES	2003	2004	2005*	2006	
				Cenário I	Cenário II
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.					
Total	4,8	3,6	-1,6	3,4	2,5
Agropecuária	21,1	-1,3	-6,0	4,2	3,0
Industrial	2,2	6,6	-2,7	4,4	3,4
Serviços	1,2	2,7	1,4	2,1	1,3
Empregos Gerados – Mercado Formal					
Total da Economia (em mil)	47,7	116,8	29,8	69,6	64,1
Agropecuária	2,3	2,3	(5,2)	1,2	1,1
Industria	15,9	58,3	(14,9)	15,7	14,5
Serviços	29,4	56,2	49,9	52,7	48,5
Setor Externo (US\$ Milhões)					
Exportações	8.013	9.879	10.200	10.800	11.600
Importações	4.189	5.293	6.500	7.700	7.200
Balança Comercial	3.824	4.586	3.700	3.100	4.400
Setor Público					
ICMS (R\$ milhões)	8.988	9.638	11.450	12.570	12.180
Índice de Desempenho da Indústria					
Produção Industrial IBGE	-0,3	6,4	-3,5	5,8	4,4
Vendas Industriais - IDI/RS	-2,6	5,9	-8,9	6,2	5,7
Indústria Transformação - IDI/RS	2,3	8,9	-3,7	4,8	3,9
Metalúrgica	-10,4	6,2	-3,0	6,3	5,8
Mecânica	15,8	9,0	-8,2	5,5	3,2
Máquinas Agrícolas	28,3	12,8	-13,2	8,3	5,2
Material Elétrico	9,7	12,4	-5,2	4,5	3,9
Material de Transporte	1,5	16,8	2,3	4,2	3,4
Mobiliário	-4,2	11,4	-3,6	3,9	2,7
Borracha	16,1	27,8	1,7	6,5	4,8
Couros e Peles	-1,2	7,0	-6,5	3,2	1,8
Química	16,6	17,7	3,9	3,1	2,4
Vestuário e Calçados	-0,2	4,0	-7,3	3,5	2,4
Calçados	-0,9	3,5	-8,6	2,4	2,2
Produtos Alimentares	-4,5	9,2	13,4	6,1	5,2
Bebidas	0,1	3,9	6,8	9,8	8,1
Editorial e Gráfica	-6,3	1,6	0,3	11,2	9,1
Têxtil	14,6	10,6	11,0	8,5	7,1
Madeira	-4,7	-3,7	-0,4	2,8	1,4

*Previsão Unidade de Estudos Econômicos FIERGS

O cenário internacional nos dois últimos anos foi muito favorável à economia brasileira. Na esteira do aumento da renda mundial, as transações comerciais ampliaram-se de forma significativa, abrindo novas oportunidades em diferentes mercados, com reflexos positivos sobre a liquidez de capitais. Vale ressaltar que esse é justamente o fator de equilíbrio e impulso mais importante no processo de aumento dos investimentos e redução do risco nos países emergentes e, dentre esses, no Brasil.

Em meio a esse processo, as contas externas do país continuaram a produzir resultados positivos, com ampliação do superávit comercial e redução da necessidade de financiamento das contas externas. Como resultado, a taxa de câmbio apresentou, durante todo o ano, intenso processo de apreciação, mesmo diante de intempéries no cenário político interno e do processo de elevação da taxa de juros nos EUA.

É importante lembrar que, boa parte do processo de atração de capitais para o país deve-se à manutenção de um diferencial de juros interno e externo bastante elevado que incentivou os investidores a comprarem títulos brasileiros. Se, por um lado, o aperto monetário implementado pelo Banco Central ao longo do ano contribuiu para manter o real apreciado e, com isso, a inflação perto da meta, por outro deverá resultar em um crescimento econômico menor. Nesse caso, o ano de 2005 termina com o sentimento de que o país poderia ter avançado mais, tanto em termos de produção como de reformas estruturais. As últimas, vale salientar, devem nortear o debate político do próximo ano, trazendo reflexos sobre o comportamento dos investidores e consumidores.

Devido ao fato de ser um ano eleitoral, torna-se imprescindível incorporar aspectos políticos na determinação dos cenários esperados para o ano de 2006. Infelizmente, o Brasil ainda não se encontra por completo livre dos impactos negativos do ciclo político sobre o econômico, que não se restringem a questões de gastos públicos que deverão impulsionar a economia, mas sim, de um projeto de governo que tenha como coluna central propostas populistas.

É nesse sentido que diferenciamos os dois cenários traçados para o próximo ano, em que a proposta de governo que tem a maioria da aprovação dos eleitores e que segue a mesma linha experimentada em anos anteriores, deverá oferecer os menores riscos de desequilíbrio macroeconômico. Esse é o ponto central daquilo que determinamos de cenário básico. Salienta-se nesse debate a necessidade de complementar os resultados da política econômica com o aprofundamento de reformas estruturais importantes, como a trabalhista, previdenciária, política e tributária.

Porém, o discurso populista, independentemente do candidato, pode vir a ganhar maior apelo popular, principalmente diante de resultados de crescimento econômico para o país que permanecem aquém do presenciado por nossos concorrentes no cenário internacional. É nesse caso que colocamos a probabilidade de se ter maiores riscos no campo econômico, derivados do ambiente político, o que caracterizaria maior oscilação das variáveis macroeconômicas, com diversas semelhanças ao que se presenciou no ano de 2002. Apesar de possível, admite-se uma menor probabilidade de ocorrência deste cenário alternativo.

Vale destacar que, mesmo diante de um ano eleitoral, o país encontra todos os elementos favoráveis para dar continuidade ao processo de crescimento econômico, porém menor do que o necessário e do que deve ser verificado em outros países emergentes, mas

o possível dentro de uma estrutura produtiva que é penalizada com carga tributária e juros elevados.

Apesar da expectativa de manutenção de um preço do petróleo em patamares elevados durante boa parte do ano de 2006, fruto de um aumento da demanda mais acentuado do que a capacidade de aumento da oferta e também dos juros elevados, o excesso de liquidez internacional deverá ser elemento-chave para a manutenção do apetite de investidores para países do bloco dos emergentes. Sendo assim, o Brasil deverá encontrar não apenas as condições financeiras positivas para o financiamento do balanço de pagamentos, como também uma demanda por exportações aquecida.

Apesar disso, acreditamos que as vendas externas devem crescer menos no próximo ano do que o verificado em 2005 o que, conjugado com uma expansão mais acentuada das importações, resultará em superávit comercial menor. Um aumento da demanda por dólares, frente a uma oferta menor, poderá contribuir para um cenário de câmbio em torno de R\$ 2,5 ao final de 2006, a vigorar o cenário básico apontado anteriormente.

No mercado interno, o processo de redução na meta *Selic* deverá durar até meados do ano, quando então se espera que a taxa chegue a cerca de 14,5%, o suficiente para garantir uma inflação em torno de 4,55% e menor déficit nominal para o setor público. Apesar de baixa em termos relativos, esse patamar de juros deverá limitar o crescimento da economia, onde projetamos um intervalo entre 2,6% e 3,54%. Como pode ser visto, a previsão é de que o país cresça independentemente do cenário político traçado. De fato, a ocorrência do cenário político de rompimento, conjugado com *stress* no mercado cambial e de juros, só deverá produzir impactos negativos no lado real da economia a partir de 2007, dado o período projetado de defasagem que ocorre na verificação dessa e as modificações nas variáveis financeiras.

Para o Rio Grande do Sul, o ano de 2006 deverá ser bem mais positivo do que o cenário presenciado em 2005, dado que se projeta uma recuperação do setor agropecuário e da indústria. Apesar de ambos contarem com baixa base de comparação, a agricultura terá a oportunidade de superar as dificuldades presenciadas em um ano difícil, assolado pela seca. Já na indústria, a previsão de redução nos juros deverá resultar em uma maior demanda por bens de capital, segmento importante para a matriz industrial do Estado. Pelo lado das exportações, a despeito de se prever um câmbio um pouco mais desvalorizado para os próximos meses, mesmo diante de um cenário sem *stress*, as exportações devem crescer, na esteira de uma demanda internacional aquecida.

Como pode ser visto, nossa expectativa é de que tanto o país quanto o Rio Grande do Sul deverão crescer no ano de 2006. É importante ressaltar, todavia, que a baixa performance dessas duas economias deixa claro que se aproxima cada vez mais o momento em que será necessário o setor público promover uma agenda fiscal. Essa deve ter como objetivo adequar as despesas à receita, e não o contrário, como tem sido feito nos últimos anos. Somente assim poderemos recuperar a capacidade de crescimento verificada em décadas anteriores.

CENÁRIOS

Os cenários econômicos que baseiam nossas previsões para a economia brasileira e gaúcha no ano de 2006 contam, ambos, com a possibilidade de crescimento do PIB. Porém, ainda deverão persistir incertezas no cenário internacional; o processo de ajuste dos déficits gêmeos americanos, a evolução do preço do petróleo frente a um aumento da demanda mais forte do que a capacidade de produção; os impactos inflacionários da elevação do preço desta *commodity*, em especial nos EUA, Europa e China; a resposta de política monetária que os principais Bancos Centrais deverão dar a este aumento dos preços e os impactos dos juros sobre o mercado de consumo, em destaque o segmento imobiliário nos EUA, onde se configura a existência de um desequilíbrio entre ativos e passivos das famílias.

Apesar desses riscos associados à economia internacional, vale destacar que as projeções são de que ainda ocorra um crescimento do PIB nas principais economias, que é suficiente para manter aquecida a demanda por exportações brasileiras e o fluxo de capitais para investimento em países emergentes.

Cenário I: COERÊNCIA MACROECONÔMICA

Nesse aspecto, as maiores preocupações passam a se dar no ambiente interno, palco de uma corrida eleitoral, em que o risco estaria associado à condução da política econômica, e não ligado a nomes ou partido dos candidatos. Ou seja, o que fundamentalmente diferencia o cenário um do alternativo é a bandeira em defesa dos pilares de sustentação da economia: superávit primário, metas de inflação e câmbio flexível.

No cenário básico, em que acreditamos haver as maiores probabilidades de ocorrência, o risco eleitoral é mitigado com uma convergência para a defesa da manutenção desta política econômica, o que não elimina o surgimento de propostas que complementem sem, no entanto, modificar esta proposta básica. Neste caso, as variáveis econômicas de resposta mais rápida, como o câmbio, a inflação e os juros, devem se comportar dentro de um ambiente de baixa volatilidade e a economia brasileira não apresenta sobressaltos, como foi presenciado em 2002. Dada a dificuldade em se concluir um acordo sobre os principais pontos de reformas estruturais no país, como a previdenciária, tributária e trabalhista, tanto devido ao desgaste político quanto ao tempo hábil para a sua implementação, em ambos os cenários propostos não cogitamos esta hipótese. Destaca-se que esses pontos podem mudar o PIB potencial do país no longo prazo e não devem comprometer o crescimento econômico quando analisado do ponto de vista de 2006.

Cenário II: ROMPIMENTO MACROECONÔMICO

Os riscos assumidos no âmbito externo não serão determinantes para diferenciar os dois cenários aqui traçados, pois a expectativa é ausência de choques na economia internacional. Assim, o aspecto importante a ser considerado na determinação do segundo cenário, que tem menor probabilidade de ocorrência é que durante a corrida eleitoral ocorra uma bipolarização do debate em torno da política econômica, com reflexos negativos sobre o cenário macroeconômico.

Dado que a disputa eleitoral, do ponto de vista econômico, deve iniciar-se por volta do mês de abril, esses efeitos só deverão produzir impactos sobre o lado real da economia a partir de 2007. Em um primeiro momento, as variáveis mais sensíveis à conjuntura econômica, como o câmbio, a inflação e a taxa de juros, reagem a este cenário negativo de forma mais imediata. Desta forma, há o risco de uma desvalorização um pouco maior da taxa de câmbio, com reflexos negativos sobre os índices de preços no atacado, em um primeiro momento para, em seguida, ocorrer um *pass-through* para os preços ao consumidor. Como resposta a esta mudança, o Banco Central pode rever a sua política monetária, interrompendo-a e até a revertendo, caso ocorra uma maior deterioração destas variáveis. Dado a defasagem temporal que existe para que a desvalorização do câmbio e o aperto monetário produzam reflexos negativos sobre a economia, as reações dos consumidores e de produtores irão se deteriorar a partir do último trimestre do ano, com 2007 concentrando os maiores impactos.

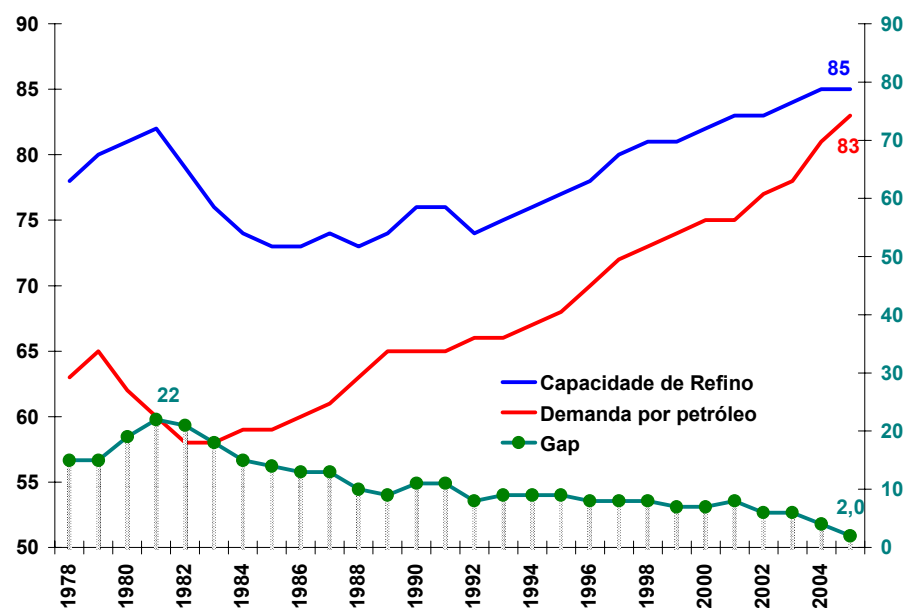
1. CENÁRIO INTERNACIONAL

Apesar do elevado preço do petróleo e do desequilíbrio das contas externas de diversas economias desenvolvidas, a taxa de crescimento do PIB mundial foi elevada, contribuindo para manter aquecido o preço de diversas commodities no cenário internacional em 2006. As perspectivas para 2006 são de manutenção desta taxa de crescimento, mesmo diante dos riscos associados, em especial no ambiente financeiro.

O desempenho econômico dos principais países no quadro mundial deverá ser positivo neste ano de 2005, ficando pouco abaixo do verificado no ano passado. Porém, alguns elementos importantes sobre a conjuntura externa têm sido fonte de preocupação para analistas de mercado e investidores, da mesma forma que são matérias presentes nas reuniões e relatórios de Bancos Centrais e organismos internacionais, não sendo afastados por completo das projeções.

Em primeiro lugar, destaca-se o comportamento do **preço do petróleo**. Do lado da demanda, a pressão vem do bom desempenho das economias asiática e americana; pelo lado da oferta, há a baixa taxa de crescimento da produção aliada a uma desaceleração na taxa de crescimento da capacidade instalada de refino.

PRODUÇÃO E DEMANDA POR PETRÓLEO NO MUNDO
(em milhões de barris/dia)



Fonte: FMI

Para se ter uma idéia da redução deste *gap* entre oferta e demanda, basta compararmos a situação de mercado durante o segundo choque do petróleo, ao final da década de 1970. Àquele momento, a capacidade superava em cerca de 22 milhões de barris/dia a demanda e, mesmo assim, assistimos a uma evolução acentuada dos preços da

commodity no mercado internacional. Atualmente, este diferencial encontra-se em apenas 2 milhões de barris/dia, e - o que mais preocupa -, com tendência de diminuição.

Não é por menos que temos visto uma evolução continuada do preço do petróleo. Entre 1999 e meados de 2003, o preço médio do petróleo tipo *Brent*, situava-se em US\$ 28/barril. Com dois anos de crescimento forte, sem o devido acompanhamento da capacidade de oferta, os preços passaram para uma média de US\$ 63/barril, um aumento de cerca de 81%.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO (tipo *Brent* em US\$/barril)

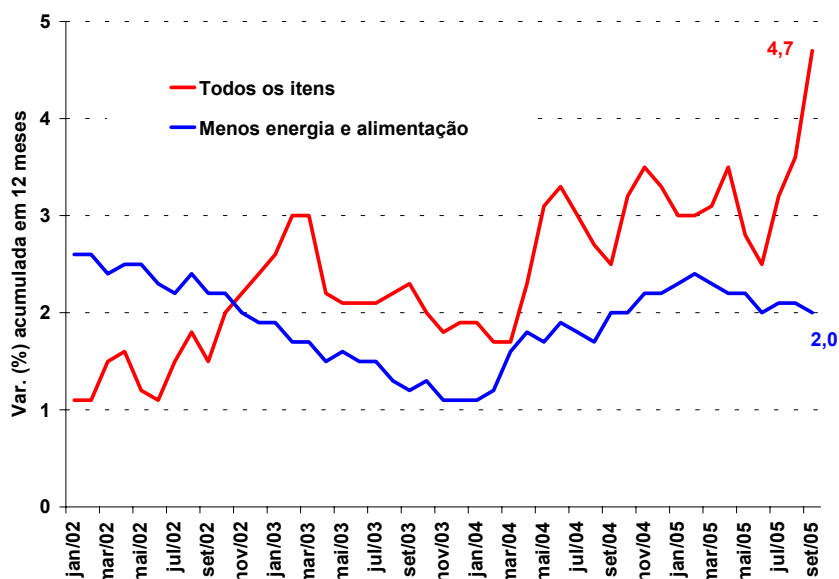


Fonte: EIA

Há diversos aspectos a serem considerados em um cenário internacional com uma elevação acentuada do preço do petróleo. Em primeiro lugar, é preciso dividir os países entre os que são exportadores líquidos dos que são importadores líquidos. No primeiro grupo podemos destacar a forte presença da Rússia, Venezuela e Arábia Saudita, ao passo que dentre os importadores líquidos estão China, EUA e Japão. Em segundo lugar, destacam-se os impactos que o aumento do preço do petróleo tem sobre os custos de produção e comercialização, afetando direta e indiretamente o comportamento dos consumidores.

Neste caso, a preocupação maior das autoridades monetárias é com os riscos inflacionários. Com a alta do preço do petróleo, a gasolina e seus derivados tiveram um forte aumento na cesta de gasto dos consumidores americanos, a ponto de colocar a inflação em um dos maiores níveis desde 1995. Como pode ser visto no gráfico, o índice de preço ao consumidor (CPI), quando medido para todos os itens de consumo, apresenta uma variação de 4,7% no acumulado em 12 meses terminados em setembro último.

COMPORTAMENTO DOS ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR NOS EUA (variação % acumulada em 12 meses)



Fonte: Bureau of Labor Statistics.

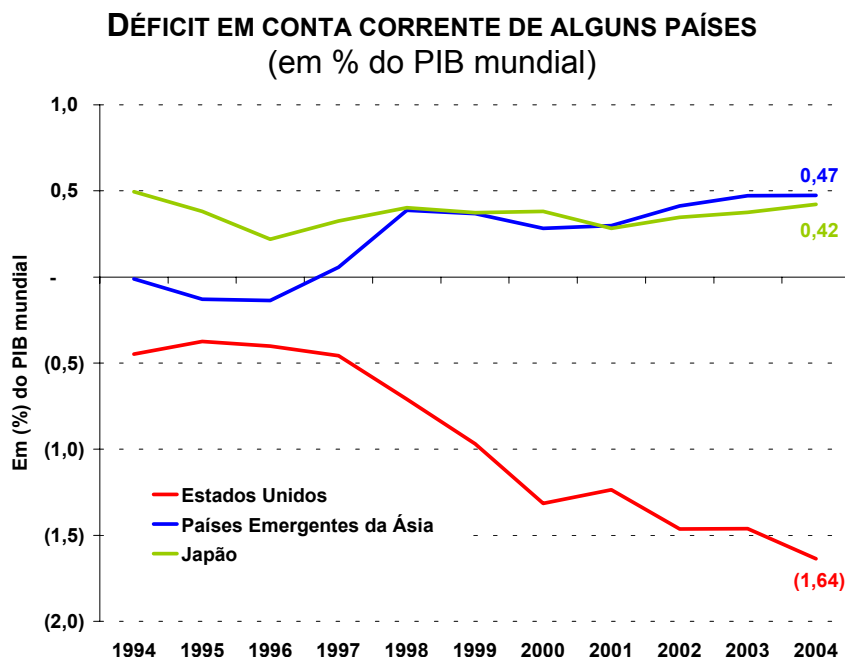
Quando se excluem desta análise os itens de alimentação e de energia, que são mais voláteis, o cenário de evolução de preços ao consumidor é diferente, e a inflação acumulada em 12 meses cai para apenas 2%. Um ponto a destacar nesta comparação, além da variação percentual, é a tendência de evolução dos preços. Enquanto no índice cheio é possível notar uma forte tendência crescente nos últimos quatro meses, no núcleo de inflação (nome dado para o índice que exclui a influência do preço dos alimentos e da energia), a tendência é de uma ligeira queda, com o indicador permanecendo dentro de um intervalo entre 2 e 3%.

O comportamento dos consumidores frente a este cenário parece não ter se modificado nos últimos meses. Devido ao fato da política monetária nos EUA ter sido expansiva, a demanda das famílias continuou aquecida, contribuindo para a criação de uma nova fonte de risco a ser enfrentada nos próximos anos, a evolução do **preço dos imóveis** (sobre este assunto ver o Box.).

Ainda pelo lado da demanda, a política fiscal expansionista do governo americano, que tem produzido déficits fiscais da ordem de 5% do PIB, contribuiu para ampliar um outro déficit que coloca em risco a estabilidade econômica mundial, o déficit em conta corrente. Os **déficits gêmeos**¹ nos EUA têm sido fonte incessante de debates sobre os riscos internacionais. Para se ter uma idéia da dimensão deste cenário, estes déficits são equivalentes aos superávits observados em outras economias.

Ou seja, somando-se os superávits, em relação ao PIB mundial, do Japão, da região do Euro, dos países nórdicos, da Ásia emergente e dos países exportadores de petróleo, temos 1,7% do PIB mundial, ao passo que o déficit em conta corrente nos EUA encontra-se em 1,6% do PIB mundial.

¹ Déficit Público e em Transações Correntes



Fonte: FMI

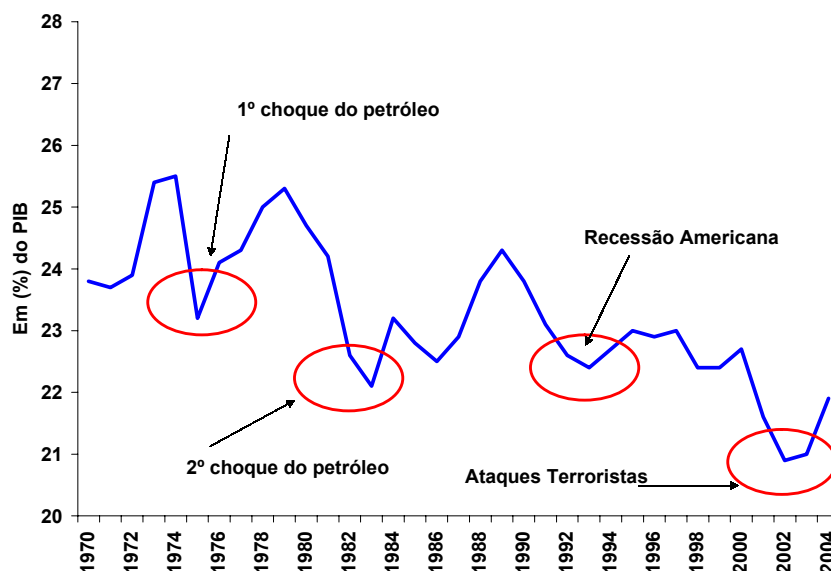
Até o momento, o financiamento destes déficits tem ocorrido com o apetite dos Bancos Centrais asiáticos pelos títulos do governo americano. Porém, o cenário de déficits gêmeos não se sustenta no longo prazo, e este tem sido um dos principais fatores a justificar a desvalorização do dólar frente às principais moedas internacionais nos últimos anos.

O aperto monetário que o Banco Central americano tem adotado nos últimos meses é a resposta a este cenário de risco. Na medida em que o **aumento de juros** pode impedir uma escalada de preços, também tem o poder de afetar a produção e os empregos, o que aumenta os riscos de se gerar desequilíbrios macroeconômicos. A dificuldade em acertar a dose certa de aperto monetário é um dos elementos de risco adicionais no ambiente internacional. Entre o mínimo e o máximo de aperto que a economia sustenta, o FED aposta no remédio lento e gradual, que já escalou 12 degraus, entre a taxa de 1% em junho de 2004 e a última decisão, que colocou a taxa básica em 4% ao ano.

Por enquanto, a economia internacional parece dar sinais de conviver com este cenário no curto prazo. As expectativas apontam para mais três aumentos nos juros nos EUA da ordem de 0,25 ponto percentual, e aí permanecendo por cerca de sete meses até, então, iniciar uma nova trajetória de queda.

A boa notícia no cenário internacional são os dados de investimento. Como pode ser visto no gráfico a seguir, apesar de estarmos no menor patamar de investimentos dos últimos 35 anos, este apresenta tendência de aumento, como resultado de um aumento da liquidez internacional após os atentados terroristas do ano 2001. Mesmo assim, seria necessário aumentarmos em cerca de 2 pontos percentuais do PIB este investimento para atingirmos o mesmo patamar do início da década de noventa, recuperação difícil de se acreditar em um cenário de aperto monetário.

INVESTIMENTO MUNDIAL (% DO PIB)



Fonte: FMI

Apesar dos riscos apontados, o último relatório do FMI traz **projeções** de crescimento do PIB para as principais economias mundiais, com destaque para os países asiáticos, com a recuperação do Japão. Este cenário permitirá não apenas a manutenção de um fluxo positivo de capitais para países emergentes, como o Brasil, mas também, manterá aquecida a demanda por exportações brasileiras. Vale ressaltar que este crescimento não elimina os riscos anteriormente citados, apenas há uma convivência pacífica, dentro das atuais hipóteses adotadas.

CENÁRIO MACROECONÔMICO INTERNACIONAL
(variação %)

	PIB		Inflação	
	2005	2006	2005	2006
Mundo	4.3	4.3	3.9	3.7
Estados Unidos	3.5	3.3	3.1	2.8
Zona do Euro	1.2	1.8	3.1	1.8
Japão	2.0	2.0	-0.4	-0.1
Reino Unido	1.9	2.2	2.0	1.9
China	9.0	8.2	3.0	3.8
Índia	7.1	6.3	3.9	5.1
Chile	5.9	5.8	2.9	3.3
Rússia	5.5	5.2	12.8	10.7
Brasil	3.3	3.5	6.8	4.6
México	3.0	3.5	4.3	3.6

Fonte: FMI

2. CENÁRIO NACIONAL

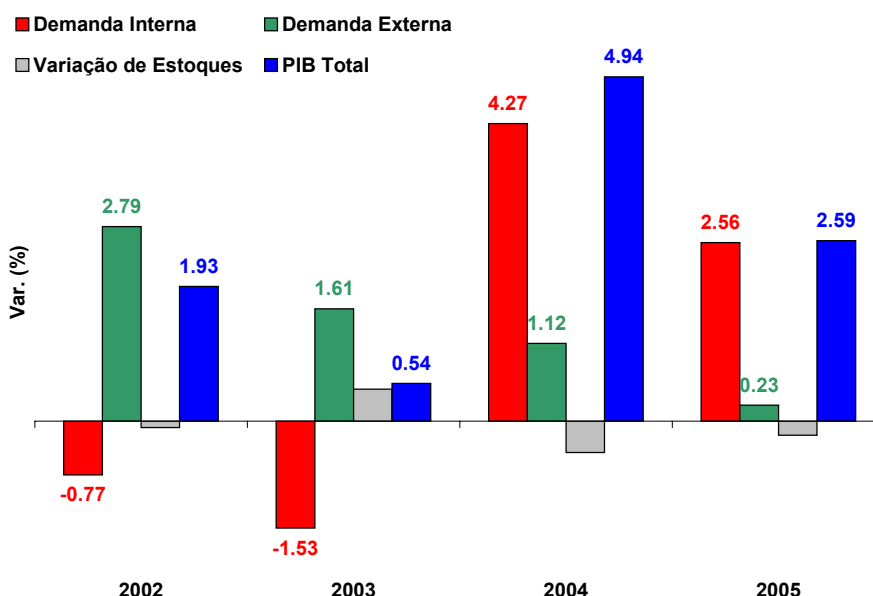
2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

CONSUMO INTERNO IMPULSIONA A ECONOMIA

Apesar dos juros elevados e do crescimento das exportações, foi o aumento do consumo das famílias, impulsionado pela melhora do crédito pessoal, que produziu os maiores impactos sobre o PIB em 2005. Esse cenário deverá se repetir no próximo ano, apesar dos riscos políticos associados ao desempenho da economia.

No ano de 2004, a demanda interna deu uma grande contribuição para o crescimento da economia, 4,2 pontos percentuais de um total de 4,9% de expansão do PIB. Apesar de se verificar uma valorização do câmbio durante boa parte daquele ano, as exportações continuaram a crescer e, com o aumento do saldo comercial, a demanda externa seguiu com uma contribuição positiva significativa. Porém, com a insistência do movimento de valorização do câmbio ao longo do ano de 2005, mesmo diante da boa performance do mercado internacional, a contribuição da demanda externa para o crescimento do PIB parece já mostrar sinais de arrefecimento.

CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB (Em variações percentuais)



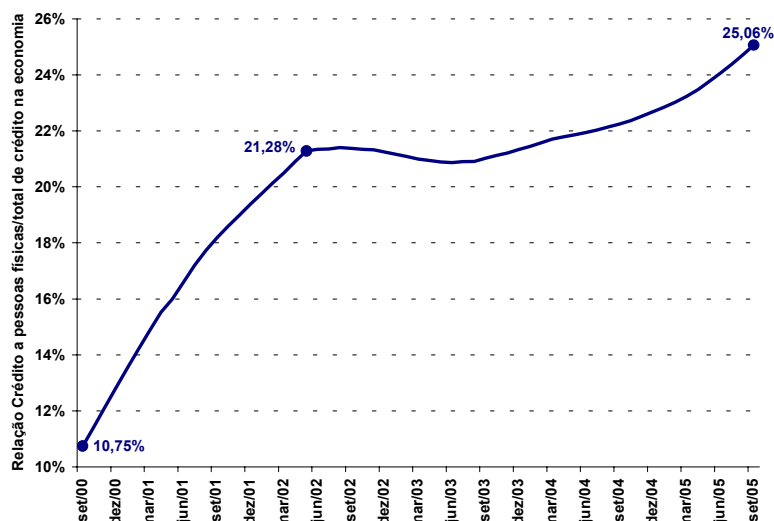
Fonte: IPEA

De acordo com nossas projeções, as exportações contribuirão com 1,23 ponto percentual do crescimento estimado para 2005. Assim, apesar dos juros elevados, a demanda interna continuará a ser o carro-chefe da economia, a exemplo do ocorrido em 2004, resultando em uma variação negativa de estoques.

O bom desempenho da demanda interna deve-se, fundamentalmente, a dois fatores: o aumento do crédito pessoal e o crescimento do emprego. O crédito total da economia pode ser dividido em várias modalidades, porém, é o **crédito a pessoas físicas** que tem dado a maior contribuição para o aumento do consumo das famílias. Como pode ser visto no gráfico a seguir, esse representava cerca de 12% do total de créditos na economia ao final do ano 2000, um percentual baixo relativamente ao verificado em outros países.

Entretanto, nesses últimos quatro anos, essa modalidade passou a ter uma maior participação no total de crédito da economia, atingindo o patamar de 25%, ou cerca de R\$ 148 bilhões² de um total de R\$ 509 bilhões (28% do PIB). Vale destacar que somente entre janeiro e setembro desse ano, enquanto o crédito total da economia cresceu em R\$ 44 bilhões, a modalidade destinada a pessoas físicas aumentou seu estoque em R\$ 30,8 bilhões³.

PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS NO TOTAL DE CRÉDITOS DA ECONOMIA



Fonte: Banco Central do Brasil

Analisando de forma desagregada a composição do crédito a pessoas físicas, nota-se que o **crédito pessoal** e para aquisição de veículos são os que representam os maiores pesos no total. O aspecto positivo é que o primeiro apresentou as maiores taxas de crescimento, tanto no acumulado em 12 meses quanto no acumulado do ano (janeiro a setembro). Isso representa um incremento de R\$ 15 bilhões sobre o saldo verificado em dezembro do ano passado. Neste caso, destaque para a modalidade de crédito com desconto em folha, recentemente implementado pelo Governo Federal e que, devido ao

² Saldo de crédito de recursos livres no mês de setembro de 2005.

³ Valores a preços constantes de setembro de 2005, deflator IPCA.

baixo risco envolvido na operação (e, portanto, juros menores), tem servido de alavanca do consumo em um cenário de política monetária restritiva.

Outras modalidades que sinalizam de forma positiva para o aumento do consumo são a expansão do crédito para aquisição de veículos e o crédito via cartão de crédito, com aumentos de R\$ 6,7 bilhões e R\$ 2,3 bilhões sobre dezembro do ano passado, respectivamente.

DESEMPENHO DO CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS

	Part. (%) no Total*	Cresc. Percentual	
		Em 12 meses	jan-set
Cheque Especial	8,88%	5,27%	5,96%
Crédito Pessoal	39,64%	38,58%	40,64%
Financiamento Imobiliário	0,82%	-18,78%	-14,44%
Aquisição de veículos	31,89%	18,49%	18,90%
Outros Bens	6,15%	34,32%	36,42%
Cartão de Crédito	7,54%	29,73%	31,60%
Outras Operações	5,07%	12,15%	18,35%
Total Pessoa Física	100,00%	25,18%	26,92%
Crédito total da economia		11,14%	11,32%

Fonte: Banco Central do Brasil

O segundo aspecto a ressaltar é a **evolução dos empregos**. Apesar de no acumulado do ano os dados do Ministério do Trabalho sinalizarem para uma geração menor de empregos no Brasil relativamente ao ano passado (ver seção sobre mercado de trabalho), vale destacar que o nível de empregos gerado na economia ainda é elevado quando comparado com de outros anos. Esse fator, conjugado com a inflação baixa, resulta em um aumento da massa real de salários na economia, e tem impactos positivos sobre a demanda agregada.

Outra forma de analisar o desempenho da economia é pela ótica da produção. Neste caso, três grandes agregados são utilizados, o setor agropecuário, a indústria e os serviços. A análise dos números da **produção agrícola** no ano de 2005 mostra que este setor enfrentou grandes intempéries, como a seca no Rio Grande do Sul e no Paraná, a queda do preço de importantes commodities, como a soja e o arroz, e a valorização do câmbio, o que reduz a rentabilidade do produtor que está voltado para o mercado externo.

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE GRÃOS NO BRASIL (em 1.000 toneladas)

	2003/2004	2004/2005	Var. (%)
Algodão em pluma	1.309	1.299	-0,82%
Arroz em Casca	12.829	13.227	3,10%
Feijão total	2.978	3.044	2,22%
Milho	42.129	34.977	-17,0%
Soja em Grão	49.793	51.090	2,61%
Sorgo	2.014	1.568	-22,2%
Trigo	5.851	5.846	-0,09%
Subtotal	116.904	111.051	-5,01%
Total de Grãos	119.114	113.481	-4,73%

Fonte: Conab

O último levantamento da produção agrícola para o ano de 2005, feito pela Conab (outubro/2005), dá conta de uma queda da produção de grãos da ordem de 4,73%, com destaque para a retração nas culturas de milho e sorgo em -17% e -22,2% respectivamente. No agregado, a produção de grãos brasileira deve recuar de 119 milhões de toneladas para 113 milhões.

Por outro lado, a **pecuária** deverá apresentar números bem superiores ao verificados no ano de 2004, com destaque não apenas para a produção, mas também para as exportações. Pelo mesmo levantamento feito pela Conab, a estimativa é que ocorra um aumento de cerca de 8% na produção de carne de frango e de 5,6% na de carne bovina. Assim, mesmo pesando menos do que as lavouras no PIB do setor, a pecuária deverá contribuir para que a agropecuária não tenha resultado negativo no ano de 2005, onde a estimativa é de um crescimento menor do que o verificado em 2004, 2,23%.

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO PECUÁRIA NO BRASIL

	2004	2005	Var. (%)
Carne de Frango (1.000 ton)	8.409	9.145	8,76%
Ovos de Galinha (milhões de unid.)	20.818	22.298	7,11%
Bovinos (1.000 ton)	8.674	9.167	5,68%
Suínos (1.000 ton)	2.679	2.940	9,73%

Fonte: Conab

Entretanto, o destaque do ano de 2005 no PIB deverá ser o crescimento **industrial**, em especial a indústria extrativa mineral. Porém, como seu peso é pequeno sobre o PIB total, será a indústria de transformação, com crescimento projetado de 2,57%, que vai sustentar o desempenho do setor. Neste caso, destaque para a recuperação da produção industrial de bens de consumo semi e não-duráveis, que tem peso importante para o setor e que, no acumulado dos últimos doze meses, apresenta crescimento de 5,2%.

Por outro lado, o comportamento da indústria de bens de consumo duráveis e de capital mostra uma diminuição do ritmo na atividade, quando comparado com meados do ano passado. Vale destacar que tanto os juros reais elevados quanto a taxa de câmbio valorizada, são fatores a gerar um impacto negativo maior nestes dois segmentos industriais.

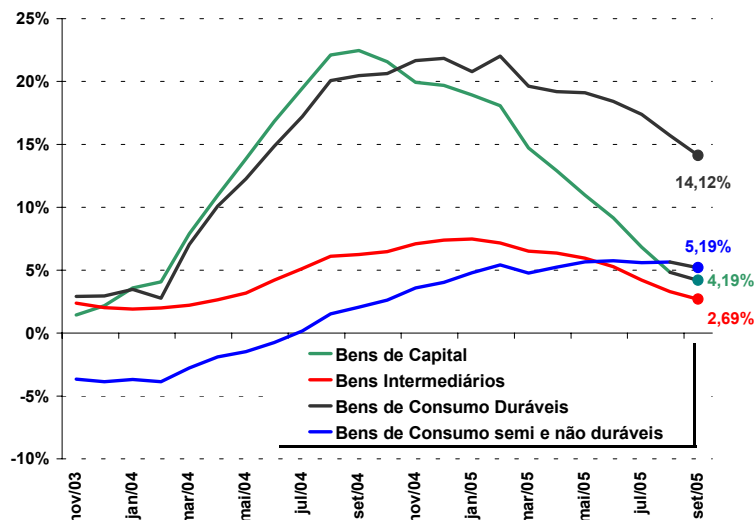
Nos **serviços**, com o crescimento dos itens administração pública, aluguéis e comércio, segmentos importantes para o PIB, deve-se verificar desempenho da ordem de 1,97% no ano de 2005 para todo o setor de serviços. O maior nível de crédito na economia, que tem gerado um maior consumo por parte das famílias, o aumento do emprego, que impulsiona a atividade imobiliária e os gastos públicos são itens a destacar neste cenário.

À luz dos cenários traçados para a economia brasileira **no ano de 2006**, podemos notar que, no *front* externo, apesar dos riscos presentes, deveremos ainda encontrar uma liquidez internacional e demanda elevadas, contribuindo para o fechamento do balanço de pagamentos no Brasil. Mesmo com a projeção de uma média do preço do petróleo maior, as previsões são de que este não deverá impedir o crescimento econômico mundial.

Assim, a maior parte do potencial de impacto econômico está relacionada aos riscos no mercado interno, em especial no desdobramento do cenário político durante o período das eleições presidenciais. Neste caso, o ponto central passa a ser a discussão da manutenção, ou então afrouxamento, da política econômica para o período 2007-2010. Acreditamos que, mesmo diante desse debate, os riscos associados com um contágio para o

resto da economia serão menores, devendo prevalecer o comportamento traçado no cenário básico (cenário I).

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA NACIONAL POR CATEGORIA DE USO (variação percentual acumulada em 12 meses até setembro/05)



Fonte: IBGE

O processo de redução das taxas de juros deverá perdurar durante o primeiro semestre do ano de 2006, impulsionando o consumo interno e o investimento. Porém, após o rápido crescimento do crédito pessoal no ano de 2005, como discutido anteriormente, a sua contribuição para o desempenho do consumo no ano de 2006 deverá ser menor.

Na hipótese de prevalência do cenário básico, projetamos um equilíbrio na cotação cambial, mesmo diante de diferencial de juros interno e externo e de juros reais no país menores em 2006 relativamente ao verificado em 2005. No primeiro caso, a alta liquidez internacional deverá contribuir para a manutenção de fluxo de recursos para países emergentes, impulsionando o risco país para patamares próximos a 350 pontos básicos, fator este positivo para manter o câmbio estável. Já no segundo caso, devemos experimentar aumento principalmente da formação bruta de capital fixo. Além disso, o consumo também deverá ser beneficiado no cenário de juros reais menores.

Dessa maneira, a nossa projeção é que a **demanda interna** continue a impulsionar o crescimento da economia no ano de 2006, a exemplo do verificado em 2005, como comentado anteriormente. Assim, 3,13 pontos percentuais de um total de 3,54% de crescimento do PIB devem provir do crescimento da demanda interna. Vale ressaltar que, diante do quadro eleitoral, projetamos uma contribuição maior do consumo do governo dentro do item demanda interna relativamente ao ano de 2005. Porém, o aumento dos gastos do setor público não deverá comprometer a política de superávits primários e o equilíbrio das contas públicas.

Estudando as relações com o setor externo, projetamos um crescimento das exportações e também das importações (ver seção sobre setor externo). No primeiro caso muito mais pela manutenção da forte demanda internacional e, no segundo caso, devido ao câmbio valorizado. Mesmo assim, o saldo comercial deverá dar uma menor contribuição para

o crescimento total da economia, respondendo por apenas 0,46 ponto percentual de um total de 3,54% de crescimento total.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA
(ótica da demanda)

	2005*	2006*	
		Cenário I	Cenário II
Consumo das Famílias	1.69%	1.74%	1.33%
Consumo do Governo	0.07%	0.20%	0.26%
Investimento	0.80%	1.20%	0.20%
Demanda Interna	2.56%	3.13%	1.79%
Exportações	1.23%	1.46%	1.54%
Importações	-1.00%	-1.00%	-0.80%
Demanda Externa	0.23%	0.46%	0.74%
Variação de estoques	-0.20%	-0.05%	0.10%
PIB	2.59%	3.54%	2.63%

Fonte: Estimativas Unidade de Estudos Econômicos

Por fim, o crescimento do consumo interno e o aumento das exportações deverão fazer com que o país apresente, pelo terceiro ano consecutivo, uma variação negativa nos estoques, porém, menor do que a verificada no ano de 2005.

Pelo lado da produção, apesar de se projetar uma redução total na área plantada na safra de 2005/2006 (segundo previsões da Conab esta redução pode se dar entre 3,4% e 5,7%), as estimativas são de um aumento da quantidade produzida de grãos no Brasil, entre 7,1% e 10% ou seja, entre 8 e 11 milhões de toneladas. Nesse cenário, destaque para o aumento da produção de soja e milho, a despeito da queda projetada na produção de arroz, uma cultura importante para o Rio Grande do Sul.

Com o aumento da produtividade projetada para a agricultura no Brasil, juntamente com a expectativa de aumento da quantidade produzida de carne de frango e de bovinos, a nossa projeção é que o PIB do **setor agropecuário** tenha um crescimento, no cenário básico, da ordem de 4,24%. Mesmo na existência de riscos no cenário econômico, vale destacar que esse setor sofre maiores impactos advindos de fatores climáticos, como uma seca, ou de doenças como a febre aftosa e a gripe aviária, por exemplo. Todavia, nesse caso, não se projeta que as mesmas venham a colocar o setor em rota de queda na produção e, mesmo no cenário alternativo, projetamos um crescimento de 3,66%.

A **indústria, por sua vez**, deverá ser no próximo ano o setor a puxar a economia brasileira, a exemplo do verificado no ano de 2005. Neste caso, destaque para o crescimento da extrativa mineral. A indústria de transformação deve ter uma performance superior à verificada no ano de 2005, em especial com o aumento da demanda interna e a manutenção das exportações em patamares elevados (apesar da menor contribuição do setor externo para o crescimento da economia). A queda dos juros deve impulsionar a produção e as vendas do segmento de máquinas e equipamentos, produzindo efeitos positivos sobre toda a cadeia.

PREVISÃO DE SAFRA PARA O BRASIL
(em 1.000 toneladas – principais culturas)

	2004/2005 (a)	2005/2006		Var. (%)	
		Lim inferior (b)	Lim. Superior (c)		
Algodão em pluma	1.299	908	1.004	-30,1%	-22,7%
Arroz em Casca	13.227	11.567	11.981	-12,6%	-9,4%
Feijão total	3.044	3.035	3.065	-0,3%	0,7%
Milho	34.977	40.509	41.349	15,8%	18,2%
Soja em Grão	51.090	56.695	58.570	11,0%	14,6%
Sorgo	1.568	1.682	1.690	7,3%	7,8%
Trigo	5.846	4.885	4.885	-16,4%	-16,4%
Subtotal	111.051	119.281	122.544	7,4%	10,3%
Total de Grãos	113.481	121.532	124.855	7,1%	10,0%

Fonte: Conab

Vale destacar que, mesmo no cenário alternativo, projetamos um crescimento do setor, porém em menor intensidade, devido à possibilidade de se modificar a trajetória de queda nos juros e possíveis mudanças no ambiente político, que deve contribuir para um crescimento menor nos investimentos e, por consequência, na demanda por bens de capital.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA
(ótica da produção)

	2005*	2006*	
		Cenário I	Cenário II
Agropecuária	2.23%	4.24%	3.66%
Indústria Total	3.27%	4.54%	3.34%
Extrativa Mineral	11.08%	7.97%	6.01%
Transformação	2.57%	3.83%	2.88%
Construção Civil	1.43%	5.24%	3.52%
SIUP	2.62%	3.89%	3.00%
Serviços	1.97%	2.41%	1.72%
Comércio	3.58%	3.36%	2.30%
Transportes	3.28%	3.79%	3.05%
Comunicações	-0.74%	-0.16%	-0.60%
Instituições Financeiras	2.50%	3.32%	2.19%
Outros Serviços	1.31%	2.62%	1.85%
Aluguéis	2.20%	2.05%	1.37%
Administração Pública	1.58%	1.76%	1.52%
PIB total	2.59%	3.54%	2.63%

Fonte: Estimativas Unidade de Estudos Econômicos.

Por fim, a projeção de juros menores, o crescimento do consumo das famílias e a manutenção das exportações devem impulsionar o **setor de serviços**, em especial ao que condiz ao crédito e às transações financeiras, às vendas do comércio, e ao segmento de transportes. No caso da administração pública, as projeções se dão com base em um cenário de ano eleitoral, onde este segmento apresenta maiores dispêndios.

Com base nas projeções de crescimento da economia brasileira para 2006 e dos pesos que cada setor tem no PIB total, calculamos sua respectiva contribuição. De uma taxa total de 3,54% de crescimento projetada no cenário básico, a indústria deverá contribuir com

1,77 ponto percentual, e os serviços 1,34. Como pode ser visto, a maior contribuição individual para a taxa de crescimento do PIB deverá vir da indústria de transformação (com pouco mais de 0,92 ponto percentual). A agropecuária e a extrativa mineral seriam os dois segmentos com maior contribuição nessa ordem.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA
(ótica da produção)

	2005*	2006*	
		Cenário I	Cenário II
Agropecuária	0.22%	0.43%	0.37%
Indústria Total	1.27%	1.77%	1.30%
Extrativa Mineral	0.46%	0.33%	0.25%
Transformação	0.62%	0.92%	0.69%
Construção Civil	0.10%	0.38%	0.26%
SIUP	0.09%	0.13%	0.10%
Serviços	1.09%	1.34%	0.96%
Comércio	0.28%	0.26%	0.18%
Transportes	0.07%	0.08%	0.07%
Comunicações	-0.02%	-0.0047%	-0.02%
Instituições Financeiras	0.17%	0.22%	0.14%
Outros Serviços	0.14%	0.28%	0.19%
Aluguéis	0.21%	0.19%	0.13%
Administração Pública	0.25%	0.28%	0.25%
PIB total	2.59%	3.54%	2.63%

Fonte: Estimativas Unidade de Estudos Econômicos

2.2 POLÍTICA MONETÁRIA

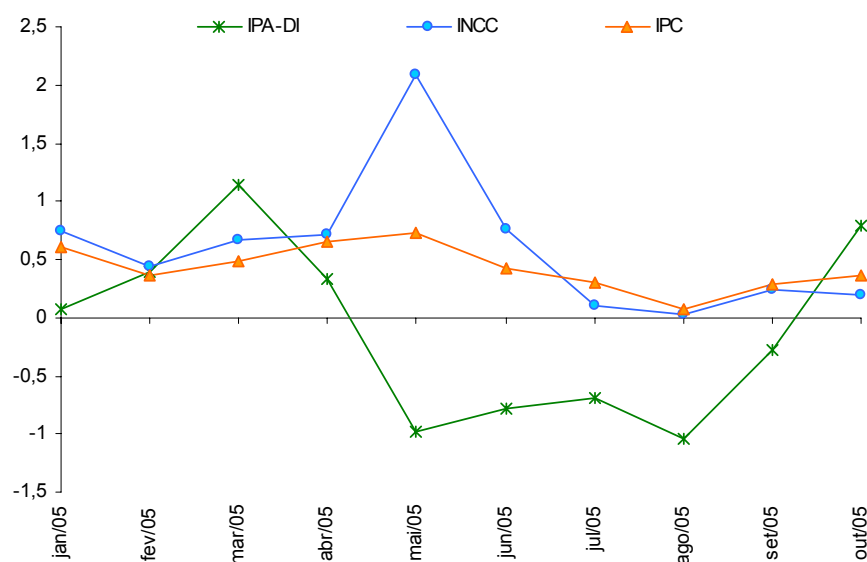
APESAR DE RISCOS INFLACIONÁRIOS, A EXPECTATIVA É DE TRAJETÓRIA DECRESCENTE PARA OS JUROS.

O ano de 2005 foi marcado pelas altas taxas de juros que, acompanhadas desvalorização cambial, baixaram a inflação a índices históricos também estimularam o processo de desaceleração econômica.

A condução da política monetária em 2005 foi o suficiente para o mercado de fato perceber que o Banco Central atua de maneira autônoma. Apesar do processo de desaceleração vivenciado pela economia brasileira e a crise que cercou o governo durante o ano, o COPOM não deixou, em nenhum momento, de perseguir o centro da meta de inflação (5,1% medido pelo IPCA). O aperto monetário, iniciado em setembro de 2004, elevou a taxa *Selic* de 16,5% a.a. para 19,75% a.a. em maio, patamar em que permaneceu por mais dois meses. A partir de setembro, houve uma paulatina queda na meta da taxa *Selic*, não mais perceptível pela economia real em 2005.

A política monetária contracionista conduziu os principais índices de preço a assumirem uma trajetória de desaceleração durante todo o ano. Os IGP's (Índices Gerais de Preços), que são índices compostos de outros três índices⁴, passaram por um processo de deflação histórica. O comportamento dos componentes ajuda a explicar as variações percebidas pelo IGP's.

VARIAÇÃO (%) MENSAL DS COMPONENTES DS IGP'S EM 2005



Fonte: FGV.

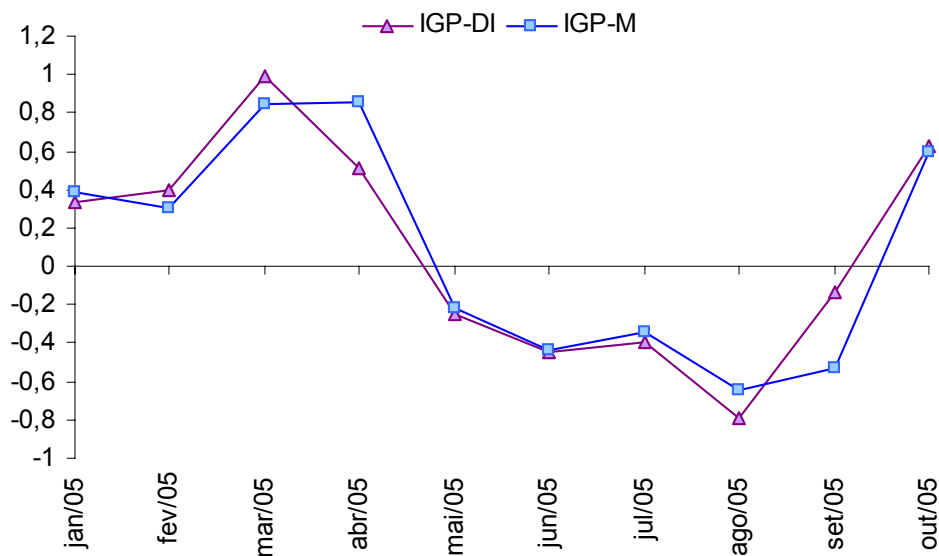
⁴ O IPA (índice de preço ao atacado) que contribui com 60% dos IGP's, o IPC-BR (índice de preços ao consumidor-Brasil), responsável por 30% e o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) que colabora com 10%.

Como se pode verificar no gráfico anterior, apesar da aceleração inicial nos meses de janeiro a março, o IPA-DI começou a assumir uma trajetória decrescente em abril, mantendo-se negativo pela maior parte do ano. É importante destacar que esse foi o primeiro índice a apresentar desaceleração. Nesse sentido, valorização da moeda nacional é o principal fator que justifica tal comportamento do IPA, ao diminuir o preço das matérias-primas industriais. Contudo, a diminuição dos preços agrícolas reforçou a tendência.

A redução dos preços ao atacado foi sentida pelos consumidores de maneira mais lenta e tênue. O IPC-BR, por exemplo, só começou uma trajetória de queda em maio, chegando até mesmo a registrar deflação em dois meses seguintes. O processo de disseminação de baixa de preços via valorização cambial é um velho artifício bem conhecido da economia brasileira desde o Plano Real, quando o processo de controle inflacionário estava ancorado no câmbio. A valorização da moeda nacional provoca a queda de preços ao consumidor basicamente por duas vias: primeiramente, pelo preço no atacado cair, mas, em segundo lugar, pela concorrência imposta pelos importados aos nacionais no mercado interno.

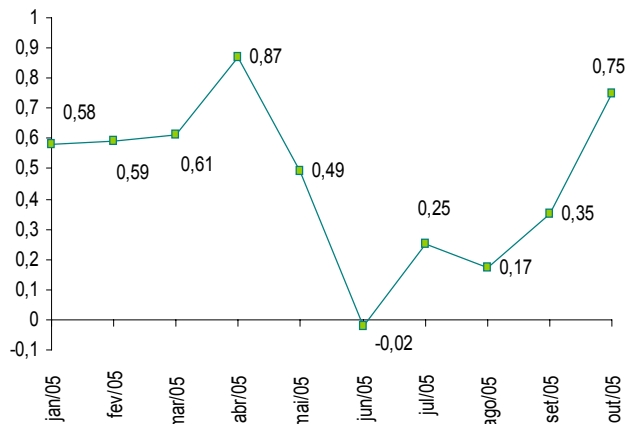
Quanto ao INCC, após a aceleração inicial que culminou em maio em decorrência do aumento do salário mínimo, o índice começou a acompanhar a trajetória do IPA, entretanto não apresentando resultados tão baixo como esse.

VARIAÇÃO (%) MENSAL DOS IGP'S EM 2005

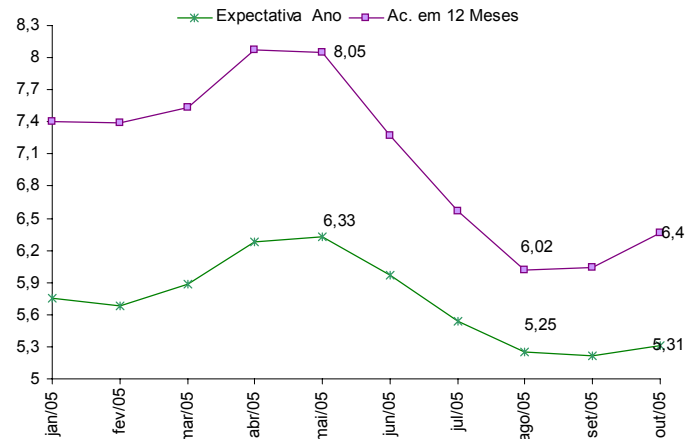


Fonte: FGV.

A expectativa é que o IGP-DI encerre o ano em 1,45%, a variação mais baixa desde o início da série em 1945. Da mesma forma, o IGP-M também converge para esse valor, sendo esperado que encerre o ano em 1,6%.

VARIAÇÃO (%) MENSAL DO IPCA EM 2005

Fonte: IBGE

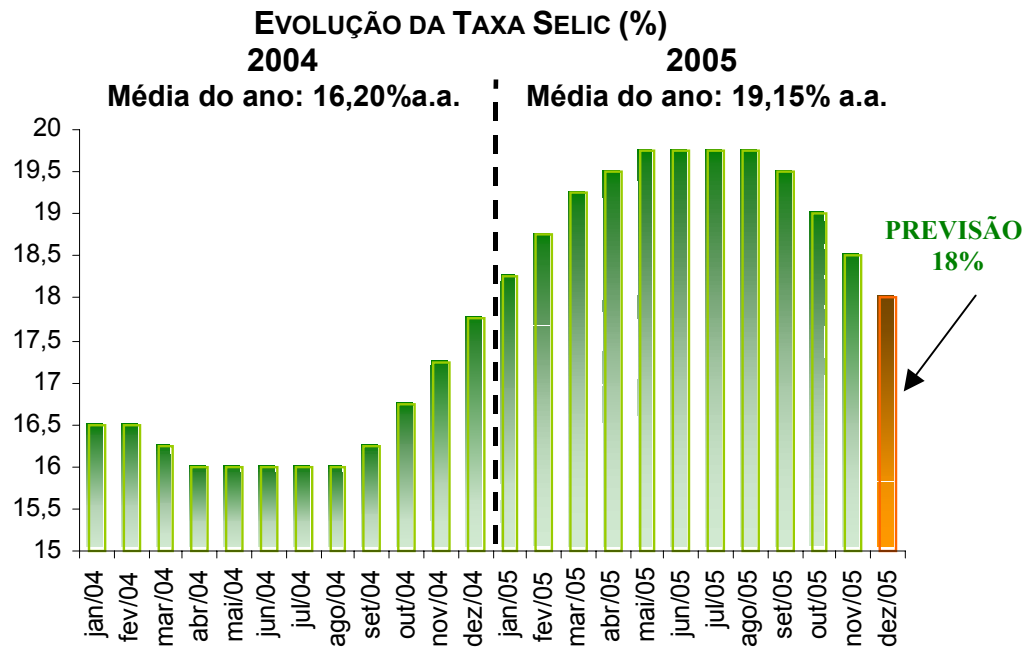
EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO (IPCA) E A INFLAÇÃO (%) ACUMULADA EM 12 MESES

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

O IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), utilizado pelo Banco Central para o controle do sistema de metas de inflação, iniciou o ano em processo de crescimento contínuo. A partir de maio, entretanto, as diminuições de preços no atacado começaram a ser sentidas nos preços ao consumidor. Apesar do aumento recente no IPCA de setembro em virtude do reajuste da gasolina, a inflação pode ser considerada como estável.

Se os índices de inflação apontam o mês de maio como um "divisor de águas" para a inflação em 2005, com as expectativas não seria diferente. Até maio, observou-se uma constante deterioração das expectativas inflacionárias. Entretanto, a partir de junho, o comportamento dos índices de inflação, a trajetória do câmbio e das expectativas para o câmbio, bem como a própria condução da política monetária que teimava em apertar cada vez mais a economia brasileira, trataram de conduzir as expectativas inflacionárias para a convergência com o centro da meta. O Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil de 25/11 mostra que a expectativa é que 2005 termine registrando uma inflação de 5,59 % pelo IPCA.

Conforme comentado anteriormente, a busca insistente pelo atingimento de centro da meta inflacionária, fez com que o Banco Central, através do COPOM, assumisse uma postura de aperto monetário com reflexos importantes não apenas na trajetória da inflação, como na própria dinâmica da economia nacional. Como se pode perceber no gráfico anterior, a expectativa é que a taxa Selic termine o ano de 2005 em um patamar superior ao verificado em 2004. A trajetória crescente da taxa de juros e a trajetória decrescente da taxa de inflação fizeram com que o Brasil figurasse como a economia com as maiores taxas de juros reais do mundo. Esses produziram impactos importantes não apenas sobre a economia privada, que sofreu um processo de intimidação em investimentos produtivos, mas também em variáveis da própria política fiscal, como a razão dívida/PIB.

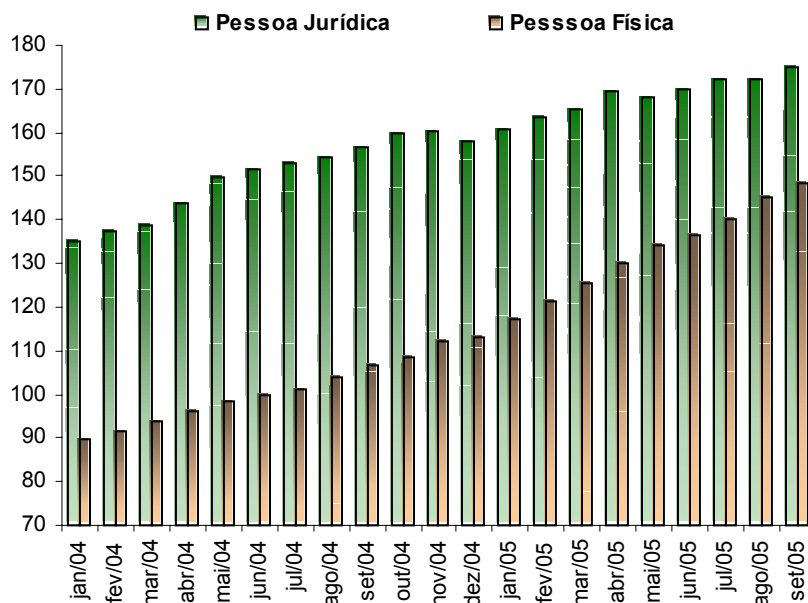


Fonte: BACEN. Previsão e Elaboração: Unidade de Estudos Econômicos / FIERGS

Para 2006, o Banco Central modificou a estratégia de uma reunião mensal, para uma a cada 44 dias. Em um ano eleitoral, em que a economia fica sujeita a muitas intempéries expectacionais, reduzir o número de reuniões não nos parece a decisão mais acertada. O mais provável é que a utilização do viés seja mais recorrente em 2006 do que vem sendo nos últimos anos. De qualquer forma, espera-se que o COPOM mantenha o ritmo de queda de 0,5 ponto percentual por reunião até março, quando diminui a queda para 0,25 ponto percentual até a reunião de agosto, mantendo a mesma taxa a partir de então. Nesse caso, o ano de 2006 termina com a *Selic* em 15,5% a.a.

No que diz respeito ao crédito, assistiu-se em 2005 uma expansão acentuada. De outubro de 2004 a setembro de 2005 o estoque total das operações de crédito do sistema financeiro aumentou 18%, atingindo R\$ 548,1 bilhões. A maior contribuição para esse desempenho foi a expansão dos créditos às pessoas físicas. Em doze meses (até setembro de 2005) o estoque de crédito com recursos livres expandiu-se em R\$ 22,9 bilhões, entretanto o crédito para pessoas físicas expandiu-se R\$ 39,4 bilhões, enquanto os destinados para pessoas jurídicas em R\$ 11,6 bilhões. As taxas de juros para pessoas físicas foram as que menos subiram em 12 meses (apenas 1,7%), entretanto os patamares ainda continuam sendo os mais altos, em torno de 64,9% a.a. em setembro de 2005. Por outro lado, a menor elevação no *spread* foi verificada para pessoas jurídicas (apenas 1 ponto percentual) ficando em 14,1 pontos percentuais. Vale ressaltar que o crédito às pessoas físicas ainda concentra-se os maiores *spreads* bancários (46,9 pontos percentuais).

ESTOQUE DE VOLUME DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES (R\$ Bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Unidade de Estudos Econômicos / FIERGS

Essa expansão do crédito para as pessoas físicas, em especial o crédito consignado em folha, foi fundamental para manter aquecida a demanda por bens de consumo duráveis e semiduráveis no mercado interno. Entretanto, a preservação do processo de expansão do crédito e a elevação da renda real da população brasileira colocam-se como fatores de risco de pressão inflacionária para 2006. Assim, um dos temores do Banco Central e da maioria dos analistas é de que a associação de ambos os fatores possa resultar em um estreitamento do hiato do produto, gerando, assim, pressões inflacionárias.

No que condiz ao crédito direcionado, foram totalizados R\$ 158,4 bilhões em setembro de 2005, representando um acréscimo de 9,2% em doze meses. Apenas no ano de 2005, o BNDES já concedeu R\$ 31,1 bilhões. O setor industrial contou com R\$ 15 bilhões, destacando-se os ramos de máquinas e equipamentos, veículos automotores e metalurgia básica. Houve uma pequena elevação do crédito destinado pelo BNDES ao setor de serviços enquanto que o crédito para a atividade agropecuária registrou queda.

Dentro desse contexto, espera-se que o encerramento de 2005 transcorra sem profundas mudanças no horizonte traçado até o momento. A inflação medida pelo IPCA deverá encerrar o ano em 5,6 e a Selic em 18%. Nesse sentido, o Brasil deverá contabilizar uma taxa de juros real⁵ em torno de 12,9% em 2005. Considerando os cenários traçados, pode-se perceber que no Cenário I, a não-influência do risco político nas variáveis relacionadas à política monetária faz o ano transcorrer de maneira a contemplar o acerto do centro da meta de inflação bem como a redução paulatina da taxa de juros. Entretanto vale salientar que, apesar disso, o Brasil ainda conviverá com taxas de juros reais em patamares

⁵ Calculado a partir do IPCA.

elevados. É importante destacar também a atuação positiva dos IGP's na taxa de inflação de 2006, dado o componente inercial decorrente do reajuste dos preços administrados. A baixa inflação verificada por esses índices contribui para o controle inflacionário do próximo ano. No Cenário II, a maior volatilidade do câmbio deverá provocar um aumento nos preços no atacado, que passados para os preços ao consumidor podem dar início ao processo inflacionário mais intenso que o previsto no cenário básico, o que pode provocar uma elevação na taxa de juros.

ÍNDICES DE INFLAÇÃO E TAXA SELIC

	2004	2005*	2006*	
			Cenário I	Cenário II
IPCA	7,50%	5,60%	4,55%	6,50%
IGP-DI	12,13%	1,45%	4,80%	7,00%
IGP-M	12,42%	1,60%	4,85%	7,00%
INPC	6,13%	4,95%	4,60%	6,20%
Selic-meta (fim de período)	17,75%	18,00%	15,50%	18,00%
Selic-over (média do período)	16,20%	19,15%	16,30%	17,00%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Previsão: Unidade de Estudos Econômicos / FIERGS

QUE BRASIL QUEREMOS?

O País vira as costas para o seu principal problema, o ajuste fiscal, e a política econômica não é capaz de resolver as questões estruturais. As eleições do ano que vem são uma oportunidade de definir, afinal, que país queremos.

O encerramento do ano fiscal de 2005 deverá expor um lado perverso da economia brasileira; a arrecadação de impostos cresce a uma taxa mais alta que o PIB e, ainda assim, nem sinal de redução da carga tributária. De janeiro a outubro deste ano, a arrecadação de impostos federais aumentou em 16% sobre o mesmo período do ano passado, o que representa R\$ 54 bilhões a mais para os cofres da União (o equivalente a R\$ 300 por pessoa). Por outro lado, a projeção de crescimento da economia para 2005 é de apenas 2,8%. A se confirmar essa previsão, ocorrerá aumento da carga tributária sobre o PIB no ano de 2005.

A incapacidade do setor público em conseguir transformar esse aumento da arrecadação em benefício econômico com a redução da dívida pública acaba por se materializar em juros elevados, por mais paradoxal que possa parecer. Tal como um grande devedor que não consegue poupar uma parcela de seu salário para fazer frente ao vencimento dos juros de sua dívida, o governo vai, aos poucos, construindo uma armadilha perigosa para a economia.

Nos primeiros nove meses do ano, todo o setor público no Brasil (governo central, estados, municípios e empresas estatais), gerou uma poupança no valor de R\$ 86 bilhões. Para o mesmo período, como resultado de um aperto monetário por parte do Banco Central, o vencimento de juros da dívida somou R\$ 120 bilhões. Nota-se, então, que o setor público no Brasil não tem conseguido poupar o suficiente para pagar os juros que vencem de sua dívida. Como resultado, a dívida cresce, deteriorando ainda mais o cenário futuro e o sacrifício implementado em termos de redução do investimento em infra-estrutura para gerar superávit primário não surte o efeito desejado, o que alimenta as críticas à política econômica. Ou seja, o Brasil é o cavalo que corre atrás da cenoura que está colocada na frente de seu focinho sem, no entanto, alcançá-la. Em algum momento ou dá-se conta de que não será possível chegar na cenoura e se para de correr atrás, ou, então, esgotaremos todas as energias nessa empreitada e, sem o alimento, sucumbiremos.

É importante deixar claro que a política econômica não será capaz de resolver todos os problemas estruturais do país. A política econômica não tem vida própria, e deve ser vista apenas como um complemento de um conjunto de ações que, se realmente adotado, desarmará essa armadilha e celebrará o casamento da estabilidade com o crescimento econômico.

Vale ressaltar que essas ações passam, necessariamente, pelo ajuste das contas públicas. Em português claro, o setor público deve gastar melhor e menos e deve ser mais pró-ativo, aprovando uma reforma previdenciária que estanque a evolução do déficit do INSS, que tem sido um consumidor voraz de recursos públicos.

Também deve ser aprovada uma legislação mais flexível em relação às vinculações de impostos. Hoje, cerca de 80% da despesa do governo são obrigatórias, o que reduz a margem de manobra na alocação de recursos no orçamento. Além disso, deve ser aprovada uma reforma mais ampla do sistema de previdência dos servidores públicos, nas três esferas

de governo, que sinalize para o equilíbrio nos próximos anos. E, para complementar, uma projeção de redução paulatina da carga tributária para patamares condizentes com os observados nos países que apresentam estrutura produtiva próxima à brasileira (não superior a 25%) e que, portanto, são nossos concorrentes diretos.

O maior problema da solução da equação que hoje o país enfrenta é que ela depende, em grande medida, de soluções fiscais de pouca receptividade por parte dos políticos, uma vez que são impopulares. E, como sabemos, esse é o principal ativo de um partido ou político. Talvez essa impopularidade seja decorrente, na verdade, da incompreensão da população.

O que falta hoje nesse diagnóstico econômico é dizer onde iremos chegar se não resolvermos o problema fiscal. Partindo da hipótese que o setor público (união, estados e municípios) vire as costas para esse problema, há três possíveis “Brasis” em um futuro próximo. O primeiro é o da volta da hiperinflação. Cansado de correr atrás da cenoura, o governo resolve não mais pagar juros elevados para refinarçar sua dívida interna e corta o superávit fiscal. Resultado: aumento da base monetária e, tal como na equação de oferta e demanda, o excesso de dinheiro na economia irá reduzir o seu preço. Ou seja, o dinheiro valerá menos, e assistiremos a uma escalada de preços (esse filme é conhecido do Brasil desde a década de 1980).

O segundo Brasil é o do aumento da carga tributária. Já que não corta gastos, como atingir o equilíbrio fiscal sem comprometer o superávit primário? Elevando receitas. Porém, essa estratégia já foi utilizada nos últimos oito anos, e esgotou. Por fim, temos o Brasil do calote da dívida interna. Devo, não nego, pago quando puder. Cansado de correr atrás da cenoura, simplesmente paramos (já teve um presidente que fez isso e o país ainda não esqueceu). Não tem almoço de graça. O próximo ano é de eleições e esse processo será decisivo para a escolha de que país, afinal, queremos.

Publicado no Informe Econômico Nº 48 de 28/11/2005

2.3 NÍVEL DE ATIVIDADE INDUSTRIAL

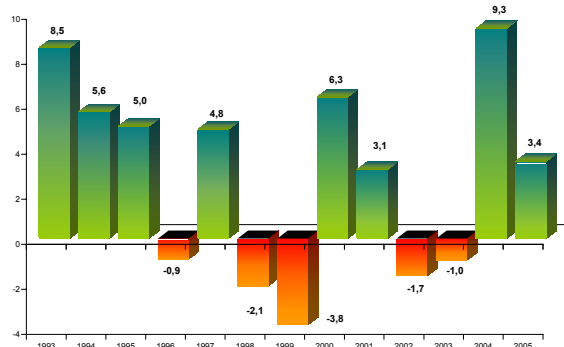
A atividade manufatureira brasileira, depois de encerrar o ano de 2004 exibindo um desempenho recorde, voltará a registrar expansão em 2005, porém a taxas bem mais modestas. Em 2006 não será diferente.

A conjuntura econômica que desencadeou o dinamismo da atividade industrial brasileira em 2005 está, sobretudo, associada ao cenário internacional favorável, que permitiu a obtenção de sucessivos recordes nas exportações, e do crescimento da demanda doméstica. A demanda doméstica, por sua vez, expandiu na esteira das condições de crédito, em especial o consignado, e da recuperação da massa de salários real em resposta à ampliação do emprego e à estabilidade de preços.

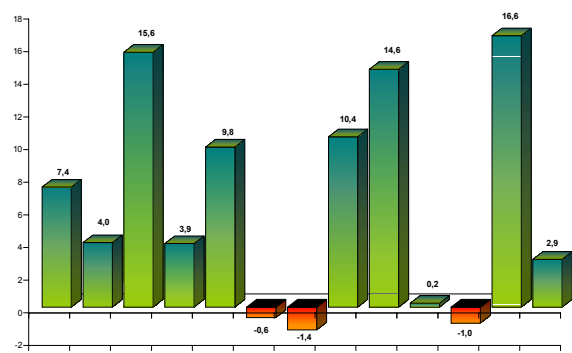
Neste contexto, a atividade industrial brasileira voltou a expandir em 2005, embora a valorização cambial, a elevada taxa de juros interna e a estiagem no sul do País, somadas à alta base de comparação, tenham determinado um lento processo de desaceleração iniciado em fevereiro e que se estendeu por todo o ano. No período acumulado de janeiro a setembro, a produção cresceu 3,3% enquanto as vendas industriais aumentaram 2,9% em termos reais. Na tendência atual, o ano encaminha-se para um crescimento relativamente baixo típico de fases posteriores a períodos de grande dinamismo, como o ano de 2004 quando registrou a maior taxa de crescimento e o maior nível desde 1992. Apesar disso, pode-se afirmar que a indústria nacional continuou em ritmo bom de expansão, ainda que não seja, naturalmente, na mesma intensidade do ano passado, quando, ao sair do desaquecimento em 2003, ocupava a grande parte de sua capacidade de produção.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Brasil - (variação % acumulada no ano – Jan-Set)



VENDAS INDUSTRIAIS

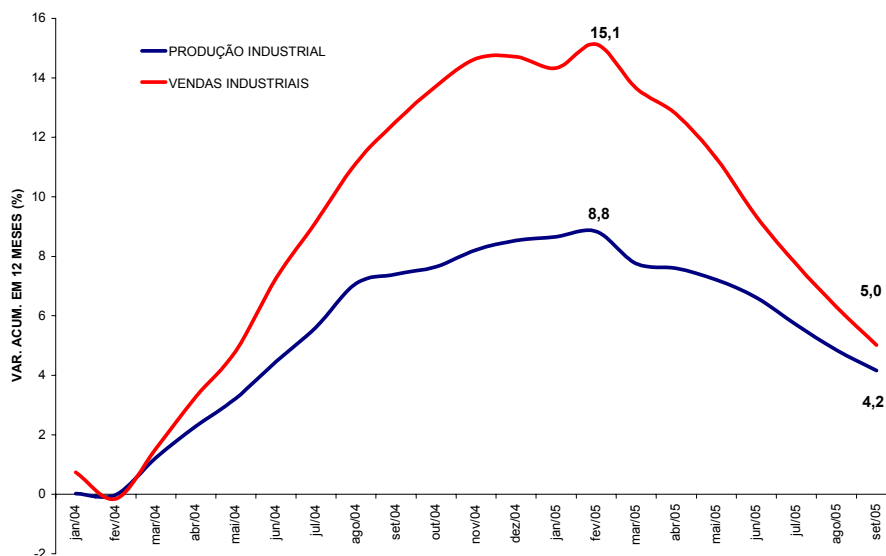


Fonte: IBGE e CNI

A tendência de desaceleração da atividade industrial brasileira pode ser percebida na análise dos indicadores em 12 meses. O ciclo de recuperação da indústria após o forte ajuste de 2003 iniciou-se em fevereiro do ano passado e atingiu seu pico no primeiro bimestre de 2005, quando então retomou a trajetória descendente: moderada no caso da produção e mais intensa nas vendas industriais. Esta diferença de intensidade deve-se ao efeito da

valorização cambial sobre o faturamento em moeda nacional das empresas exportadoras brasileiras. De fato, as vendas e a produção industriais passaram de uma expansão de 15,1% e 8,8% (em doze meses) em fevereiro de 2005 para 5,0% e 4,2% em setembro, respectivamente, na mesma base de comparação.

INDICADORES INDUSTRIAIS DO BRASIL (variação % acumulada em 12 meses)



Fonte: CNI e IBGE

Na avaliação das categorias de uso, os melhores desempenhos, até setembro último, foram apresentados pelos bens de consumo (+7,3%), em especial os bens de consumo duráveis (+13,8%) e estão relacionados ao crescimento do crédito, particularmente o consignado, e às exportações — os produtos de maior destaque são os veículos e os celulares. Os bens de consumo não duráveis e semiduráveis apresentaram expansão menor (+5,6%) com destaque para a maior produção de carburantes (gasolina e álcool hidratado) e medicamentos. Este setor, mais dependente da renda real interna, contou com o impacto positivo da estabilidade de preços e do crescimento dos salários. Além disso, vale ressaltar também a importância do aumento das exportações de medicamentos (+38%), álcool hidratado (+47,2%) e gasolina (+52%) nesse resultado.

O setor de bens intermediários cresceu 1,4% no período de janeiro a setembro relativamente ao mesmo período de 2004, bastante aquém do resultado global, evidenciando a queda na produção de produtos químicos e alimentos e bebidas para a industrialização. Destaque para a expansão dos insumos industriais básicos, combustíveis e lubrificantes básicos que refletiu os ganhos de produção, principalmente nos itens minérios de ferro e petróleo.

O segmento de bens de capital registrou um incremento de 3,3% no acumulado de janeiro a setembro relativamente ao mesmo período de 2004. O crescimento se deveu, principalmente, ao aumento observado nos bens de capital destinados à construção (+29,7%), que se sustentou basicamente nas exportações dado o fraco desempenho da atividade da construção civil no País. Já a produção de bens de capital destinados à energia elétrica cresceu 19,7% e, além do mercado interno, contou com o aumento das exportações.

A produção de bens de capital para transporte, para uso misto e para fins industriais cresceu respectivamente, 8,6%, 2,9% e 1,9%. Ressalta-se que a expansão de 27,8% nas exportações de acessórios, peças e maquinarias industriais é um indício de que parte do aumento da produção de bens de capital para a indústria teve como destino o exterior.

Em sentido contrário, houve uma redução na produção de bens de capital agrícolas, inclusive peças e acessórios, em 37%, reflexo dos obstáculos enfrentados pela agricultura neste período.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL – CATEGORIAS DE USO
(variação % acumulada no ano – Jan-Set)

CATEGORIAS DE USO	Acumulada no Ano (%)
Bens de Capital	3,30
1. Bens de capital Exclusive (2)	1,44
2. Equipamentos de Transporte Industrial	7,39
Bens Intermediários	1,38
1.Alimentação e bebidas básicos para	-7,31
2.Alimentação e bebidas elaborados para	1,43
3.Insumos industriais básicos	6,29
4.Insumos industriais elaborados	-0,18
5.Combustíveis e lubrificantes básicos	11,39
6.Combustíveis e lubrificantes elaborados	-1,47
7.Peças e acessórios para bens de capital	5,74
8.Peças e acessórios p/ equips de transp	3,66
Bens de Consumo	7,30
Bens de Consumo Duráveis	13,83
1.Duráveis Exclusive (2) e (3)	14,52
2.Veículos automotores para passageiros	13,66
3.Equipamentos de transporte não industrial	9,08
Semiduráveis e não duráveis	5,56
4.Semiduráveis	-0,09
5.Não duráveis Exclusive (6) a (8)	8,90
7.Alim e beb elaborados p/ consumo	3,26
8.Carburantes (gasolina e álcool hidratado)	11,14

Fonte: IBGE

No que diz respeito, especificamente, à produção física industrial setorial, a maioria dos gêneros pesquisados – dezoito dos vinte e seis - registrou crescimento de janeiro a setembro de 2005 relativamente ao mesmo período do ano passado. Os melhores desempenhos foram percebidos nos setores de material eletrônico e equipamentos de comunicação (+20,6%), com maior produção de celulares e televisores a cores; edição, impressão e reprodução de gravuras (+13,1%), determinado pelo bom desempenho dos itens revistas e jornais; e farmacêutica (+13,1%). Entretanto, a maior contribuição ao agregado industrial – que levou em conta o peso do setor na estrutura – foi dada pelo segmento de veículos automotores, que apontou 8,8% de expansão.

Por outro lado, as retrações mais expressivas, na mesma base de comparação, foram verificadas nos setores de madeira (-2,7%), vestuário (-2,6%) e metalurgia básica (-2,6%), que também forneceu a maior contribuição negativa para o agregado, principalmente, no segmento de embalagens.

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL DO BRASIL – GÊNEROS
(variação % acumulada no ano - Jan-Set)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Var. acum no	
	ano (%)	Contribuição (%)
Alimentos	1,44	0,19
Bebidas	7,66	0,23
Fumo	-2,09	-0,02
Têxtil	-1,46	-0,04
Vestuário e acessórios	-2,60	-0,04
Calçados e artigos de couro	-1,27	-0,02
Madeira	-2,69	-0,04
Celulose, papel e produtos de papel	2,97	0,14
Edição, impressão e reprodução de gravações	13,14	0,54
Refino de petróleo e álcool	2,37	0,18
Farmacêutica	13,08	0,42
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	5,29	0,09
Outros produtos químicos	-0,92	-0,07
Borracha e plástico	-0,94	-0,04
Minerais não metálicos	3,07	0,12
Metallurgia básica	-2,65	-0,17
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,16	0,04
Máquinas e equipamentos	0,29	0,02
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	9,60	0,11
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3,75	0,11
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunica	20,62	0,65
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, óptico:	4,95	0,04
Veículos automotores	8,81	0,82
Outros equipamentos de transporte	5,84	0,09
Mobiliário	0,01	0,00
Diversos	10,75	0,09
Indústria de transformação	3,43	3,43

Fonte: IBGE

Com base nestes resultados, confirma-se que o crescimento do nível de atividade da indústria brasileira em 2005 é maior em setores voltados para o mercado interno e dependentes do nível de renda da população. Os setores mais relacionados à demanda externa, a despeito dos sucessivos recordes das exportações, registraram desempenhos inferiores em decorrência da continuidade da trajetória de apreciação cambial em relação ao dólar.

Mesmo diante da valorização cambial e das altas taxas de juros a atividade industrial brasileira registrará crescimento em 2005. Assim, as vendas devem encerrar o ano com uma expansão de cerca de 2,5% e a produção física de 3,7%. Além dos fatores citados, a alta base de comparação do ano passado, explicam as taxas modestas.

As perspectivas e projeções para a atividade industrial brasileira para o ano que vêm são otimistas. Diante do cenário proposto, 2006 deverá permanecer fornecendo as condições para que a indústria brasileira cresça, calcada tanto na manutenção de uma demanda aquecida no mercado externo quanto pelo aumento dos empregos e do poder aquisitivo projetado no mercado interno. Neste sentido, projetamos a expansão das vendas industriais, coletadas pela CNI, em 3,77% e da produção industrial brasileira, calculada pelo IBGE, em 4,37%.

No caso do cenário alternativo, essas estimativas deverão se reduzir para 2,52% e 2,90%, respectivamente. Vale ressaltar que a pequena diferença entre o intervalo mínimo e máximo de previsão entre esses dois cenários deve-se ao fato de que existe uma defasagem temporal entre as modificações no lado financeiro na economia, como taxa de juros, câmbio e inflação, e seus impactos sobre as decisões de investimento e consumo.

PRODUÇÃO E VENDAS INDUSTRIAIS - BRASIL
(variação % acumulada no ano)

	2005	2006	
		Cenário I	Cenário II
Vendas Industriais	2.50	3.77	2.52
Produção Industrial	3.70	4.37	2.90

Fonte: CNI e IBGE.

Previsões: Unidade de Estudos Econômicos.

2.4 MERCADO DE TRABALHO

Os níveis do emprego formal têm aumentado desde o início de 2004, de maneira sem precedentes na história do país.

O vigor da atividade industrial brasileira verificado no ano passado perdeu força em 2005. Em sintonia com esta realidade o mercado de trabalho mostrou um desempenho caracterizado pela manutenção da tendência positiva de seus principais indicadores, embora com menor intensidade. A diminuição das contratações pode ser atribuída a um movimento de recuperação da produtividade por parte dos empregadores, aliado a um cenário de demanda um pouco mais fraco. Além disso, após um período sucessivo de contratações, observado em 2004 e boa parte de 2005, a tendência de queda é esperada, cujo ritmo só deve retomar após a aceleração do crescimento econômico.

A análise que segue do comportamento do mercado de trabalho foi dividida em três partes. A primeira contempla a geração de postos de trabalho formal nos últimos meses, cujos dados são disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – CAGED / MTE. A segunda acompanha o nível de emprego da indústria de transformação estimado pela Pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Estas duas consideram apenas os trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Por fim, a terceira parte acompanha a evolução do nível de emprego formal e informal, dos rendimentos reais e da taxa de desemprego com as informações da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – PME / IBGE - para o conjunto da economia.

• NÍVEL DE OCUPAÇÃO TOTAL

Focando a análise dos empregos formais, o CAGED / MTE confirmou o comportamento favorável da geração de empregos e registrou a criação de mais de 1,52 milhão de postos de trabalho formais no Brasil de janeiro a outubro deste ano. O segmento de serviços foi responsável por 975,0 mil ao passo que a indústria total gerou 451,9 mil e a agropecuária, 99,8 mil. É importante lembrar que em 2004 se configurou a maior criação de postos de trabalho da série disponível e em 2005 a geração foi 15% menor do que o mesmo período do ano passado, em sintonia com a desaceleração econômica ocorrida em 2005. Apesar de ter perdido fôlego, o nível de ocupação cresceu 4,9% até outubro em relação ao registrado em dezembro de 2004, percentual este que representa um estoque de 32,6 milhões de pessoas.

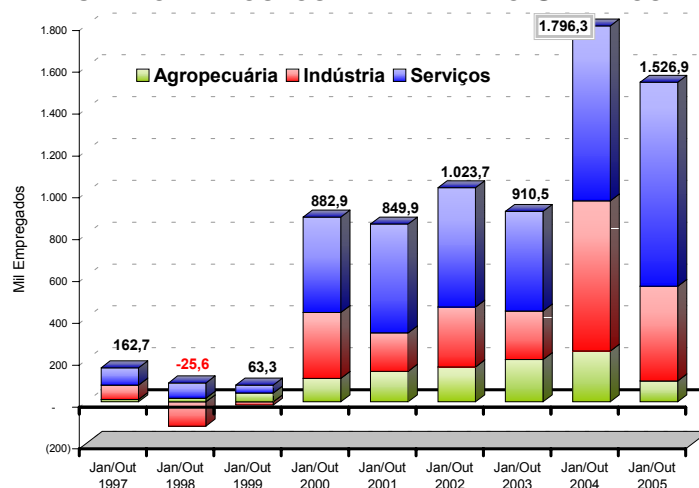
GERAÇÃO DO EMPREGO FORMAL – JAN-OUT

	Postos de Trabalho Gerados (em mil)		Var. com relação ao ano anterior	
	2004	2005	(%)	em postos
Agropecuária	241.903	99.892	-58,7%	(142.011)
Ind. Total	718.576	451.937	-37,1%	(266.639)
Ind. Extrativa Mineral	10.972	10.121	-7,8%	(851)
Ind. Transformação	602.906	317.841	-47,3%	(285.065)
SIUP	3.854	5.632	46,1%	1.778
Construção Civil	100.844	118.343	17,4%	17.499
Serviços	835.868	975.040	16,6%	139.172
Total	1.796.347	1.526.869	-15,0%	(269.478)

Fonte: CAGED / MTE

Como pode ser visto no gráfico a seguir, o nível de ocupação continuou a crescer vigorosamente em 2005. Uma peculiaridade interessante de se notar é que no ano passado, inusitadamente, o setor industrial foi líder nas contratações em detrimento do segmento de serviços, que é tradicionalmente o principal gerador. Neste ano, a situação parece ter voltado aos níveis tradicionais e, até outubro, as empresas de serviços lideraram o ranking das que mais contrataram em 2005.

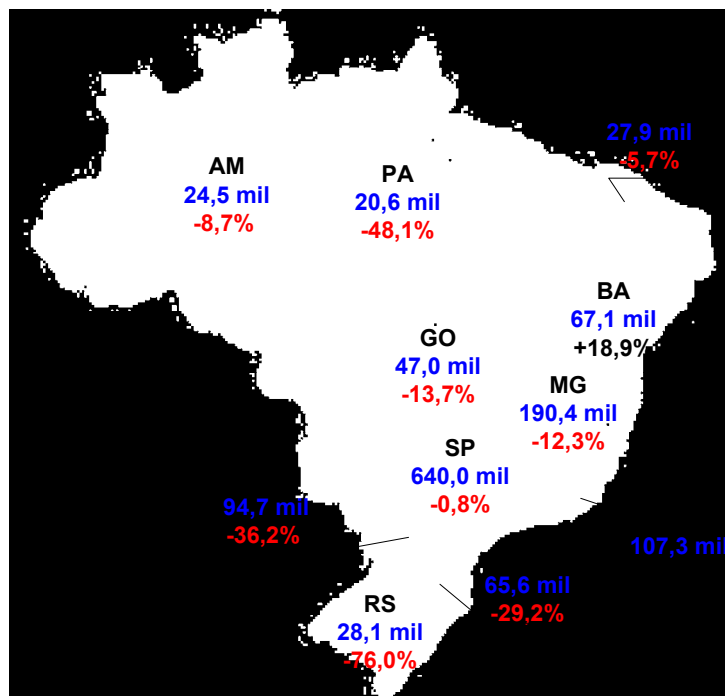
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS



Fonte: CAGED / MTE

Em termos regionais, como era de se esperar, o dinamismo da criação de postos de trabalhos formais no Brasil foi impulsionado pelo estado de São Paulo com geração de 640 mil postos até outubro deste ano, ou seja, 41,9% do total de postos criados no país. Nenhum estado registrou fechamento de vagas, porém, em termos relativos, vale ressaltar o fraco desempenho registrado pelo Rio Grande do Sul, com a criação de apenas 28,1 mil vagas.

**GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL JAN – OUT / 2005
E VARIAÇÃO COM RELAÇÃO À JAN – OUT / 2004**



Fonte: CAGED / MTE

A agricultura foi responsável pela criação de 99,8 mil novos postos de trabalho, 58,7% abaixo do mesmo período de 2004. Vale ressaltar que apenas o segmento de pesca registrou fechamento de vagas, 1,3 mil. Já o setor de serviços gerou 16,6% mais postos de trabalho de janeiro a outubro deste ano. Isso significou incremento de 139,1 mil pessoas empregadas, se analisarmos as contratações realizadas no período análogo do ano passado. Pode-se citar ainda que as contratações deste setor foram impulsionadas pelos sub-setores do comércio varejista e das atividades imobiliárias.

Na indústria de transformação, de janeiro a outubro, com exceção do setor de madeira que fechou 11,6 mil vagas, todos os gêneros registraram números positivos na geração de emprego. Dos 317,8 mil novos postos criados pela indústria de transformação brasileira, as maiores contribuições foram dadas pelos setores de alimentos e bebidas, (108,6 mil), vestuário (36,8 mil) e coque e refino de petróleo (23,2 mil). Cabe registrar entretanto, que a indústria contratou 47,3% a menos quando comparada ao mesmo período do ano passado, ou seja, para a geração continuar no nível atingido em 2004, a indústria deveria ter contratado mais de 285,6 mil empregados além do que já foram em 2005. Este menor ritmo ocorreu principalmente nos segmentos de artefatos de couro e calçados e no setor de alimentos e bebidas. O primeiro contratou 65,5 mil trabalhadores de janeiro a outubro de 2004 e 8,6 mil no período análogo a 2005; o segmento de alimentos e bebidas, 140,7 mil em 2004 e 108,6 mil em 2005. A diferença também é gritante no setor de material de transporte, contratou quase 36,6 mil pessoas em 2004, contra apenas 16,8 mil em 2005.

Vale destacar que, apesar do menor ritmo, o número de vagas geradas na indústria de transformação brasileira de janeiro a outubro desse ano ainda é historicamente elevado, ficando atrás apenas do recorde de 2004.

GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAL – BRASIL (JAN-OUT)

	2004	2005	Var. (%)	Var. N° Empreg
Alimentos e Bebidas	140.781	108.616	-22,8%	(32.165)
Fumo	970	353	-63,6%	(617)
Têxtil	26.037	9.371	-64,0%	(16.666)
Vestuário e acessórios	50.817	36.837	-27,5%	(13.980)
Artefatos de couro e Calçados	65.508	8.617	-86,8%	(56.891)
Calçados	55.261	6.795	-87,7%	(48.466)
Madeira	24.034	(11.601)	-148,3%	(35.635)
Celulose e produtos de papel	8.511	4.435	-47,9%	(4.076)
Editorial e Gráfica	8.228	8.233	0,1%	5
Coque e refino de petróleo	29.195	23.298	-20,2%	(5.897)
Química	20.997	14.015	-33,3%	(6.982)
Borracha e Plástico	32.291	20.451	-36,7%	(11.840)
Minerais não-metálicos	15.669	15.301	-2,3%	(368)
Metalurgia básica	17.503	4.675	-73,3%	(12.828)
Produtos de metal	33.212	15.187	-54,3%	(18.025)
Máquinas e equipamentos	28.466	6.909	-75,7%	(21.557)
Máq. para Escrit. e Equip. de Informatic	3.918	4.504	15,0%	586
Material Elétrico e de Comunicações	12.335	7.819	-36,6%	(4.516)
Material Eletrônico e Equip. Comunic.	12.340	8.201	-33,5%	(4.139)
Equip. Instrumentação Médico-hospital.	2.879	2.873	-0,2%	(6)
Material de Transporte	36.608	16.885	-53,9%	(19.723)
Outros Equip. Transporte	7.921	3.309	-58,2%	(4.612)
Móveis e Ind. Diversas	22.525	8.286	-63,2%	(14.239)
Reciclagem	2.161	1.267	-41,4%	(894)
Ind. Transformação	602.906	317.841	-47,3%	(285.065)

*até outubro

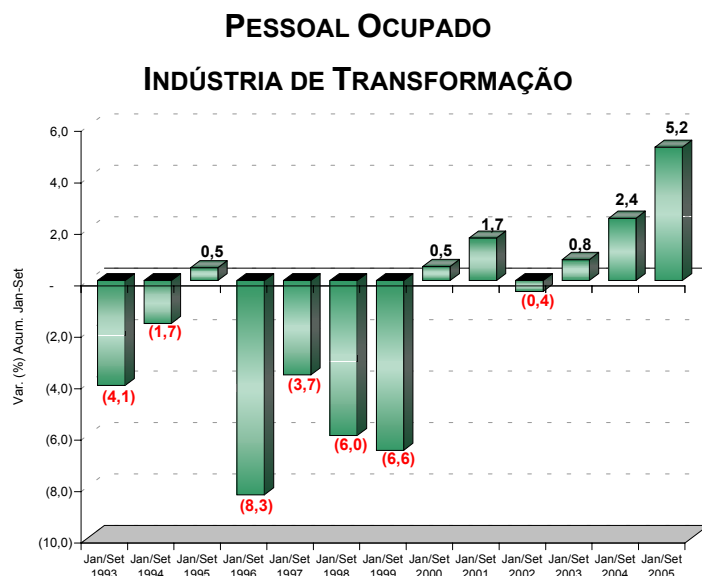
Fonte: CAGED / MTE

Uma segunda estatística muito utilizada para analisar o desempenho do mercado de trabalho industrial brasileiro é a pesquisa da CNI. A diferença estatística feita pelos dados anteriores, do CAGED – MTE, é que agora, o foco é apenas o desempenho do setor industrial e além de considera-se uma amostragem, visa-se estimar percentuais e não números absolutos.

Conforme ratificam as estatísticas da CNI junto a doze federações estaduais, o mercado de trabalho da indústria de transformação seguiu apresentando desempenho positivo no Brasil em 2005. Nesse sentido, o pessoal empregado na indústria de transformação aumentou 5,2% de janeiro a setembro deste ano em comparação com o mesmo período de 2004. Este desempenho, o melhor da série histórica, é resultante de sete meses de crescimento dos últimos nove pesquisados e explicita o bom momento que atravessou o mercado de trabalho industrial em 2004 e 2005.

Dentre os estados pesquisados, no mesmo período, os maiores incrementos, acima de 9%, no pessoal ocupado total da indústria de transformação, foram registrados nos Estados da Bahia e de Pernambuco. Já Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amazonas e

Rio Grande do Sul cresceram abaixo da média nacional, sendo que o último registrou o pior desempenho.



Fonte: CNI

PESSOAL EMPREGADO TOTAL

JAN – SET

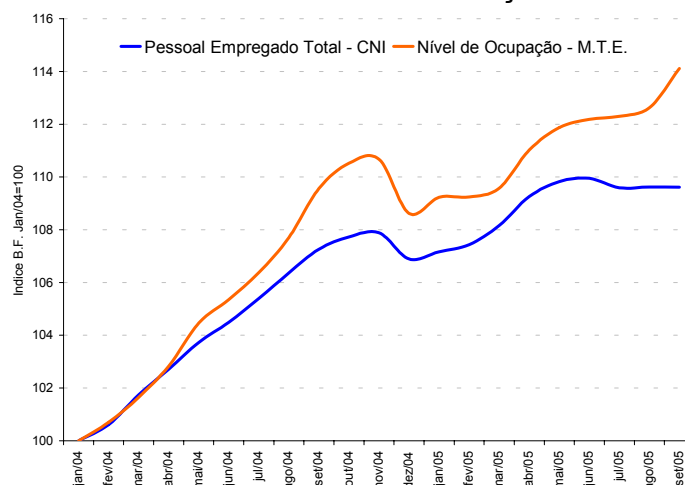
ESTADOS	2004	2005
Bahia	(2,48)	13,2
Pernambuco	4,23	9,1
Paraná	0,06	6,9
Goiás	11,78	7,0
Espírito Santo	4,30	5,8
Minas Gerais	3,32	6,2
São Paulo	2,17	5,4
Brasil	2,42	5,2
Ceará	4,70	4,8
Rio de Janeiro	(2,04)	5,2
Santa Catarina	5,02	4,4
Amazonas	9,16	2,6
Rio Grande do Sul	3,64	0,8

Fonte: CNI

Apesar desse bom desempenho nos últimos meses percebido pelos dados do MTE e no acumulado do ano da variável calculada pela CNI, dois fatores primordiais podem explicar este comportamento: a alta base de comparação do ano passado, principalmente no segundo semestre, e o arrefecimento da atividade econômica, em especial no Rio Grande do Sul. É interessante notar no gráfico a seguir que as duas pesquisas têm uma correlação positiva muito forte, 95%. Isso significa que as alterações sofridas por uma das séries é acompanhada por modificações no mesmo sentido e com magnitude muito parecida, na outra série.

PESSOAL OCUPADO E NÍVEL DE OCUPAÇÃO

Indústria de Transformação



Fonte: CNI e MTE

Ainda com relação à indústria, pode-se analisar os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES / IBGE). Apesar das diferenças metodológicas em relação à Pesquisa Indicadores Industriais da CNI, que estão referenciadas detalhadamente no Box nº XX – Emprego industrial Gaúcho: Desencontro de Números - deste trabalho, a tendência dos resultados das duas pesquisas é a mesma: crescimento do emprego industrial em relação ao ano passado, a diferença está na intensidade.

De fato, emprego industrial brasileiro, quando medido pela PIMES, registrou incremento de 1,70% nos primeiros nove meses do ano. Os setores que impulsionaram o resultado positivo foram coque e refino de petróleo, fabricação de material de transporte, alimentos e bebidas e metalurgia básica. E, em consonância com os dados do Ministério do Trabalho a retração no mercado de trabalho foi observado com maior intensidade nos segmentos de couro e calçados e artefatos de madeira.

GERAÇÃO (%) DE EMPREGO INDUSTRIAL – BRASIL Janeiro a Setembro

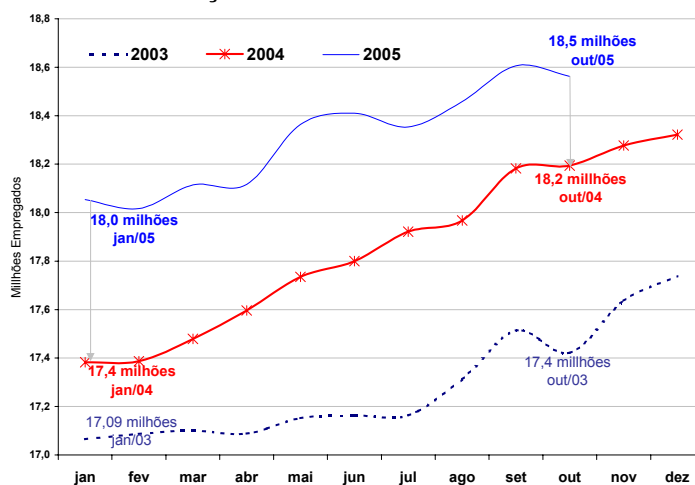
	2004	2005
MTE*	5,60	4,90
CNI	2,42	5,20
PIMES	0,99	1,70

*sobre o estoque de dez/2003

Fonte: MTE, CNI e IBGE

A terceira fonte de análise de dados do mercado de trabalho aqui utilizada é a Pesquisa Mensal do Emprego – PME / IBGE. Vale destacar que essa pesquisa considera as seis principais regiões metropolitanas e contempla o mercado formal e informal. O dinamismo da demanda por mão-de-obra nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME / IBGE, de janeiro a outubro de 2005, revelou-se bastante aquém daquele observado no mesmo período do ano anterior. Apesar da redução do número de contratações, a média de pessoas ocupadas para o total das áreas⁶, de janeiro a outubro em comparação com o período análogo do ano passado, cresceu 3,1%.

NÍVEL DE OCUPAÇÃO – PESQUISA MENSAL DO EMPREGO



Fonte: PME / IBGE

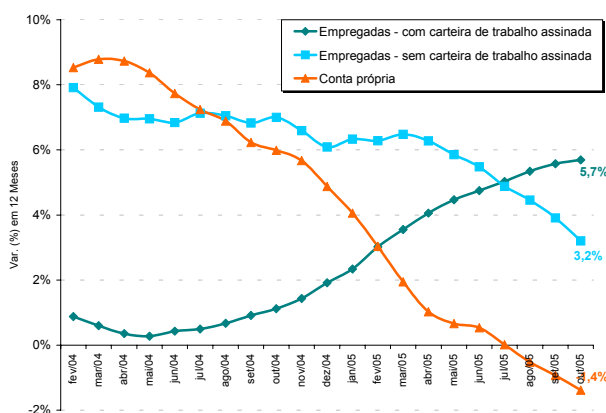
⁶Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre

Este crescimento representou 540,8 mil empregados a mais do que a média de pessoas ocupadas no mesmo período do ano passado. O crescimento por tipo de ocupação se deu da seguinte forma: a média de pessoas empregadas com carteira assinada cresceu 5,7%, as sem carteira 3,2%; ao passo que o número de pessoas que trabalham por conta própria caiu 1,4%.

A região metropolitana de São Paulo registrou a maior expansão do pessoal ocupado no acumulado do ano, 4,2%. Salvador registrou o segundo melhor crescimento, 4,0%, porém nesta foi a única RM em que o aumento do emprego informal foi muito superior ao setor formal. Já Porto Alegre e Belo Horizonte apresentaram comportamentos muito semelhantes, 3,3%; em ambas a evolução do emprego formal foi consideravelmente superior ao registrado nas outras categorias.

Na RM de Recife a ocupação apresentou o menor resultado, mas ainda positivo com relação ao ano passado, 0,4%. A peculiaridade desta região é que os empregados por conta própria reduziram-se em 5,8% e os empregos formais cresceram 6,4% fazendo com que a expansão total não parecesse muito significativa.

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO Vínculos do Trabalho

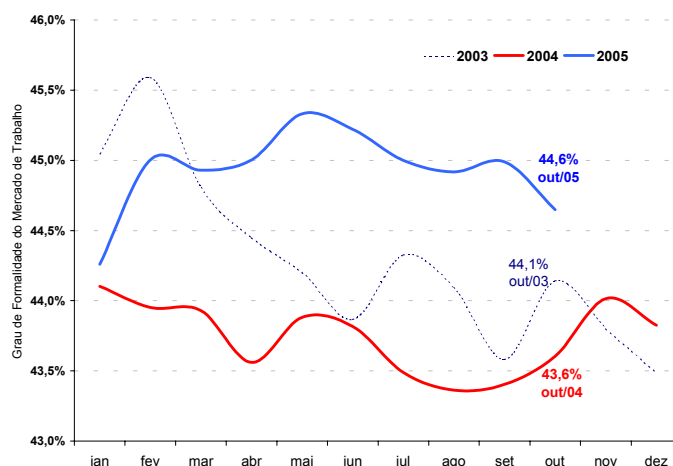


Fonte: PME / IBGE

EVOLUÇÃO DO EMPREGO Var. (%) Acum. Ano / Jan-Out

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria	Total
Recife	6,4%	0,5%	-5,8%	0,4%
Salvador	2,4%	10,2%	1,5%	4,0%
Belo Horizonte	6,4%	0,0%	0,9%	3,3%
Rio de Janeiro	4,2%	0,3%	1,3%	1,6%
São Paulo	6,8%	4,5%	-3,3%	4,2%
Porto Alegre	5,2%	5,8%	-3,5%	3,3%
Brasil	5,7%	3,2%	-1,4%	3,1%

Estes números traduzem um fenômeno importante no comportamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro em 2005: melhor qualidade do emprego gerado em 2005, ou seja, o ritmo de contratações formais foi superior ao das contratações informais, refletindo a melhora do grau de formalidade do mercado trabalho brasileiro, o melhor dos últimos três anos.

GRAU DE FORMALIDADE⁷ DO MERCADO DE TRABALHO

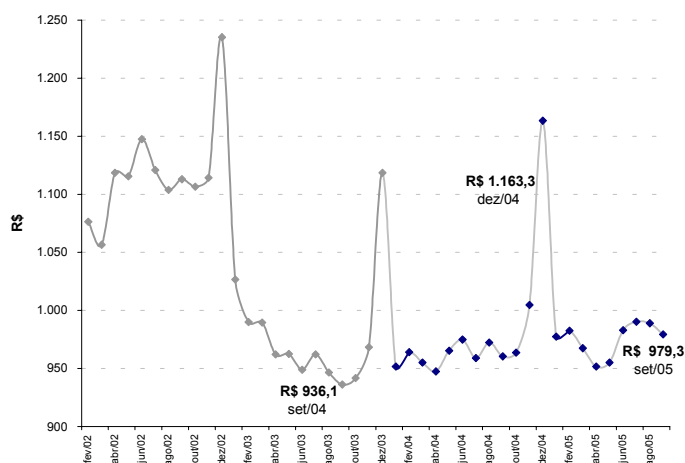
Fonte: PME / IBGE

- RENDIMENTOS**

Há várias maneiras de se levantar os dados de evolução do rendimento no mercado de trabalho no Brasil. Assim, analisamos o comportamento do rendimento levantado pela PME / IBGE, da massa de salários a partir dos dados do CAGED / MTE e da evolução dos salários reais levantados pela CNI para a indústria nacional.

Ao lado do desacquecimento do ritmo das contratações figurou o desempenho dos rendimentos dos trabalhadores com sensível melhora desde o final de 2004, atingindo níveis progressivamente positivos em 2005.

RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO
todas as regiões metropolitanas (valores de setembro)



Fonte: PME / IBGE

⁷ Para medir o grau de formalidade do mercado de trabalho utilizou-se o total de pessoas com 10 anos ou mais de idade com carteira assinada, dividida pelo total de pessoas ocupadas com mais de 10 anos de idade.

Ao analisar o comportamento dos rendimentos reais médios habitualmente recebidos pelas diferentes posições na ocupação, nota-se um movimento distinto entre eles. Os rendimentos dos trabalhadores no setor privado com carteira assinada, que tem absorvido um número crescente de mão-de-obra, registraram taxas negativas em todos os meses de 2005. Diferentemente dos trabalhadores do setor público, que acumulam rendimentos 4,1% maiores em setembro em comparação ao mesmo período do ano passado.

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL

Var. (%) Acum. Ano

	Setor público	Setor privado*	Total
Recife	8,4%	2,5%	6,8%
Salvador	10,8%	1,8%	1,4%
Belo Horizonte	-2,6%	2,2%	2,5%
Rio de Janeiro	1,6%	0,5%	1,3%
São Paulo	6,8%	0,8%	1,5%
Porto Alegre	2,3%	-0,4%	-1,2%
Brasil	3,8%	0,9%	1,4%

*com ou sem carteira de trabalho assinada

Fonte: PME / IBGE

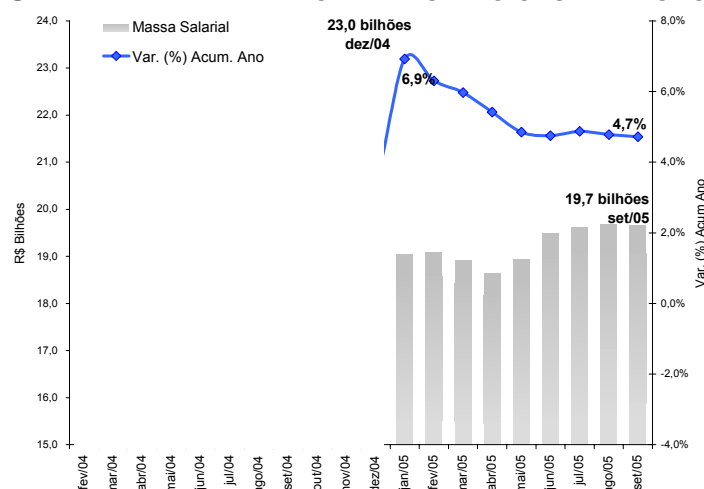
COMPARATIVO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL

R\$

	set/04	set/05	Var. (%)
Setor público	1.412	1.433	1,5%
Setor privado*	790	809	2,4%
Total	961	979	2,0%

Fonte: PME / IBGE

Dados os movimentos combinados do nível de ocupação com dos rendimentos reais efetivamente recebidos, a massa salarial vem mostrando evolução anual positiva cada vez menos intensa. Desde janeiro deste ano, quando a variação anual atingiu o maior valor já registrado nos últimos 3 anos, tem havido recuo nas taxas de variação anual que passou de 6,7% em janeiro para 4,7% em setembro. Atualmente, a massa de salários real para as seis regiões metropolitanas encontra-se em cerca de R\$ 19,7 bilhões.

MASSA SALARIAL EFETIVA – TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS

Fonte: PME / IBGE

Neste contexto, a título de complementarão do levantamento da PME / IBGE, pode-se recorrer à estatística mensal do Ministério do Trabalho. Neste caso, pode-se verificar que as contratações que ocorreram em 2004 e em 2005 até outubro, foram nas faixas com

remuneração mensal entre 0,5 a três salários mínimos; já as 158,3 mil demissões de 2005, ocorreram nos cargos com remuneração mensal superior a 3 salários mínimos. Ou seja, o aumento do emprego formal no Brasil tem se dado, em especial, nas faixas de rendimentos menores.

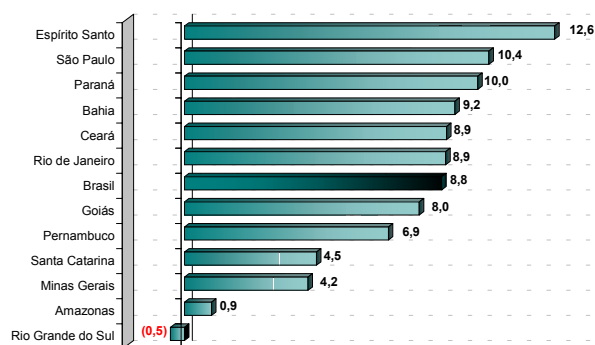
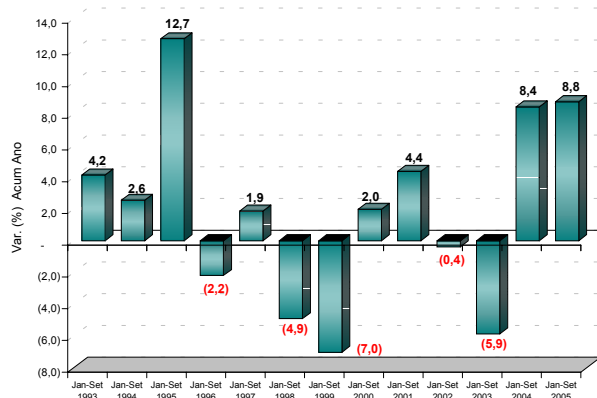
GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL POR FAIXA SALARIAL / JAN-SET

Faixas Salariais	2004	2005
Até 0,5 salário mínimo	17.159	10.550
De 0,51 a 1,0 s.m.	351.423	149.075
De 1,01 a 1,5 s.m.	994.039	981.076
De 1,51 a 2,0 s.m.	429.489	391.586
De 2,01 a 3,0 s.m.	162.175	140.441
De 3,01 a 4,0 s.m.	(18.242)	(15.035)
De 4,01 a 5,0 s.m.	(30.483)	(29.383)
De 5,01 a 7,0 s.m.	(49.454)	(46.179)
De 7,01 a 10,0 s.m.	(31.958)	(27.913)
De 10,01 a 15,0 s.m.	(19.992)	(18.847)
De 15,01 a 20,0 s.m.	(7.961)	(6.907)
Mais de 20,0	(15.580)	(14.052)
Ignorado	15.732	12.457
Total	1.796.347	1.526.869

Fonte: MTE / CAGED

Uma outra fonte estatística de dados para o mercado de trabalho é a evolução dos salários reais medida pela CNI para a indústria de transformação. Neste caso, os rendimentos industriais mostraram crescimento de 8,8% de janeiro a setembro de 2005, com relação ao mesmo período do ano passado. Essa variável vem mantendo o fôlego desde o início de 2004 e atingiu o maior valor em janeiro deste ano, 9,7%. A partir de então, vem decrescendo, apesar de ter registrado altas taxas ao longo de todo o ano.

Salários Industriais Totais



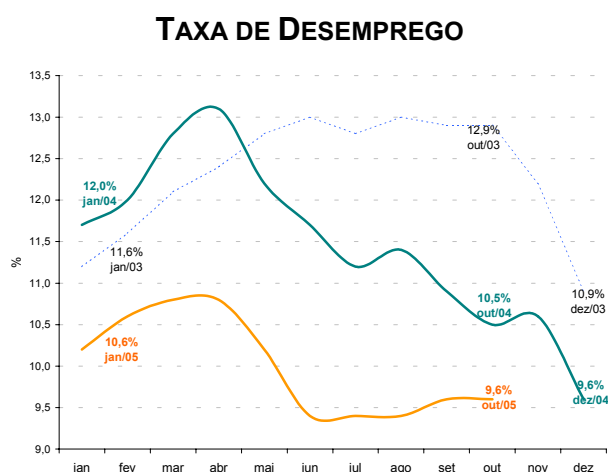
Fonte: CNI

Em termos regionais, conforme mostra o gráfico, os salários industriais cresceram na grande maioria dos estados pesquisados pela CNI. Vale destacar as taxas expressivas do Espírito Santo e de São Paulo, sendo que o único desempenho negativo foi verificado no Rio Grande do Sul.

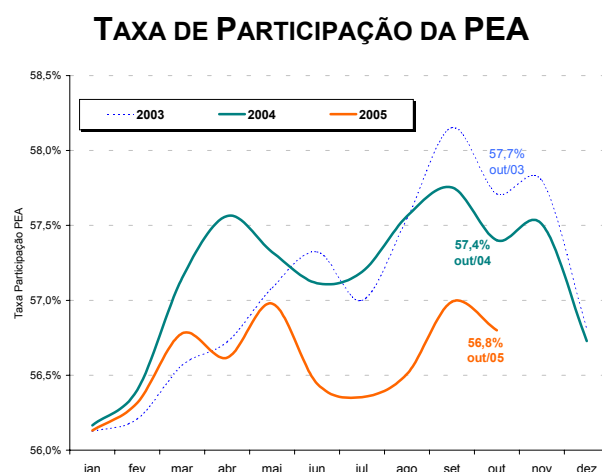
• TAXA DE DESEMPREGO

Da mesma forma que para a evolução do emprego e do rendimento real há várias fontes de pesquisa que medem a evolução da taxa de desemprego. Porém, aqui serão analisados os dados da PME / IBGE, que considera as seis regiões metropolitanas do Brasil.

O fator mais positivo do mercado de trabalho em 2005 é a evolução da taxa de desemprego, que atingiu seu menor patamar ao longo do ano: 9,4% nos meses de junho a agosto, com valor médio de 10,0% nos dez primeiros meses do ano. Vale ressaltar que esse resultado foi inferior ao registrado no mesmo período de 2004 (11,8%).



Fonte: PME



Como já foi apontado, uma das características do mercado de trabalho em 2005 foi a relativa redução da demanda por mão-de-obra. Assim, a queda da taxa de desemprego se deu em favor da saída de pessoas da PEA⁸, contribuindo de maneira decisiva para a redução do indicador de desocupação. O menor dinamismo da PEA este ano com relação ao observado em 2004 pode ser a própria melhoria das condições de emprego e remuneração ocorrida de 2004 para 2005, que atenuou o impulso de membros secundários das famílias de também procurarem o mercado de trabalho.

• PERSPECTIVAS

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos, o emprego formal brasileiro parece estar diminuindo seu dinamismo em 2005, tanto no agregado quanto na indústria de transformação em relação ao ano anterior. Neste sentido, a geração de emprego formal no País deverá encerrar o ano contabilizando algo em torno de 1.253 mil novas vagas, após dois anos de forte crescimento. Na indústria, este número deverá ser de 295 mil.

⁸ Número de Pessoas Economicamente Ativas – compreende as pessoas ocupadas na semana de referência e as pessoas desocupadas nessa semana com procura de trabalho no período de referência de 30 dias.

Já para 2006 com a perspectiva para as vendas industriais seguindo favoráveis em um cenário de taxa de juros decrescentes e inflação baixa, crescimento da massa salarial, expansão do crédito e melhora na confiança do consumidor, tem-se os elementos básicos para se criar mais de um milhão de empregos novamente.

Vale ainda considerar que, no cenário básico, a recuperação da atividade econômica se dará em ritmo condizente com as condições de oferta, sem resultar em pressões significativas sobre a inflação sinalizando um cenário para 2006 promissor para a economia com reflexos positivos no mercado de trabalho.

No cenário alternativo, as projeções de crescimento da economia são menores, e isso deverá resultar também em menor geração de empregos formais. Porém, acredita-se que a piora na expectativa dos consumidores e investidores não será o suficiente para evitar que sejam gerados, pelo menos, 1,3 milhão de empregos no ano de 2006.

GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAL

	2005	2006	
		Cenário I	Cenário II
Agropecuária	(75.677)	29.235	27.481
Indústria	295.357	317.283	298.246
Serviços	1.034.118	1.087.118	1.021.891
Total	1.253.798	1.433.636	1.347.618

Fonte e Projeções: Unidade de Estudos Econômicos

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO: UMA LIÇÃO A APRENDER

Em países em desenvolvimento, a eficiência do gasto público deve ser um norte a guiar a política fiscal. Nesse sentido, o gasto público deve funcionar como um instrumento de política econômica de longo prazo, capaz de alterar a capacidade produtiva do país, no sentido de prover infra-estrutura e aumentar a produtividade de seus trabalhadores ao promover o acesso a uma educação de qualidade.

No mundo, segundo recente trabalho do FMI, entre os anos de 1960 e 1990, o número de anos estudados por pessoa dobrou e o acréscimo de estudantes com acesso ao segundo grau passou de 50 milhões para 500 milhões. Entretanto, a situação ainda é caótica, pois mais que um estudante a cada quatro desiste de estudar antes mesmo de saber ler nos países em desenvolvimento.

A educação nesses países ainda é muito precária e por isso é fundamental que ocorram investimentos nas escolas e na qualificação dos professores. Quanto mais recursos implementados, melhor preparada estará a população para incorporar melhorias tecnológicas e maiores serão os aumentos de produtividade do trabalho.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2003 (PNAD2003), realizada pelo IBGE, o brasileiro, em média, estuda 6,3 anos. Isto significa sequer o término do ensino fundamental. Apesar do tempo de estudo ainda ser muito baixo, tanto em termos relativos quanto absolutos, a pesquisa revelou que o Brasil tem avançado no sentido de expandir o sistema educacional, universalizando a educação básica, aumentando o tempo de permanência das crianças na escola, reduzindo taxas de evasão e repetência e expandindo a educação pré-escolar e secundária. Ao longo da década de 90, os indicadores referentes à educação tiveram expressiva melhora, havendo diminuição da desigualdade regional e racial. Contudo, ainda há muito que evoluir.

A Unesco e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em estudo feito em 2003, avaliaram a qualificação do ensino, considerando a capacidade de leitura, a habilidade matemática e o conhecimento de ciência entre estudantes de 15 anos. Todos os alunos analisados tinham concluído o ensino fundamental e foram selecionados entre escolas públicas e privadas. No estudo, que avaliou 41 países, o Brasil ficou em 37º lugar à frente somente a Macedônia, Albânia, Indonésia e Peru. No teste de matemática e ciências, o Brasil logrou o 40º lugar, apresentando domínio apenas das quatro operações básicas. Nesse aspecto, estamos à frente apenas do Peru. O relatório das avaliações classifica os alunos brasileiros entre os piores do mundo em interpretação de leitura e os classifica como analfabetos funcionais.

Além disso, existem outros aspectos relacionados à difusão da informação e melhoria tecnológica em que também o Brasil apresenta números deprimentes. Enquanto 13% da população mundial têm acesso à Internet, no Brasil esse número é de apenas 8%, número inferior ao verificado no Líbano e no Peru. Nos EUA, 55% da população têm acesso e na Irlanda esse número é de 65%. Já dados da Unesco de 2000 apontaram que o Brasil investe muito pouco em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Enquanto países como Israel aplicam 4,7% do seu PIB, o Brasil aplica a mísera cifra de 1% do PIB.

Vários especialistas acordam que a participação do governo no setor de educação deve estar concentrada nos níveis mais elementares de ensino. A explicação é bastante

simples: uma pessoa de baixa renda e com escolaridade mínima não seria propensa a investir em educação, uma vez que haveria um alto custo gerado pelo baixo retorno ao exercer tal atividade até que o investimento se tornasse atrativo. No caso das crianças, o fenômeno seria o mesmo: as famílias de baixa renda, pelo mesmo motivo, não estariam dispostas a investir na escolaridade dos filhos. E assim, cria-se uma armadilha de pobreza em que todos perdem, seja com o aumento da violência e da marginalidade, seja com a perpetuação da desigualdade. Além do trabalho de longas horas e pais analfabetos que desconhecem a importância da educação, outras dificuldades que impossibilitam a ida dos estudantes à escola são a fome e o longo percurso que deve ser feito para chegarem ao local do estudo.

Para melhorar o ensino tanto no Brasil quanto no mundo é fundamental investir na qualidade dos professores, melhorando as faculdades e os cursos de formação e aperfeiçoamento. Além disso, é preciso melhorar salários. Dessa forma, estar-se-á incentivando que outras pessoas se especializem em ensinar e, assim, a aprimorar o conhecimento da população.

Na semana passada, a ONU apresentou seu tradicional relatório sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Nele, aspectos como educação e saúde fizeram com que o país perdesse posições no ranking mundial. Atualmente, o Brasil ocupa a 63ª posição, atrás de países como Cuba, México e Malásia. Em 2004, o Brasil gastou 4,2% do seu PIB em educação. Países como Espanha e Alemanha investiram mais. O problema dessa assimetria é claro: nós fazemos parte de um grupo chamado países em desenvolvimento e esses outros não. Eles já perceberam que investir em educação é importante. Parece que nós ainda não aprendemos a lição e isto é um grande problema.

Publicado no Informe Econômico Nº 37 de 12/09/05

2.5 SETOR EXTERNO

As exportações brasileiras em 2005 tiveram crescimento recorde, apesar da valorização do câmbio. O principal fator a explicar esse comportamento é a demanda externa que ainda permanece aquecida. Porém, mesmo com a projeção de manutenção desse cenário positivo no mercado internacional, as exportações devem perder um pouco desse ímpeto, e crescerão menos do que o verificado em 2005.

A estabilidade econômica interna e o ajuste nas contas externas, na esteira de uma maior liquidez internacional foram elementos decisivos para manter em níveis baixos a percepção de risco-país durante o ano de 2005. Nesse caso, os dados do resultado do Balanço de Pagamentos descrevem em detalhes os principais fatores de ajuste e será útil para indicar uma trajetória futura para uma das variáveis mais importantes em ano eleitoral, o câmbio.

O primeiro ponto a destacar é o elevado **superávit comercial** obtido a partir, principalmente, de forte crescimento das exportações (+23%) no acumulado entre janeiro a setembro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Vale ressaltar que o resultado da balança comercial foi mais do que o suficiente para cobrir o aumento dos gastos na conta de serviços e rendas, que também cresceu de forma expressiva para o período⁹. Assim, as **transações correntes** apresentaram ligeira melhora, passando de US\$ 9,7 bilhões para US\$ 11 bilhões. Apesar disso, em percentual do PIB ocorreu uma ligeira queda, de 2,16% para 1,91%, entre os primeiros nove meses de 2004 e o mesmo período desse ano.

O balanço de capitais também apresentou ajuste positivo, com destaque para a redução do déficit da conta financeira. O crescimento da economia, o menor risco-país e a elevada liquidez internacional são fatores que podem explicar o bom resultado dos investimentos diretos no país, US\$ 5,8 bilhões acima do verificado para o mesmo período do ano passado, apesar de também ter caído como percentual do PIB.

Nesse caso, podemos destacar dois aspectos positivos. Em relação à entrada de recursos, enquanto os brasileiros no exterior remeteram cerca de US\$ 166 milhões a menos nos primeiros nove meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, os estrangeiros remeteram cerca de US\$ 3,7 bilhões a mais, com destaque para os empréstimos intercompanhias.

⁹ O terceiro item para o cálculo das transações correntes são as transferências unilaterais, porém, como pode ser visto nos dados do balanço de pagamentos, essas se mantiveram praticamente estáveis na comparação entre os dois períodos.

BALANÇO DE PAGAMENTOS – BRASIL
(em US\$ milhões – janeiro a setembro)

Discriminação	2004	2005
Balança comercial (FOB)	25,075	32,664
Exportações	70,278	86,719
Importações	45,203	54,056
Serviços e rendas	(17,737)	(24,200)
Receitas	11,151	13,820
Despesas	28,888	38,020
Transferências unilaterais correntes (líquido)	2,381	2,599
Transações correntes	9,720	11,062
Conta capital	185	588
Conta financeira	(7,358)	(3,866)
Investimento direto (líquido)	3,555	9,393
Investimentos em carteira	(4,228)	4,348
Derivativos	(534)	161
Outros investimentos ⁴	(6,151)	(17,768)
Erros e omissões	(1,956)	(661)
Conta capital e financeira	(7,173)	(3,279)
Variação de reservas (=aumento)	(590)	(7,123)

Fonte: Banco Central do Brasil

Em segundo lugar, a despeito do câmbio favorável, os brasileiros tem feito uma menor quantidade de remessa de dólares para o exterior, cerca de US\$ 6,5 bilhões a menos do que o verificado no mesmo período do ano passado. Esse movimento pode ser constatado tanto com a redução na participação no capital de empresas no exterior quanto no empréstimo intercompanhias. Por outro lado, os estrangeiros aumentaram as suas remessas para fora do Brasil, US\$ 4,2 bilhões a mais.

INVESTIMENTO DIRETO NO BRASIL
(Janeiro A Setembro – Us\$ Milhões)

	2004	2005	Variação
Receitas	18,633	22,158	3,526
De brasileiros	801	634	(166)
De estrangeiros	17,832	21,524	3,692
Despesas	15,077	12,765	(2,312)
De brasileiros	9,626	3,029	(6,597)
De estrangeiros	5,451	9,736	4,285
Investimento Direto	3,555	9,393	5,837

Fonte: Banco Central do Brasil

No geral, dos US\$ 21 bilhões que os estrangeiros remeteram para o Brasil nesse ano, cerca de US\$ 15 bilhões são de investimento direto, valor que é um pouco superior aos US\$ 14,4 bilhões verificado no mesmo período do ano passado. Dentre os maiores investidores no Brasil, destaque para os EUA, porém, é o México e a França que mais aumentaram, em termos percentuais, seus investimentos por aqui.

Outro item que experimentou forte ajuste na conta financeira foram os investimentos em carteira (os chamados capitais voláteis). De um fluxo negativo em US\$ 4,2 bilhões no ano passado, reverteu-se para positivo em US\$ 4,3 bilhões nesse ano, com destaque para os

investimentos em ações e em títulos de renda fixa. Vale ressaltar que esse último teve a influência positiva do elevado diferencial entre os juros interno e externo.

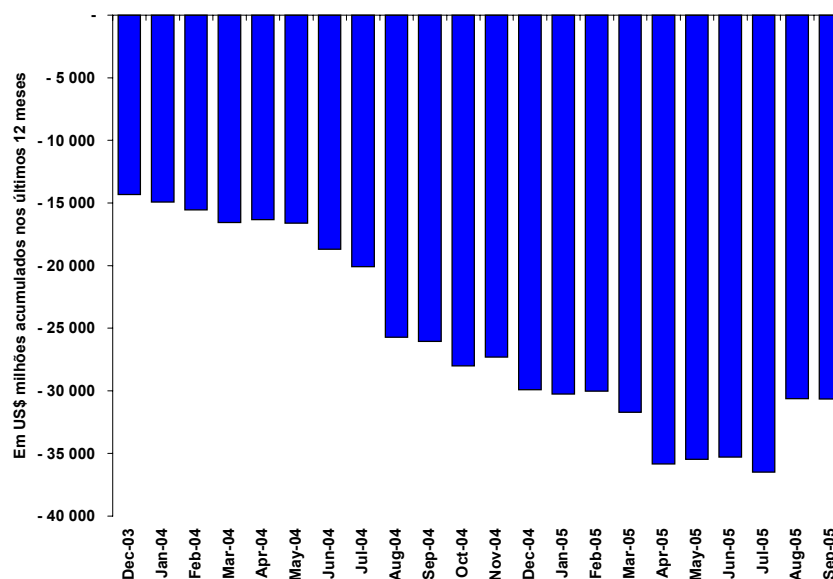
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL
(Janeiro a Setembro – US\$ milhões)

	2004	2005	Var. (%)
EUA	2 141	3 094	44.48%
Países Baixos	6 782	2 566	-62.17%
México	55	1 647	2877.6%
França	272	1 341	393.90%
Ilhas Cayman	1 041	844	-18.89%
Alemanha	704	762	8.37%
Japão	163	709	334.78%
Sub-total	11 158	10 965	-1.74%
Outros	3 278	4 038	23.18%
Total	14 437	15 003	3.92%

Fonte: Banco Central do Brasil

Com esse ajuste nas contas externas, foi possível assistir a dois movimentos importantes nas contas externas brasileiras: um aumento das reservas no valor de US\$ 7 bilhões, que hoje se encontram em US\$ 57 bilhões; e a redução da necessidade de financiamento externo¹⁰. Esse último item tem impactado de forma positiva na percepção dos investidores sobre a capacidade de recuperação da economia brasileira, também resultando na redução do risco-país nos últimos dois anos.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR EXTERNO – BRASIL
(em US\$ milhões acumulados em 12 meses)



Fonte: Banco Central do Brasil

¹⁰ A necessidade de financiamento externo é calculada a partir da diferença entre o saldo em transações correntes e o investimento estrangeiro direto líquido, que inclui empréstimos intercompanhias.

Para se ter uma idéia da dimensão desse ajuste, ao final do ano de 2002, as necessidades de financiamento do setor externo brasileiro eram negativas em US\$ 8,9 bilhão. Com o aumento das exportações, e a conseqüente elevação do saldo em transações correntes, conjuntamente com a manutenção do nível de investimento no país, essa necessidade veio se reduzindo cada vez mais, e hoje está em –US\$ 30,6 bilhões.

Essa melhora no quadro externo contribuiu para que o setor privado fizesse maiores captações junto a investidores externos. Assim, de um total de US\$ 3,4 bilhões de títulos de médio e longo prazo colocados no mercado nos primeiros nove meses do ano passado, esse valor passou para US\$ 4,5 bilhões. Outro aspecto positivo no *front* externo foi a maior taxa de rolagem¹¹ no total de empréstimos do setor privado, que passou de 60% para 70%.

Assim, a melhora no cenário externo veio acompanhada de uma forte valorização da taxa de câmbio, e que suscitou dúvidas sobre a continuação desse processo de ajuste, em especial pelo lado das exportações. Nos últimos meses, todavia, foi justamente uma ampliação da oferta de dólares na economia pela via comercial e a menor redução da necessidade de financiamento do setor externo, conjugadas com o cenário externo positivo (alta liquidez internacional) e com o menor risco-país, o que ajuda a explicar o intenso processo de valorização cambial.

Vale destacar que, em um regime de câmbio flexível, fundamentalmente o que irá determinar o comportamento da taxa de câmbio é a relação entre oferta e demanda por moeda. Como pode ser visto nos dados de transações com moedas estrangeiras, a valorização continuada da taxa de câmbio desde o início de 2003, mas mais intensa em 2005, encontra respaldo justamente nesse desequilíbrio entre a oferta e a demanda por divisas estrangeiras, a despeito das intervenções do Banco Central no mercado cambial. Nesse caso, uma variável muito útil para se fazer essa medida é a evolução do câmbio contratado¹².

Como pode ser visto no gráfico, nos meses que antecederam a mudança de regime cambial no Brasil, o fluxo acumulado em 12 meses de câmbio contratado caía de forma acentuada, chegando a quase US\$ 50 bilhões negativos (mais saídas do que entradas). Porém, aos poucos esse fluxo foi se revertendo e tornou-se positivo em meados do ano 2000.

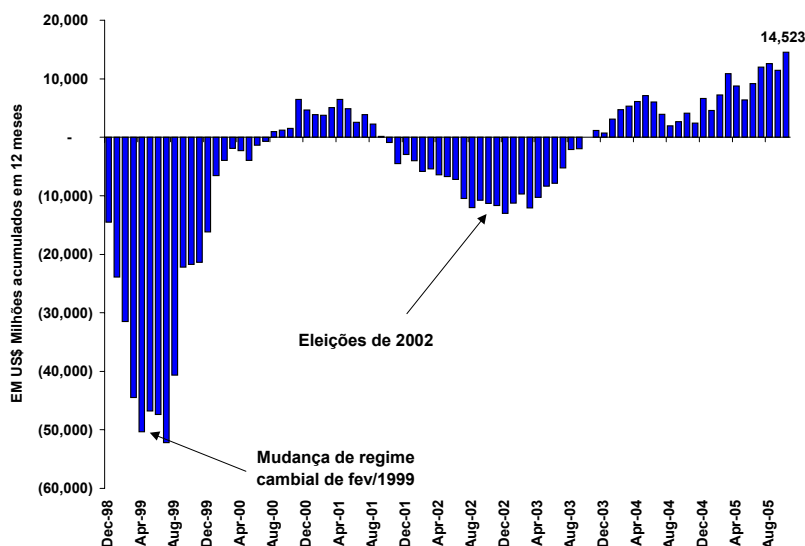
Para se entender a trajetória do câmbio, é importante ter em mente que essa é uma das variáveis mais sensíveis da economia. Assim, a crise econômica na Argentina, o racionamento de energia no Brasil, que limitou o crescimento da economia, os escândalos contábeis nos EUA e, logo depois, os ataques terroristas em Nova York, deterioraram sobremaneira o cenário econômico internacional e nacional, movimento esse que foi amplamente captado pela mudança de comportamento do câmbio contratado. A reversão de tendência perdurou até as eleições de 2002 quando, a partir de então, o fluxo voltou a ser positivo, na esteira de uma maior oferta de dólares a partir da elevação das exportações e a melhora no cenário externo.

¹¹ A taxa de rolagem é calculada a partir da razão entre desembolsos e amortizações efetivamente recebidos e emitidos.

¹² O câmbio contratado é medido pela soma dos saldos de contratos comerciais e financeiros mais as operações feitas com instituições no exterior na compra de ouro e de moeda estrangeira.

Atualmente, o movimento de câmbio contratado no Brasil apresenta um saldo positivo de cerca de US\$ 14 bilhões acumulados em 12 meses, sendo que, dos dez primeiros meses do ano, apenas três tiveram saldo negativo. A maior oferta de dólares decorre, em especial, da via comercial, pois no segmento financeiro tem ocorrido maiores vendas que compras de divisa, o que sustenta a valorização da moeda nacional nos últimos meses.

EVOLUÇÃO DO CÂMBIO CONTRATADO (em US\$ milhões acumulados em 12 meses)



A manutenção desse cenário positivo para o balanço de pagamentos no ano 2006 depende de aspectos ligados tanto ao cenário internacional quanto nacional. No primeiro caso, o preço do petróleo, o comportamento da política monetária nas principais economias mundiais, em especial nos EUA e a reação dos investidores ao movimento conjunto de eleições na América Latina, são fatores importantes a determinar o fluxo de recursos para a região e a demanda por exportações brasileiras.

Na medida em que um maior preço do petróleo no mercado internacional resulte em aperto monetário acima do esperado pelo mercado para os EUA (a projeção é que a taxa básica chegue a 4,75% ao final do primeiro trimestre do próximo ano e assim permaneça por pelo menos sete meses), devemos esperar que ocorra um crescimento econômico mundial menor do que os 4,3% projetados inicialmente. Com isso, o Brasil deverá se defrontar com uma menor demanda por exportações, o que pode reduzir o ímpeto do setor exportador.

Com menor crescimento e disposição dos investidores externos em financiar as economias emergentes, o fluxo de recursos diminuirá, em especial para a América Latina, onde estão programadas sete eleições para o ano que vem. Esses fatores podem resultar na queda do investimento estrangeiro direto, seja com destino para ações ou renda fixa, ou então para empréstimos intercompanhias, resultando em menores resultados para a conta capital e financeira. Apesar desses riscos, nossos cenários de previsão consideram que as maiores fontes de risco para a economia brasileira estão internas, em especial nos temas ligados ao cenário político eleitoral.

No cenário básico, ao qual atribuímos as maiores probabilidades, as projeções são de que as exportações continuem a crescer, porém, em menor ritmo que o verificado no ano de 2005 e diante de uma pequena oscilação da taxa de câmbio em direção à desvalorização. Essa previsão encontra sustentação na redução do fluxo de câmbio contratado, que deverá ocorrer tanto pela via comercial, na medida em que as exportações se desaquecem e as importações crescem, quanto pela via financeira, em um movimento natural de proteção dos investimentos que os estrangeiros devem procurar, mesmo na ausência de risco político.

Nesse cenário, a previsão é que o saldo comercial seja ligeiramente menor do que o observado no ano de 2005, mas ainda elevado o suficiente para manter um superávit em transações correntes. Pelo lado da conta capital, no cenário básico consideramos que o fluxo de investimento estrangeiro direto deve-se manter no patamar de US\$ 14,5 bilhões. Esse movimento positivo no Balanço de Pagamentos deve contribuir para a manutenção do risco-país em patamares baixos, com reflexos positivos sobre a estabilidade cambial.

No cenário alternativo, projetamos a existência de um risco eleitoral. Nesse caso, o movimento mais imediato ocorre pelo lado da conta capital e financeira, com a redução dos investimentos estrangeiros no Brasil, seja os direcionados para taxa de juros ou então os diretos. Vale ressaltar que essas ações apresentam reflexos sobre a contratação de câmbio pela via financeira. Com a redução do diferencial entre a demanda e a oferta de dólares para a economia brasileira, o câmbio pode iniciar um processo de ajuste mais intenso. Destacamos que, nesse cenário, esse movimento deve iniciar-se em abril, quando então se tem de fato aspectos mais claros da corrida eleitoral, como por exemplo, os candidatos e suas propostas, além dos primeiros resultados de intenção de votos dos eleitores.

PROJEÇÕES PARA O SETOR EXTERNO – BRASIL
(US\$ Milhões)

	2005	2006	
		Cenário I	Cenário II
Balança Comercial (FOB)	41.1	34.9	38.2
Exportações	116.5	124.7	126.4
Importações	75.4	89.7	88.2
Serviços e Rendas	(32.3)	(36.5)	(34.8)
Transferências Unilaterais	3.5	3.7	3.7
Transações Correntes	12.3	2.2	7.1
Conta Capital e Financeira	(4.4)	(3.8)	(10.9)
Conta Capital	0.8	0.8	0.8
Conta Financeira	(5.2)	(4.6)	(11.7)
IED	15.7	12.9	9.6

Um resultado negativo menor na conta capital e financeira irá produzir reflexos negativos nas reservas. Mas, é importante destacar que a depreciação do câmbio irá resultar em um incentivo para o segmento exportador, porém, essa resposta deve ocorrer com uma certa defasagem temporal, sendo que seus maiores benefícios não devem ser colhidos ainda em 2006.

O aspecto mais importante dessas projeções passa pela magnitude do impacto que se terá, de um lado, nas transações correntes e, de outro, na conta capital e financeira. Em todo caso, as condições externas favoráveis podem contribuir para amenizar o cenário político mais conturbado que se projeta para 2006.

2.6 SETOR PÚBLICO

AUSTERIDADE FISCAL: PALAVRA DE ORDEM

Em 2005, apesar dos grandes superávits primários, a trajetória da taxa de juros não permitiu a melhora do resultado nominal, fundamental para a dinâmica da razão dívida/PIB. Para 2006, a perspectiva da queda gradativa dos juros e a preservação da política de austeridade fiscal podem contribuir positivamente para a melhoria da relação dívida/PIB.

O ano de 2005 foi marcado novamente por uma sequência de receitas recordes. Entretanto, as taxas de crescimento da arrecadação foram praticamente metade das verificadas no mesmo período em 2004. Nesse sentido, dois fatores colaboram para os números alcançados: a base de comparação extremamente alta - que foi o ano de 2004 - e a diminuição da taxa de crescimento da economia.

Na classe dos impostos, destaca-se a participação do imposto de renda. Entre todos os fatores que podem justificar o comportamento desta variável, talvez a falta de correção da tabela tenha sido o mais importante. Outro imposto que cresceu significativamente em termos absolutos foi o IPI, impulsionado pela produção de automóveis. Em contrapartida, o imposto de importação apresentou queda de sua arrecadação decorrente de duas motivações: a redução de 1,15% na alíquota média efetiva e da queda de 16,01% na taxa de câmbio média.

ARRECAÇÃO FEDERAL NO ANO (Dados Reais - IPCA - R\$ Bilhões)

	2004	2005	variação	
	jan-out	jan-out	%	Bilhões
Imposto de Renda	91,59	100,67	9,9%	9,08
IPI	20,21	21,65	7,1%	1,44
IOF	4,66	5,08	8,9%	0,41
Imp. de Importação	8,20	7,66	-6,6%	(0,54)
Cofins	70,93	73,56	3,7%	2,63
PIS/PASEP	17,92	18,44	2,9%	0,52
CPMF	23,30	24,22	4,0%	0,92
CIDE	7,06	6,50	-7,9%	(0,56)
SUB TOTAL	243,87	257,78	5,7%	13,91
TOTAL	373,93	394,67	5,5%	20,73

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Quanto às contribuições, cabe, sem dúvida, destaque à COFINS. A tributação das importações decorrente da Lei nº 10.833/03, que introduziu a tributação dos insumos importados pelas empresas sujeitas a não-cumulatividade, e da Lei nº 10.865/04, que a estendeu a todos os produtos importados, foram os itens que mais contribuíram para seu

desempenho em 2005. Segundo a Secretaria da Receita Federal, essa tributação harmonizou os mercados interno e externo quanto à incidência da COFINS.

Quanto ao resultado primário, é importante ressaltar o esforço evidenciado em todas as esferas no sentido de aumentar a poupança pública. Entretanto, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o maior crescimento verificado foi o da contribuição das estatais. A Petrobrás, nesse sentido, tem sido uma peça fundamental para o ajuste das contas públicas.

Para a composição do superávit primário de 2005, a maior contribuição novamente será dada pelo Governo Central, mais especificamente, pelo Governo Federal, que sozinho já conseguiu poupar, R\$ 87,7 bilhões (valores correntes). Apesar do grande superávit alcançado por Estados e Municípios, o volume arrecadado pelos mesmos é quase R\$ 6,9 bilhões inferior ao déficit do INSS, que deve encerrar o ano com um déficit da ordem de R\$ 38,5 bilhões. Vale destacar que o bom desempenho dos Estados está fortemente alicerçado no aumento de arrecadação do ICMS, principal imposto estadual que, em termos nominais, somente nos oito primeiros meses do ano de 2005, viu sua arrecadação superar em mais de R\$ 11,5 bilhões a arrecadação verificada em 2004 no mesmo período. Se o comportamento da arrecadação for linear, a receita de ICMS deverá superar em quase R\$ 15,3 bilhões a verificada em 2004.

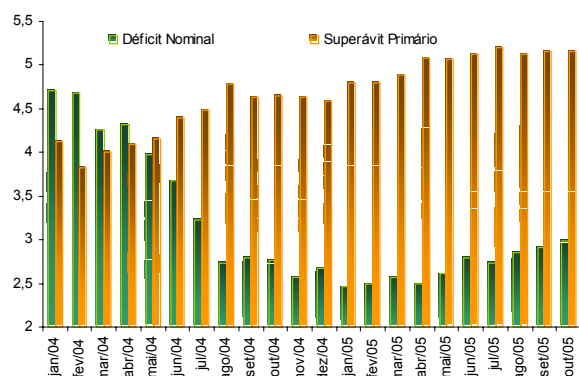
RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO NO ANO (R\$ MILHÕES)

	2003	2004	2005	Variações (R\$ Milhões)	
				2004/2003	2005/2004
Superávit Primário	64 035	77 971	95 055	13 936	17 083
Governo Central	44 072	53 018	59 786	8 946	6 768
Estados	11 370	15 216	17 380	3 846	2 163
Municípios	1 250	1 211	3 381	- 39	2 170
Estatais	7 342	8 526	14 508	1 184	5 982
Juros Nominais	123 729	106 370	133 491	-17 359	27 121
Déficit Nominal	59 694	28 398	38 436	-31 295	10 038

Fonte: Banco Central do Brasil.

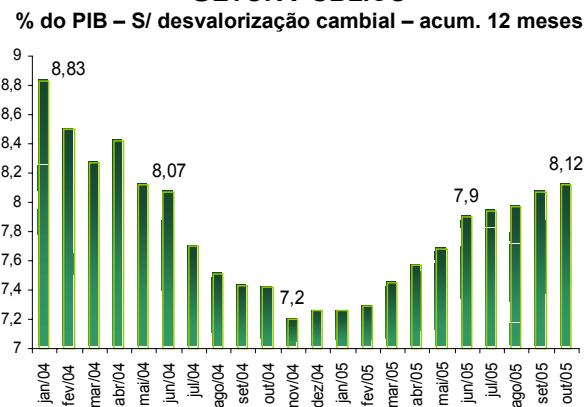
Apesar do resultado primário bastante positivo, o resultado nominal em 2005 deverá apresentar-se pior do que o evidenciado em 2004. A taxa de juros *Selic*, associada a mais da metade da dívida mobiliária (54,85% em setembro), cresceu de 17,75% para 19,75% em termos nominais entre dezembro de 2004 e agosto de 2005, vindo a cair para 19,0% em outubro — elevação ainda maior foi observada quando se considera em termos reais. Esse contexto se refletiu sobre os juros nominais e explica a piora do resultado nominal ao longo do ano, em um cenário de elevação do superávit primário. Todavia, é importante salientar que o resultado ainda poderia ser pior. A valorização cambial e seus reflexos sobre a dívida em moeda estrangeira ajudaram a amenizar o crescimento da relação dívida /PIB. Soma-se a isso o crescimento do PIB sobre o passivo do setor público, o que também ajudou a dissipar parte do efeito negativo do incremento dos juros.

RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO
% do PIB – S/ desvalorização cambial – acum. 12 meses



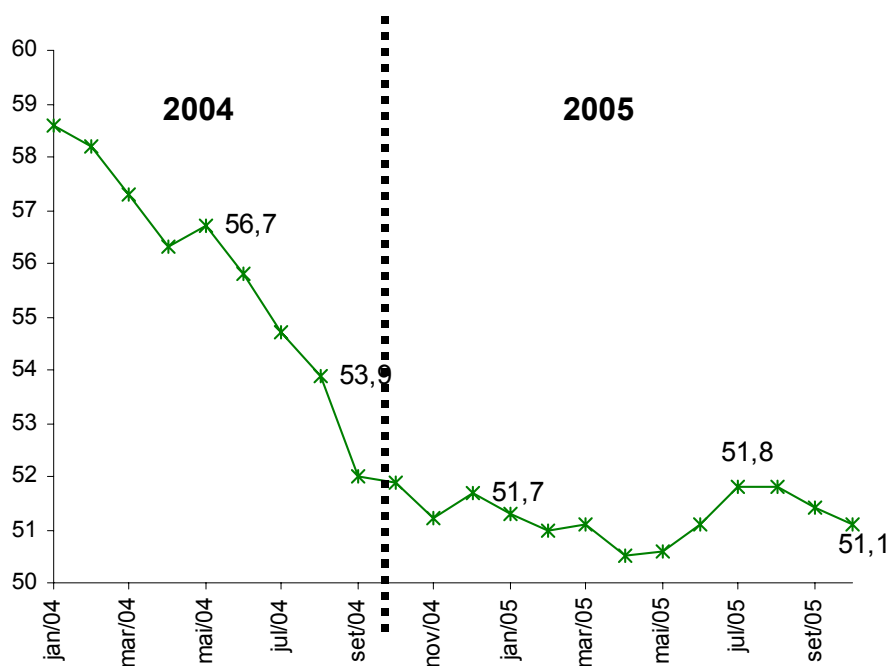
Fonte: Banco Central do Brasil.

PAGAMENTOS DE JUROS NOMINAIS PELO SETOR PÚBLICO
% do PIB – S/ desvalorização cambial – acum. 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil.

EVOLUÇÃO DA RAZÃO DÍVIDA/PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

Vale salientar, todavia, uma questão importante: a tendência de melhora que parece se apresentar na trajetória da razão dívida/PIB. No cenário em que estamos vivendo de apreciação cambial e perspectivas de queda nas taxas de juros, é bastante provável que haja uma melhora na composição da dívida pública que pode passar a contar com uma proporção maior de títulos pré-fixados e uma proporção menor de títulos atrelados ao câmbio e à taxa *Selic*. Porém, dada a possibilidade de piora no cenário econômico com o aumento do risco motivado pelas eleições, uma redução mais drástica desta parcela não deverá ocorrer no curto prazo.

Feitas essas ressalvas, espera-se que o ano de 2005 termine registrando um superávit primário da ordem de 4,8% do PIB, insuficiente, porém, para cobrir o aumento dos juros nominais, que deverão encerrar o ano em 7,7%, gerando um resultado nominal de - 2,9% do PIB, levemente deteriorado em relação ao verificado em 2004. A relação dívida PIB deverá encerrar 2005 em 51,6% do PIB.

No ano de 2005, adiou-se mais uma vez o importante processo de avanço em reformas microeconômicas fundamentais para o crescimento sustentável do país como a reforma tributária, trabalhista e previdenciária. Na agenda de 2006, os itens novamente estão presentes, porém em um ano eleitoral, pouco se pode esperar de avanço nesse sentido. Enquanto as reformas não acontecerem, o país ainda vai ter que se apoiar em modelos esgotados, baseados em incrementos de receita cada vez maiores. Enquanto as reformas não ocorrerem, os superávits e os juros serão gradativamente mais altos e quase insustentáveis. Nesse sentido, vale alertar que se o ajuste não for feito, em tempo, talvez todos os ganhos do controle da inflação implementados pelo Plano Real se percam.

ORÇAMENTO DA UNIÃO EM 2005 E 2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		PLO2006	
	R\$ Bilhões	% do PIB	R\$ Bilhões	% do PIB
I. Receitas	476,3	24,4	523,3	24,48
I.1 Receita Administrada	321,6	16,47	347,4	16,25
I.2 Arrecadação Líquida do INSS	108,2	5,54	120,5	5,64
I.3 Receitas Não-Administradas	46,8	2,4	55,6	2,6
I.4 Incentivos Fiscais	-0,3	-0,01	-0,2	-0,01
II. Transferências a Estados e Municípios	76,9	3,94	84,8	3,97
III. Receita Líquida (I - II)	399,5	20,46	438,5	20,51
IV. Despesas	357,1	18,29	389,5	18,22
IV.1 Pessoal e Encargos Sociais	92,5	4,74	99	4,63
IV.2 Benefícios da Previdência	146,5	7,51	159,6	7,46
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	118	6,05	130,9	6,12
Executivo	113,7	5,83	125,6	5,88
Legislativo, Judiciário e MPU	4,3	0,22	5,3	0,25
V. Discrepância Estatística	1,3	0,06		
VI. Recursos para o Projeto Piloto	2,8	0,14	3,3	0,15
VII. Resultado Primário - Fiscal e Seguridade (III - IV + V + VI)	46,5	2,38	52,4	2,45
VIII. Resultados Primário Estatais	15	0,77	15	0,7
IX. Resultado Primário - Estados e Municípios	21,5	1,1	23,5	1,1
X. Resultado Primário - Consolidado (VII + VIII + IX)	83	4,25	90,9	4,25

Fonte: Ministério do Orçamento/ Divulgação: Agosto de 2005

Para 2006, a conformação das contas públicas está em grande parte condicionada ao Projeto de Lei Orçamentária de 2006¹³. Para formular a proposta, o Governo Federal tomou como premissas básicas um crescimento real da economia de 3,4%, em 2005, e 4,5%, em 2006. As expectativas do mercado, entretanto, não são tão positivas quanto às do Governo. Segundo o Relatório de Mercado do BACEN (25/11), a expectativa é que o Brasil cresça em torno de 3,0% em 2005 e 3,5% em 2006.

No cenário traçado pela Unidade de Estudos Econômicos/ FIERGS, a previsão de crescimento para economia brasileira em 2006 é o intervalo entre 2,34% e 3,32%. Outra

¹³ Elaborado pelo Executivo e já encaminhado para a votação no Legislativo. O Congresso tem até o dia 30 de novembro para devolver a PLO2006 para o executivo. Caso seja necessário, esse prazo pode ser prorrogado até o final de dezembro.

premissa importante é o comportamento da taxa de juros básica da economia. A proposta de orçamento considerou que a *Selic* teria uma tendência decrescente, apresentando uma média de 19,15% a.a em 2005– e, portanto, terminando dezembro em 18% a.a. – e de 16,5% a.a em 2006. Novamente, uma proposta irrealista, uma vez que para ter como média 16,5% é necessário uma redução mais forte dos juros ao longo do 1º semestre, terminando o ano abaixo dos 15%a.a. Quanto ao câmbio, o Governo espera que o ano termine com uma cotação de R\$ /US\$ 2,60 em 2005 e R\$/US\$ 2,79 em 2006.

Entretanto, taxa de juros e câmbio podem evoluir diferentemente das expectativas, permeando de incerteza a proposta orçamentária. Por fim, e talvez uma das mais importantes, seja a estimativa em relação ao comportamento do salário mínimo. De acordo com as definições apontadas na LDO2006, o reajuste do salário mínimo deveria se dar contabilizando, ao menos, a inflação somada ao crescimento do PIB *per capita* real. Nesse sentido, o salário mínimo não apenas deveria repor a perda do poder de compra devido à evolução dos preços, como também deve gerar um aumento real no poder aquisitivo dos agentes.

Para tal, a proposta orçamentária apontou um aumento de 5,03% pelo INPC e 1,94% pela variação do PIB *per capita*, resultando em um valor de R\$ 321. A resposta que esse novo salário terá na economia dependerá de como as firmas irão se comportar no sentido de preservar ou não postos de trabalho. Se houver a manutenção dos postos de trabalho, o salário mínimo maior contribui para o aumento da massa salarial, o que colabora para a venda de bens não-duráveis e semi-duráveis.

A novidade na PLO2006 é a constituição de uma reserva específica caso a estimativa da receita administrada pela Receita Federal ultrapassar os 16% do PIB. Essa reserva, determinada pela LDO2006, terá como destino medidas de desoneração tributária, ampliação da despesa obrigatória e investimentos, e, conforme a LDO2006, o excedente não poderá ser utilizado para inflar o superávit primário.

Ainda no que diz respeito às receitas, o destaque na sua composição é a expectativa de que a arrecadação líquida do INSS irá crescer, segundo as estimativas, num ritmo maior que as despesas com os pagamentos da Previdência. Todavia isso não é o suficiente para resolver o problema estrutural que o INSS enfrenta. Segundo as estimativas do Governo, o déficit do INSS é esperado ficar em R\$ 39 bilhões em 2006, valor esse que consideramos otimista face um aumento real do salário mínimo e de pendências judiciais.

Na esfera das despesas, um aspecto positivo é a redução, como percentual do PIB, da folha de pagamentos da União, além da diminuição do ritmo de crescimento dos pagamentos beneficiários da Previdência Social já comentada. Quanto aos investimentos, o Governo deverá, no total, disponibilizar R\$ 45,7 bilhões, sendo R\$ 30,7 bilhões no orçamento das estatais e R\$ 14,7 bilhões no orçamento fiscal e de seguridade. Isso significa que, descontado os que se darão nas estatais, haverá um aumento de apenas 4,2% nos investimentos em relação a 2004. Nesse conjunto estão incluídos os recursos do Projeto Piloto de Investimento (PPI) que equivalem a R\$ 3,03 bilhões ou 0,15% do PIB.

Vale destacar que o PPI é uma forma de proporcionar recursos adicionais para um conjunto de projetos que tem grande potencial para gerar retornos macroeconômicos e fiscais no médio prazo. É importante ressaltar, todavia, que o PPI não implica mudanças metodológicas na forma de calcular o resultado, nem a exclusão de despesas das contas do

resultado primário. Esse é simplesmente um espaço na meta de superávit (*um espaço fiscal*) que poderá ser usado para minimizar gargalos de eficiência. Em termos práticos, significa que o país poderá terminar o ano com um superávit primário de 4,10% do PIB que, se caso tiver gastado os 0,15% do PIB faltantes para cumprir a meta nos investimentos do projeto piloto denominados na PLO2006 - basicamente em infra-estrutura, principalmente no setor de transportes – os organismos internacionais, em especial o FMI, entenderão a meta como atingida.

O Ministério do Planejamento divulgou também como se darão os principais investimentos em termos regionais (excluindo os investimentos das estatais). Nesse caso, a Região Sul receberá R\$ 625,1 milhões. A distribuição dos recursos visaria, segundo explicação do Ministério do Planejamento, a redução da disparidade de infra-estrutura regional.

Assim, dado o PLO2006, e considerando-se o cenário básico, as expectativas são positivas para o conjunto de indicadores fiscais. O governo deverá alcançar a meta de superávit primário estabelecida em 4,25%. A expectativa de queda na taxa de juros associada ao alcance da meta de superávit primário provocará uma melhora também no resultado relacionado ao déficit nominal, bem como a relação dívida/PIB. Todavia, considerando-se o cenário alternativo, o superávit primário não alcança a meta, as taxas de juros crescentes no segundo semestre provocam o aumento dos pagamentos de juros nominais, deteriorando o resultado nominal e a relação dívida/PIB em relação ao cenário básico. Contudo, é importante salientar que o pagamento de juros em ambos os cenários ainda é menor que o verificado em 2005.

PREVISÕES PARA RESULTADOS DA POLÍTICA FISCAL (% PIB)

	2004	2005*	2006*	
			Cenário I	Cenário II
Resultado Primário	4,59	4,80	4,25	4,00
Resultado Nominal	-2,67	-2,90	-2,85	-3,40
Pagamentos de Juros Nominais	7,26	7,70	7,10	7,40
Dívida Líquida do Setor Público	51,70	51,60	50,70	52,30

Fonte: Banco Central do Brasil.

*Previsão: Unidade de Estudos Econômicos/ FIERGS

3. CENÁRIO REGIONAL

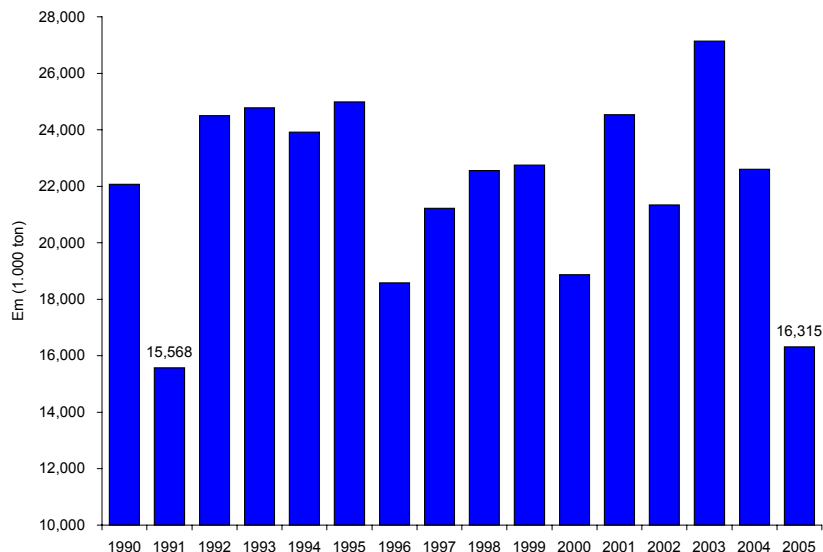
3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

AQUÉM DO ESPERADO

O desempenho da economia gaúcha no ano de 2005 deverá ser o pior dos últimos anos, fruto de uma conjunção de fatores negativos. Porém, o crescimento econômico brasileiro projetado para 2006, conjugado com um cenário melhor para o setor agrícola, pode representar a recuperação do PIB gaúcho, mas ainda em patamares aquém do momento pré-seca.

Em sentido inverso aos benefícios que o bom resultado do agronegócio proporcionou para toda a cadeia produtiva do Estado durante o ano de 2004, em 2005 o Rio Grande do Sul foi acometido de diversos fatores negativos que produziram impactos significativos sobre o desempenho agregado da economia. Em especial destacamos três de natureza particular: a estiagem, a restrição de créditos de ICMS aos exportadores e o aumento de alíquotas de ICMS; e dois relacionados ao cenário macroeconômico: os juros internos elevados e a valorização cambial.

COMPARATIVO DE SAFRAS NO RIO GRANDE DO SUL
(em 1.000 toneladas)



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/IBGE

No primeiro caso, a estiagem que atingiu o Estado reduziu significativamente a expectativa de produção de culturas de verão importantes, como a soja, o milho e o arroz,

para a safra 2004/2005. Conjugado a isso, temos a queda do preço de importantes commodities para o setor no Estado, como o arroz. Assim, estes dois movimentos comuns tiveram como resultado a descapitalização do produtor rural, com impactos significativos sobre a renda e o emprego das regiões atingidas.

Vale destacar que a queda das lavouras deverá ser compensada, em parte, pelo bom desempenho da pecuária. Com as exportações crescentes, em especial de carnes de frango, a pecuária de corte deverá ter resultado positivo no ano de 2005. Porém, como seu peso no setor é menor do que o das lavouras, a projeção para o setor agropecuário como um todo é de uma queda recorde, da ordem de 6%.

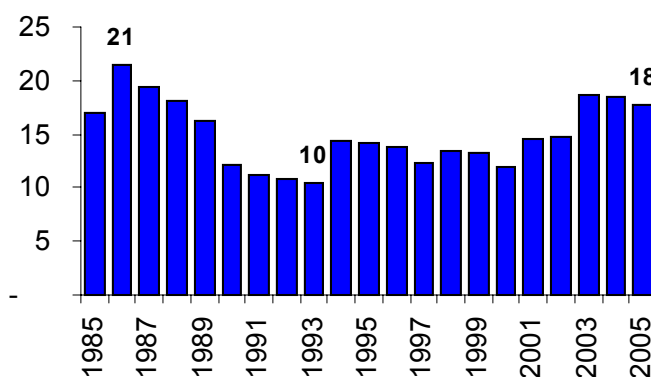
ABATES NO ESTADO
(em 1.000 cabeças)

	Bovinos	Suínos	Aves
2003	649	4,521	610,871
2004	959	4,448	616,201
2005*	1,071	4,656	641,526
2004/2003	47.8%	-1.6%	0.9%
2005/2004	11.7%	4.7%	4.1%

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos/FIERGS

Do ponto de vista de uma perspectiva histórica, o PIB da agropecuária deverá ter a sua participação reduzida sobre o PIB total do Estado dos atuais 18,5%, ou seja, de R\$ 2,6 bilhões, para cerca de 17,67%, atingindo R\$ 2,5 bilhões. Isso representa uma perda de R\$ 160 milhões. Se por um lado o setor encontra-se bem acima de seu pior momento, como foi o início da década de 1990, por outro, ainda estamos aquém do recorde de participação da agropecuária no PIB total do Estado, que foi verificada em 1986, 21%.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB DA AGROPECUÁRIA NO TOTAL
(Rio Grande do Sul – em %)



Fonte: Fundação de Economia e Estatística

Em termos regionais, é importante ressaltar que a atividade agropecuária exerce papel diferenciado na composição do PIB, com destaque para as regiões de Ijuí, Santa Maria, Erechim e Bagé, que tem nessa atividade uma importante fonte de riqueza. Por outro lado, na região de Porto Alegre, a agropecuária tem uma importância menor para o PIB total

da região. Mesmo sendo importante nessas regiões, a atividade agropecuária de Erechim e Ijuí contribuem menos para o PIB agropecuário total do Estado do que a contribuição do setor da região de Caxias do Sul. A exceção é a região de Santa Maria, onde podemos notar que a atividade agropecuária é mais importante não apenas para o PIB da região como também para a atividade agropecuária total do Estado.

IMPORTÂNCIA DO PIB DA AGROPECUÁRIA PARA CADA REGIÃO

	Agro/PIB da Região	Agro/ AgroRS
Ijuí	33,5%	9,0%
Santa Maria	33,4%	14,9%
Erechim	33,2%	6,4%
Bagé	33,1%	10,0%
Santa Rosa	28,4%	8,0%
Passo Fundo	26,4%	12,0%
Estrela	17,8%	10,6%
Pelotas	16,0%	6,8%
Caxias do Sul	15,1%	14,5%
Porto Alegre	2,5%	7,8%

Fonte: IBGE

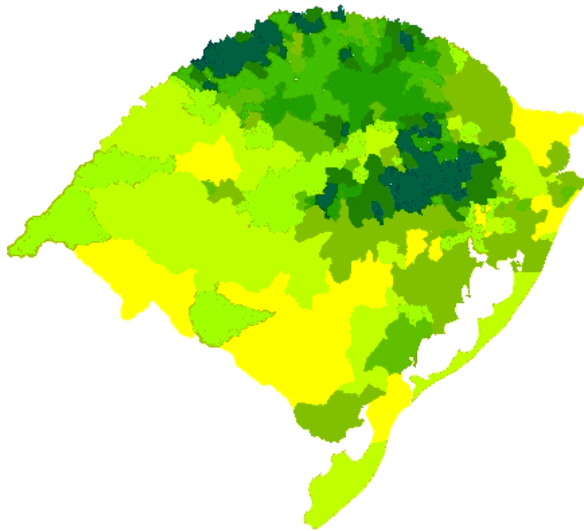
Vale destacar que a seca do primeiro trimestre de 2005 não ocorreu de forma homogênea em todo o Estado, estando algumas regiões mais afetadas do que outras. Nesse caso, o aspecto mais importante é que foram justamente as regiões onde o PIB agropecuário tem uma maior representatividade em relação ao PIB total da região, que a seca foi mais intensa, em especial as regiões de Santa Rosa, Ijuí, Passo Fundo e Erechim.

Se considerarmos o fato de que nos últimos anos o setor primário no Estado modernizou-se de forma acentuada, conseguindo, com isso, elevar sua taxa de produtividade, então os impactos da seca devem ser potencializados. Como pode ser visto nas figuras a seguir, a faixa de municípios que vai da região de Caxias do Sul até a região de Santa Rosa, passando por Santa Maria, Ijuí e Erechim, tem maiores participações no PIB agrícola total.

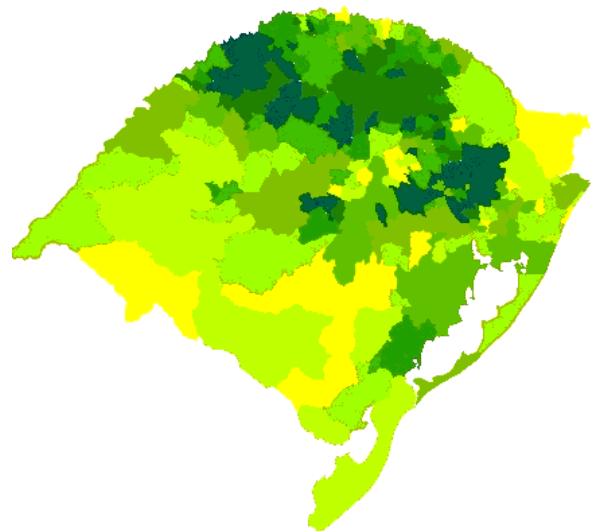
Não coincidentemente, estas também são as regiões que apresentam a maior densidade de tratores por área de lavoura, como mostra a figura da distribuição de tratores por município no Estado. Desta forma, com a redução estimada em cerca de 50% da produção de grãos de verão para a safra 2004/2005, a capacidade ociosa nesta região deverá ser muito maior, potencializando os impactos negativos sobre a renda, os investimentos e os empregos.

É importante ressaltar que os efeitos adversos da seca sobre o PIB do setor, e também sobre toda a cadeia produtiva, ainda deverão ser sentidos em outras safras. A despeito dos setores afetados destacamos os segmentos da indústria química, como a produção de fertilizantes e defensivos agrícolas; a indústria metal-mecânica, como a produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, silos para armazenagem e material elétrico; a indústria da madeira e do mobiliário; e também a petroquímica, com combustíveis.

DISTRIBUIÇÃO DO PIB DA AGROPECUÁRIA



DISTRIBUIÇÃO DOS TRATORES NO ESTADO



Fonte: IPEA

As primeiras estimativas de plantio dão conta de que deve haver uma redução na área plantada de arroz (-2% em média), feijão (-4% em média), soja (-5% em média) e trigo (-23%). Por outro lado, espera-se aumento da área plantada apenas no caso da produção de milho, com expansão de 15% e sorgo, +17%.

Mesmo assim, a projeção inicial sobre a produção de grãos no Estado é de um aumento entre 57% e 61% na quantidade, quando medida em toneladas. Obviamente, essas variações derivam da baixíssima base de comparação que é a safra anterior. Porém, tanto o arroz quanto o trigo, duas importantes culturas para o setor, devem ter queda na produção. No caso da soja, as estimativas são bastante positivas, com uma perspectiva de forte aumento da produtividade. De acordo com os últimos dados da Conab, a recuperação da produção de soja pode colocar esta cultura novamente como a mais importante para o Estado, podendo chegar a cerca de 7,7 milhões de toneladas.

EXPECTATIVAS DE SAFRA PARA O RIO GRANDE DO SUL
(em 1.000 toneladas – principais culturas)

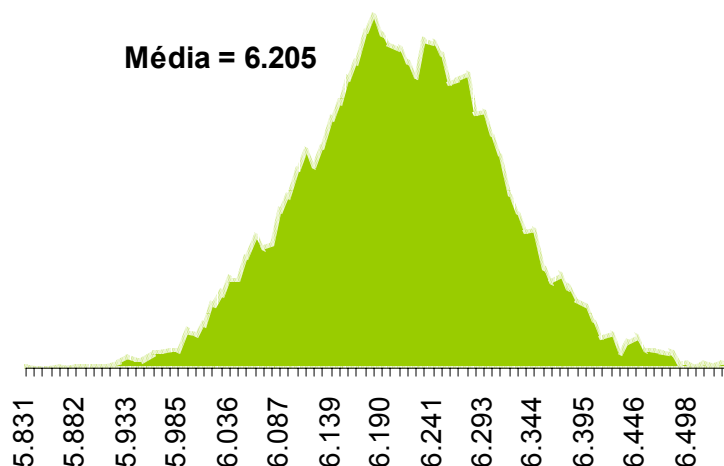
	2004/2005 (a)	2005/2006		Var. (%)	
		Lim inferior (b)	Lim. Superior (c)	(b/a)	(c/a)
Arroz em Casca	6,205	6,007	6,131	-3.2%	-1.2%
Feijão total	75	96	99	26.7%	31.3%
Milho	1,571	4,464	4,704	184.2%	199.4%
Soja em Grão	2,573	7,613	7,775	195.9%	202.2%
Sorgo	28	57	59	105.0%	111.5%
Trigo	2,130	1,522	1,522	-28.6%	-28.6%
Subtotal	12,582	19,758	20,288	57.0%	61.2%

Fonte: Conab

Apesar da previsão da Conab, é importante deixar claro que, quando se trata da agricultura, está presente uma grande dose de incerteza sobre os resultados. Desta forma, a melhor maneira de avaliar o comportamento da produção por cultura é simular diversas

situações de produção que respeitem uma determinada distribuição de probabilidade. Assumindo que a produção se distribua de forma normal ao redor de uma média, simulamos mais de 7.000 possíveis resultados para a produção de arroz, soja e trigo.

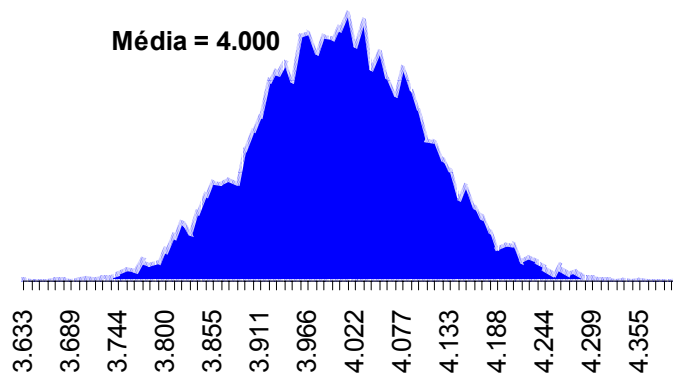
DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DA PRODUÇÃO DE ARROZ NA SAFRA 2005/06
(em 1.000 toneladas)



No caso do arroz, assumindo uma média de produção de 6,2 milhões de toneladas (a mesma quantidade produzida na última safra), e um desvio padrão de 100 mil toneladas¹⁴, a produção máxima que poderíamos ter seria de 6,5 milhões de toneladas e a mínima de 5,8 milhões. Pelos intervalos, teríamos 95% de probabilidade da produção ficar entre 6 e 6,4 milhões de toneladas.

O mesmo exercício foi feito para a produção de soja e trigo. No primeiro caso, a média utilizada é de 3,9 milhões de toneladas, o que já representa um aumento de 55% sobre o total produzido na safra 2004/2005. Com base na distribuição normal, encontra-se que temos 95% de probabilidade da produção de soja no Estado ficar entre 3,8 e 4,2 milhões de toneladas.

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DA PRODUÇÃO DE SOJA NA SAFRA 2005/06
(em 1.000 toneladas)

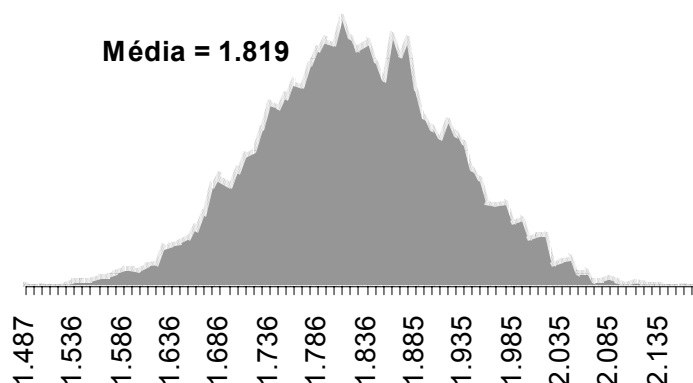


¹⁴ Feitas em uma simulação de monte carlo.

Por fim, para o trigo, a média de produção utilizada é de 1,8 milhão de toneladas, o que representa uma queda de 15% sobre a produção da safra passada. Nesse caso, temos 95% de probabilidade de que a produção situe-se entre 1,6 e 2 milhões de toneladas na safra 2005/2006.

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DA PRODUÇÃO DE TRIGO NA SAFRA 2005/06

(em 1.000 toneladas)



Além disso, ressalta-se que a queda de renda dos trabalhadores no setor deverá afetar a demanda por bens de consumo duráveis, semi e não-duráveis, principalmente com reflexos negativos no desempenho do comércio nas regiões mais atingidas. O desempenho da indústria gaúcha no ano de 2005 (ver seção sobre o Nível de Atividade Industrial), permite avaliar o quanto que determinados setores no Estado foram afetados pelo resultado negativo no campo.

Outro fator negativo presente nesse ano, além da seca, foi o desempenho do setor exportador, duplamente atingido. De um lado com a continuada valorização da taxa de câmbio e, de outro, com a restrição de créditos de exportação, por parte do Governo do Estado, que contribuiu para reduzir ainda mais a competitividade das empresas gaúchas no exterior. Como resultado desta conjunção de fatores, o Estado perdeu a condição de segundo maior exportador do país (ver seção sobre o Setor Externo) para Minas Gerais.

Vale destacar que a recuperação do setor primário frente aos impactos da seca não depende apenas da disponibilidade de recursos e da intenção de novos plantios mas, fundamentalmente, de como deverá se comportar o clima para a próxima safra (ver seção sobre as perdas agrícolas e clima em 2006). Dessa forma, esse é um dos principais fatores de risco contido nas previsões do PIB para o próximo ano para o setor primário, uma vez que as condições da produção de grãos, em especial a parcela relacionada às culturas de verão, e os abates, deverão estar imunes ao cenário de risco eleitoral.

Se o cenário político não afeta o desempenho do setor primário, pelo menos no curto prazo, o mesmo não podemos dizer sobre o desempenho do setor industrial e dos serviços. Após amargar um ano difícil, tanto do ponto de vista de produção quanto vendas no mercado interno e externo, a expectativa é que a indústria de transformação do Rio Grande do Sul recupere parte das perdas passadas.

No cenário básico, onde os riscos políticos são menores e, desta forma, mantém-se a trajetória de redução dos juros ao longo de todo o ano (ver seção sobre Política Monetária), a variável câmbio apresenta ligeira depreciação. Com o maior crescimento do consumo das famílias e o conseqüente aumento da produção do setor industrial do centro do país, a indústria gaúcha deverá aumentar as vendas no mercado nacional, tanto para atender a uma demanda maior por parte das empresas (bens de consumo intermediários), quanto do consumidor final (bens de consumo duráveis e semi e não-duráveis).

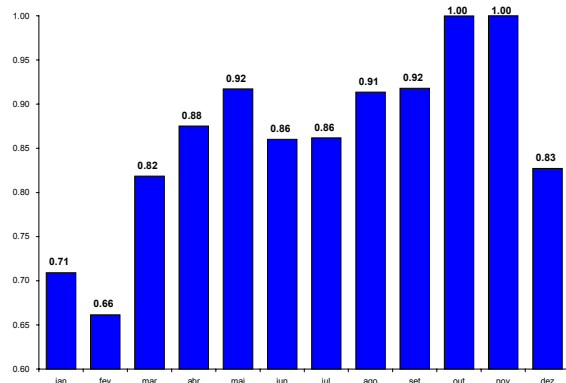
Por outro lado, no segmento exportador, o forte crescimento econômico mundial pode contribuir para manter aquecida a demanda por exportações gaúchas. Porém, projetamos dificuldades para os exportadores ao longo do ano (cenário básico), dada a manutenção de um câmbio ainda valorizado, comparativamente ao cenário de 2002 e 2003. Mesmo assim, a expectativa é que ocorra um ligeiro aumento, em dólares, das exportações industriais, desempenho esse que deverá estar centrado em preços, muito mais do que quantidades.

Além disso, na previsão do cenário básico, a agropecuária nacional e regional apresentam taxas de crescimento que deverão beneficiar a demanda por bens de capital produzidos pelo estado, como máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Vale destacar que esse cenário positivo estará sendo potencializado pela inflação e juros menores.

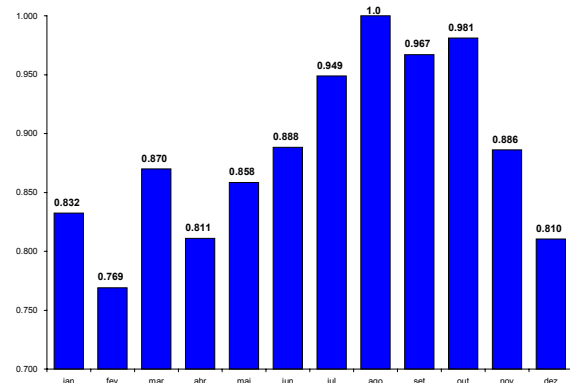
Um aspecto a destacar na recuperação das vendas da indústria gaúcha é em relação à sazonalidade. Devido à heterogeneidade de comportamento da demanda para os diferentes setores, o sentimento de recuperação da atividade econômica pode ocorrer em momentos distintos. Abaixo colocamos a sazonalidade das vendas industriais para quatro importantes segmentos do setor no Rio Grande do Sul.

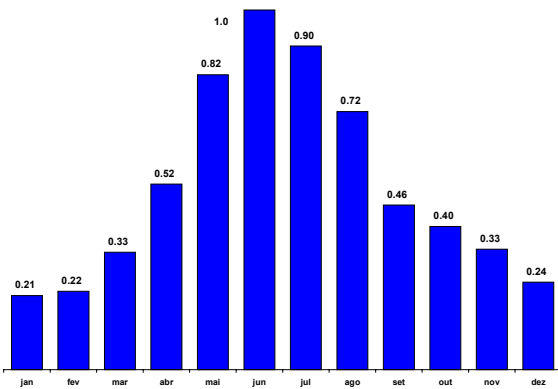
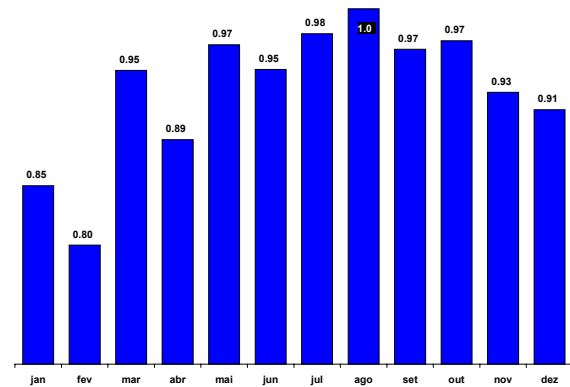
Vale ressaltar que a maioria dos gêneros da indústria gaúcha apresentam vendas menores no primeiro trimestre do ano, o que confere um comportamento peculiar para o setor no Estado. Porém, alguns segmentos, como fumo, tem uma sazonalidade mais pronunciada e bem definida, com vendas maiores entre os meses de maio e julho. Esse comportamento é diferente, por exemplo, na indústria de produtos alimentares, onde a sazonalidade não é tão pronunciada, ocorrendo pouca variação na atividade entre os meses de março e dezembro.

SAZONALIDADE DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS



SAZONALIDADE DA INDÚSTRIA QUÍMICA



SAZONALIDADE DA INDÚSTRIA DO FUMO**SAZONALIDADE DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos.

No caso da indústria de calçados, nota-se que as vendas são mais pronunciadas nos meses de outubro e novembro, ao passo que o primeiro trimestre do ano é marcado por menores vendas, em especial no mês de fevereiro, onde as vendas, em média, representam cerca de 66% do melhor mês de venda no ano.

Por fim, dentre os segmentos aqui analisados, podemos destacar o químico, que tem peso importante no PIB do setor industrial gaúcho, e onde o pico de suas vendas se dá nos meses de julho a outubro.

Portanto, é bem provável que na indústria a recuperação da atividade econômica não seja tão rapidamente perceptível logo nos primeiros meses do ano. Além do aspecto sazonalidade, há a questão monetária e cambial. No primeiro caso, as apostas são que o ano de 2006 se inicie com juros no patamar de 18% ao ano e que, durante os meses seguintes, continue uma queda lenta e gradual. Dessa forma, os impactos positivos sobre a produção deverão ocorrer com uma certa defasagem de tempo, que estimamos seja entre quatro e seis meses.

No segmento exportador, mesmo em um cenário de ausência de risco político, as apostas são de que a taxa de câmbio apresente ligeira depreciação ao longo do ano, na esteira do processo de ajuste das contas externas (ver seção sobre comércio exterior). Com isso, a recuperação das vendas externas deverá ocorrer ao final do primeiro trimestre.

Portanto, no cenário básico, nossas estimativas são que a indústria gaúcha cresça cerca de 4,3% ancorada pela recuperação da indústria de transformação, apesar de se projetar uma expansão maior para a indústria extrativa mineral. Na presença de um maior risco por parte do processo eleitoral, acreditamos em um impacto marginal sobre a produção gaúcha. Caso se tenha um cenário no qual o Banco Central tenha que interromper o processo de queda dos juros, ou até de iniciar uma elevação, a retração no consumo e no investimento deverá prejudicar, em especial, o segmento de bens de consumo duráveis.

Por outro lado, a maior oscilação cambial pode dar novo ímpeto para as vendas externas. Mas, há dois aspectos a serem considerados nesse caso. O primeiro diz respeito à composição do PIB. Apesar das exportações serem importantes para a atividade econômica, as vendas para outros estados tem um peso maior. Ou seja, na balança de comércio interno

e externo, o Estado pode perder com o cenário de stress, devido o menor crescimento da demanda interna, do que ganhar com a alavancagem das exportações.

O segundo ponto a ressaltar diz respeito ao lag de impacto que um aumento das exportações proporciona sobre o resto da economia. Não se discute a importância das exportações para alavancar o crescimento porém, também não se pode negar que existe uma defasagem temporal entre as vendas externas e seus impactos sobre a produção, a renda, os empregos e o consumo sobre toda a matriz industrial. Nesse caso, os benefícios de um aumento mais acentuado das exportações a partir do segundo semestre deverão se fazer sentir com maior intensidade a partir de 2007.

O último ponto a destacar está relacionado ao setor de serviços. No Rio Grande do Sul esse pesa com cerca de 41% no PIB total, com destaque para a participação da administração pública (11,1%), comércio (9,1%) e atividades imobiliárias (8,5%), respectivamente. Vale ressaltar que somente esses três segmentos participam com pouco mais de 70% do PIB de serviços.

A partir disso, podemos levantar quais são os fatores que podem impulsionar o desempenho desse setor no Estado no ano de 2006. No caso da administração pública, a mensuração do valor adicionado do setor é obtida a partir dos dados de gastos correntes feitos dentro do Estado pelas três esferas públicas, federal, estadual e municipal, e contempla gastos com material de consumo e o salário pago, mais encargos sociais, com pessoal ativo e inativo.

Dessa forma, é natural supor que, em ano eleitoral, tenha-se um ligeiro aumento dos gastos públicos no Estado, comportamento esse que está presente nos dois cenários traçados para o desempenho do PIB da administração pública.

Dado que a atividade de comércio apenas intermedia o processo de transição entre a produção do bem e seu consumo final, seu PIB deve ser medido a partir da prestação deste serviço de intermediação, ou seja, pela diferença entre o preço de venda e o custo das mercadorias adquiridas para a revenda, valor esse que é denominado de margem comercial. Também integra esse cálculo a renda estimada do trabalhador por conta própria, para que seja possível englobar as atividades de feirantes e ambulantes.

Portanto, a partir da suposição de inflação baixa, o que favorece o crescimento da renda real e, por consequência, o consumo, há espaço para o crescimento do PIB do comércio. Destaca-se que a diferença imposta entre os dois cenários está fundamentada na queda do consumo, em especial das famílias, diante de um cenário de maiores incertezas em relação ao ambiente econômico futuro, o que afeta as decisões de consumo intertemporal.

Por fim, o cálculo do PIB da atividade imobiliária considera não apenas o valor dos aluguéis pagos por terceiros, mas também o valor imputado aos residentes em moradia própria. Dessa forma, sua evolução sofre a influência de fatores como a aquisição de moradia, a evolução da renda real e do nível de emprego. De acordo com as hipóteses assumidas no cenário básico, a previsibilidade do emprego e a evolução da renda real, bem como o desempenho da construção civil, são pontos positivos na determinação da atividade imobiliária. Raciocínio oposto pode ser atribuído ao desempenho desse segmento no caso do aumento do risco político, com a menor evolução da renda, juros maiores, e menor

certeza no mercado de trabalho. Assim, a projeção que fazemos é que o PIB desse segmento oscile entre um mínimo de 1% a um máximo de 1,78%.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO PARA O RIO GRANDE DO SUL
(ótica da produção)

	2005*	2006*	
		Cenário I	Cenário II
Agropecuária	-6,00%	4,20%	3,00%
Indústria Total	-2,67%	4,37%	3,39%
Extrativa Mineral	5,50%	6,50%	4,80%
Transformação	-3,50%	4,60%	3,70%
Construção Civil	1,80%	3,50%	1,70%
SIUP	0,80%	2,20%	1,80%
Serviços	1,44%	2,07%	1,34%
Comércio	2,50%	3,50%	2,30%
Transportes	1,80%	3,20%	1,95%
Comunicações	-1,30%	0,50%	0,10%
Instituições Financeiras	2,20%	2,60%	1,80%
Aluguéis	1,40%	1,78%	1,00%
Administração Pública	1,00%	1,60%	1,10%
PIB total	-1,61%	3,40%	2,48%

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos; *Projeção

O MAPA DA SECA DE 2005 E A DÚVIDA SOBRE 2006

A estiagem de 2005 teve conseqüências importantes para a economia gaúcha, porém a real magnitude dos impactos devem ser regionais. A ameaça de uma nova estiagem em 2006 coloca as regiões mais afetadas em 2005 em situação de alerta.

A agropecuária assume um papel fundamental na economia gaúcha, porém sua importância econômica não é homogênea entre as várias regiões do Estado. Nesse sentido, fica claro porque os efeitos de uma estiagem podem ser mais ou menos danosos a uma região que à outra, criando ou aprofundando desigualdades econômicas. Para se proceder ao estudo regionalizado, adotou-se a divisão das regionais da EMATER. Essa conta com dez regionais no Rio Grande do Sul, de tamanho variável, sendo elas: Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Estrela, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Santa Rosa.

A Região de Caxias do Sul tem uma grande participação no PIB agropecuário do Estado, mesmo essa representando relativamente pouco para a economia da Região. Isso decorre do fato da intensa atividade industrial presente naquela área. Por outro lado, para as Regiões de Ijuí, Santa Maria, Erechim, Bagé, Santa Rosa e Passo Fundo, a agropecuária assume uma importância muito grande na determinação do PIB de cada Região. Entretanto, quando se analisa a contribuição do seu PIB agropecuário para o PIB agropecuário gaúcho, percebe-se que, à exceção de Santa Maria e Passo Fundo, a contribuição das demais regiões é relativamente pequena.

Para se avaliar as conseqüências da seca de maneira regional, analisou-se as culturas dos três grãos de verão (arroz, milho e soja). Na cultura de arroz, as perdas (absolutas e relativas) foram as mais amenas. Apesar da queda da área plantada total ser de 3,34%, a produção caiu em relação à safra anterior, 10,8%, finalizando em 5,6 milhões de toneladas. Em relação às expectativas iniciais, as perdas foram equivalentes a 2,5%. Apesar da seca, a região de Santa Maria cresceu em 1,1% sua produção.

No caso da cultura de milho, a situação foi muito diferente. A safra de 2004/2005 foi 52,3% menor que a verificada anteriormente, porém 64,3% menor que a esperada. Essa cultura foi mais impactada na Região de Passo Fundo, apresentando as maiores perdas absolutas com a quebra da safra (cerca de 600 mil toneladas), o que representaria nada menos que uma queda de 63,8% da colheita. Outras regiões muito importantes nessa cultura como Caxias do Sul e Erechim foram igualmente afetadas com diminuições de safra relativas a 84% e 79,8% da produção respectivamente.

Nenhuma cultura, entretanto, sofreu tão grandes prejuízos como as apresentadas pela safra de soja. No Estado, as perdas relativas à estimativa inicial devem girar em torno de 5,9 milhões de toneladas, ou seja, o Estado colheu em 2005, segundo estimativas da EMATER, o equivalente a 71% do que se esperava e 58,29% menor que a verificada em 2004. As Regiões de Ijuí, Passo Fundo, Santa Rosa e Santa Maria foram as que apresentaram as maiores perdas tanto absolutas quanto relativas nesse tipo de lavoura.

Quando se agrega as quatro culturas de grãos de verão (soma-se também feijão), segundo os dados disponibilizados pela EMATER, verifica-se que as Regiões de Caxias do Sul, Erechim, Estrela, Ijuí, Passo Fundo e Santa Rosa tiveram prejuízos equivalentes ou superiores a 68% de sua safra. A Região de Ijuí, que apresenta 33,5% de seu PIB decorrente da agropecuária, teve uma queda de produção de, aproximadamente, 72% na sua safra de

grãos de verão. Dada a importância relativa dessas culturas para o PIB agropecuário da Região, pode-se esperar que essa área seja a mais afetada no Estado pelas consequências da seca.

As Regiões de Erechim e Passo Fundo poderiam ser classificadas como as segundas mais afetadas, nesta escala, pelas perdas geradas com a estiagem. No caso de Erechim, a grande dependência da Região com relação ao PIB agropecuário magnifica os prejuízos, já grandes (em torno de 69%), das safras de grãos de verão. A Região de Passo Fundo por sua vez, também será altamente afetada devido às mesmas razões. Vale salientar, todavia, que, é mais provável da Região de Passo Fundo os maiores efeitos sobre a queda do PIB agropecuário do Estado. Isso se justifica por dois fatores em específico: primeiro, as perdas foram significativas não apenas em termos relativos como também em termos absolutos; e, segundo, a Região contribui com 12,5% do PIB agropecuário do Estado. Por fim, a Região de Santa Rosa pode ser considerada no ranking de prejuízos decorrentes da seca como a terceira Região mais afetada. A Região que tem 28,4% de seu PIB proveniente da atividade agropecuária, teve perdas equivalentes a 71,5% da sua produção de grãos de verão. Assim, pode-se identificar as Regiões de Ijuí, Erechim, Passo Fundo e Santa Rosa como as localidades mais potencialmente afetadas pela seca no ano de 2005.

A má notícia é que a Rede de Estações de Climatologia Urbana de São Leopoldo recentemente publicou um estudo mostrando a grande probabilidade da existência de uma nova estiagem no Rio Grande do Sul, proveniente de uma nova incidência do La Niña. Contudo, institutos americanos apontam para normalidade em termos de chuvas nos próximos 3 a 6 meses. Nesse sentido, alerta-se sobre o fato de que se caso a estiagem se repita, com a mesma distribuição geográfica da última, as Regiões de Ijuí, Erechim, Passo Fundo e Santa Rosa potencialmente podem ser as mais atingidas em termos econômicos, o que pode ter consequências de longo prazo importantes não só para a economia local, como também para a própria economia gaúcha.

Publicado no Informe Econômico Nº 48 – 28/11/05

3.2 NÍVEL DE ATIVIDADE INDUSTRIAL

No balanço geral de 2004, era previsto que o forte nível de expansão ocorrido na atividade industrial do Rio Grande do Sul não se repetiria em 2005. Entretanto, o cenário de relativo otimismo, onde era esperado um crescimento moderado, transformou-se em um intenso processo de retração da atividade industrial com repercussão negativa já perceptível no nível de emprego.

O cenário recessivo da atividade industrial gaúcha em 2005 refletiu as enormes dificuldades geradas, no plano macroeconômico, pela valorização cambial frente ao dólar e pelas elevadas taxas de juros e, no âmbito regional, pela forte estiagem e pelas restrições ao uso dos créditos de ICMS nas vendas externas.

Vale destacar que a trajetória da taxa de câmbio penalizou o setor exportador, pois, tornou-se um obstáculo para o aumento e até mesmo para a manutenção das vendas externas ao reduzir a rentabilidade das empresas, provocando muitas vezes a incapacidade de cobrir os custos de produção em moeda nacional. Ao mesmo tempo, funcionou como inibidor das vendas no mercado interno pelo acirramento da concorrência em razão dos baixos preços dos produtos importados.

No mesmo sentido, o patamar elevado das taxa de juros tem como consequência o desaquecimento da demanda interna e o adiamento das decisões de investimentos, restringindo a capacidade de produção no futuro.

Não bastasse essa conjuntura macroeconômica, a adversidade que atingiu o setor agrícola provocado pela seca repercutiu negativamente no complexo agro-industrial gaúcho, principalmente no setor de máquinas agrícolas, enquanto que as restrições impostas para as compensações de créditos de ICMS, geraram impactos negativos no desempenho financeiro das empresas exportadoras.

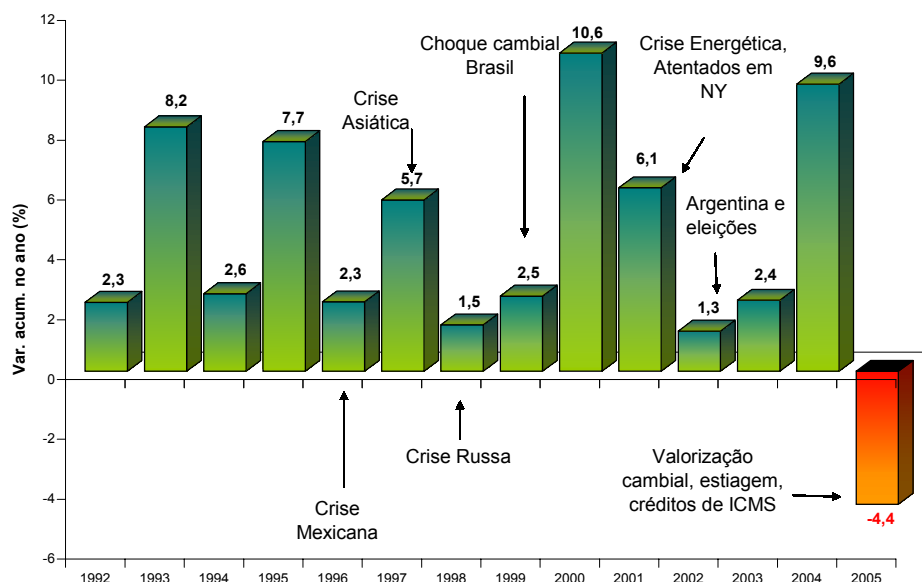
A medida exata da extensão do prejuízo da conjugação destes fatores à atividade manufatureira gaúcha é evidenciada pelo exame dos números. Os indicadores de conjuntura como o Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS), as vendas e as compras industriais, a utilização da capacidade instalada (todos medidos pela FIERGS) e a produção industrial (IBGE) demonstraram a retração mais intensa já verificada desde o início da série histórica em 1992.

O Indicador de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS) que capta a percepção dos empresários gaúchos com relação às condições atuais e futuras de seus negócios, atingiu em 2005 os valores mais baixos já registrados.

Portanto, não é difícil diagnosticar: estamos diante da conjuntura econômica mais adversa já enfrentada pela indústria gaúcha em, pelos menos, 14 anos, a despeito de todas as crises que ocorreram ao longo deste período.

O Índice de Desempenho Industrial do RS demonstra a fragilidade a que está exposta a indústria gaúcha. A queda acumulada de 4,4% no ano (até setembro) é a única variação negativa registrada pelo indicador desde o início de seu cálculo em 1992, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

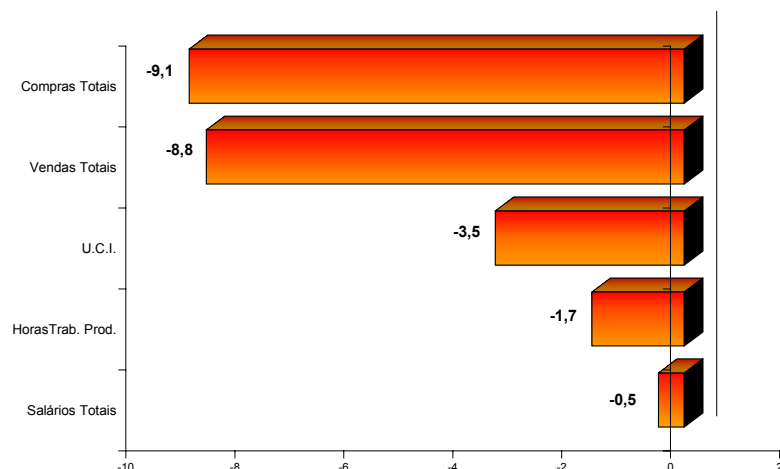
ÍNDICE DE DESEMPENHO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (variação % acumulada no ano – Jan-Set)



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Todas as variáveis que compõem o indicador registraram queda no período de janeiro a setembro na comparação com o mesmo período de 2004. Mais do que isto, as três principais apontaram desempenhos negativos recordes: as vendas industriais, as compras de insumos e matérias-primas e o grau de utilização da capacidade instalada recuaram 8,8%, 9,1% e 3,5% respectivamente.

INDICADORES INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (variação % acumulada no ano – Jan-Set/2005)



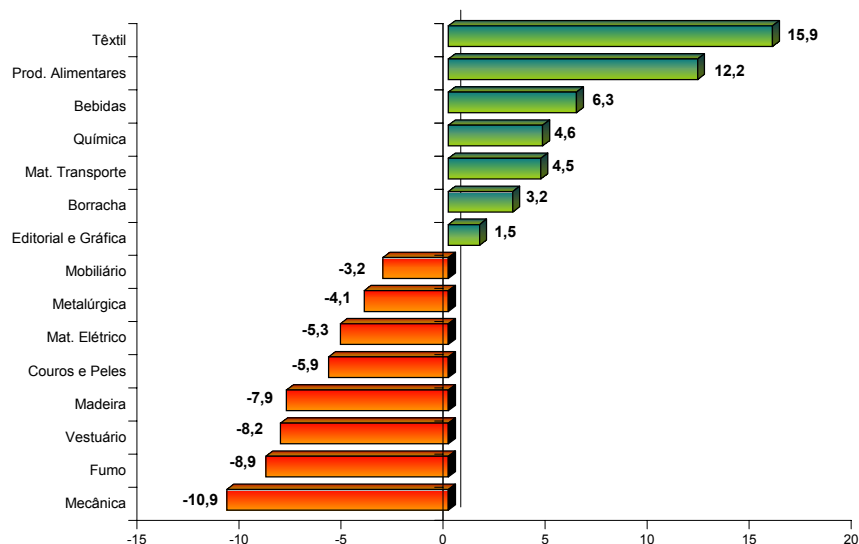
Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Entre os quinze setores pesquisados, a atividade industrial (medida pelos respectivos IDIs setoriais), no período de janeiro a setembro de 2005, caiu em oito, dinamismo só igualado em 1998, ano dos desdobramentos da crise financeira na Ásia (1997) e do colapso

da Rússia. As quedas mais expressivas foram verificadas nos segmentos de mecânica (-10,9%) especialmente em razão do desempenho ruim de máquinas e implementos agrícolas (-14,8%); fumo (-8,9%) e vestuário (-8,2%), este devido principalmente ao setor calçadista (-8,9%). Cabe ressaltar que os segmentos de mecânica e calçados registram em 2005 a maior retração já verificada pelos respectivos indicadores desde 1992.

Por outro lado, o crescimento da massa salarial da economia deu fôlego para a atividade industrial nos setores mais sensíveis às condições de renda como têxtil (+15,9%), alimentos (+12,2%) e bebidas (+6,3%).

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL – GÊNEROS (variação % acumulada no ano – Jan-Set/2005)



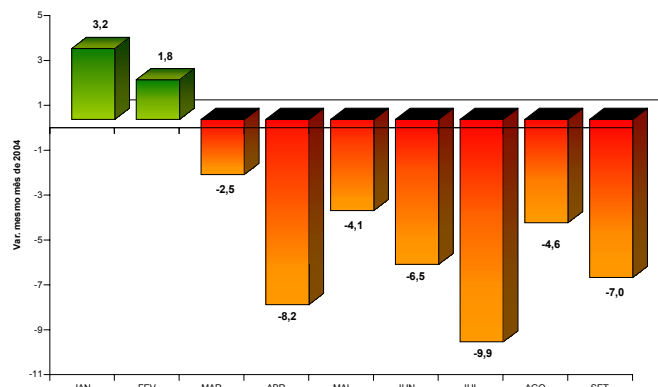
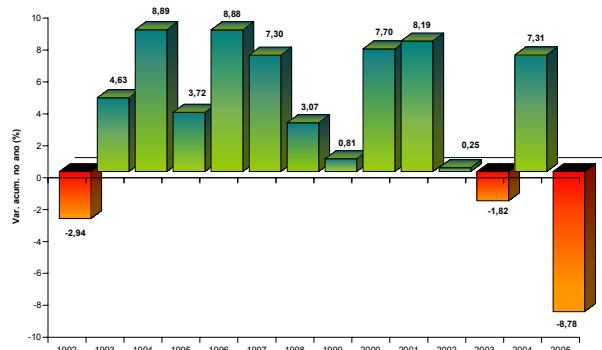
Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

O quadro desfavorável se torna mais dramático ao se analisar as vendas industriais. De fato, o faturamento real das empresas industriais gaúchas apontou uma queda de janeiro a setembro de 8,9% relativamente ao mesmo período de 2004 a mais intensa já apurada desde 1992 para o período. A magnitude desta redução está relacionada à adversidade do cenário econômico descrito anteriormente, porém, em especial ao impacto da valorização do Real frente ao Dólar, 19% em média, nas receitas em moeda nacional das empresas exportadoras. Vale destacar que a queda real das vendas, não só foi maior dada a baixa variação dos respectivos IPA's setoriais. Chama atenção, que na análise de cada mês de 2005 comparativamente ao seu análogo do ano passado, apenas em janeiro e fevereiro foram registradas variações positivas. Nos sete meses subsequentes todas as taxas foram negativas.

VENDAS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL - 2005

(var. % acumulada no ano - Jan-Set)

(var. % mesmo mês ano anterior)



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Embora parte da expressiva queda na variável nos nove meses de 2005 possa ser atribuída à alta base de comparação do ano passado, a retração verificada, descontando a inflação, é de tamanha intensidade que o volume de vendas se encontra em nível inferior ao ano de 2001 e apenas 4,67% acima de 2000 para o mesmo período. É importante lembrar também, que, desde 2002, quando o processo de valorização cambial se iniciou, a apreciação cambial frente ao dólar chegou a 43% em termos reais.

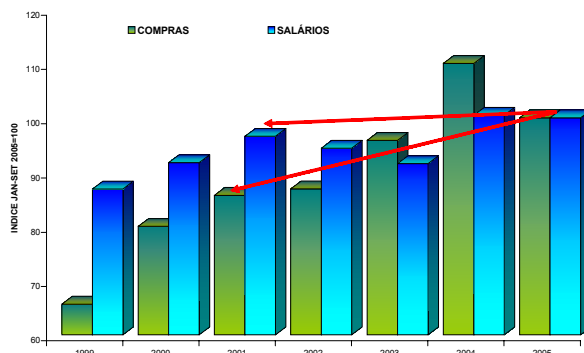
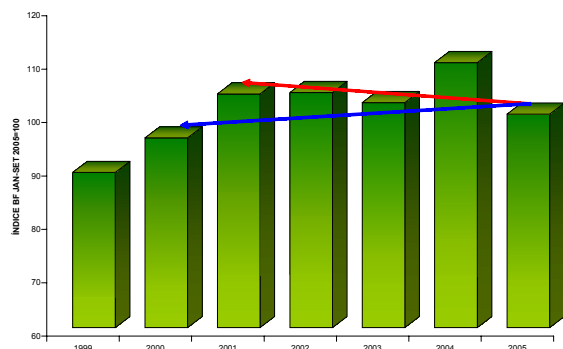
Por outro lado, as compras (insumos e matérias-primas) e os salários industriais, componentes importantes na estrutura de custos das empresas, ainda que também tenham caído relativamente ao ano passado, cresceram, em termos reais, em relação aos anos anteriores. Relativamente ao ano de 2000, para fazer um paralelo com as vendas, as duas variáveis cresceram 25% e 9% respectivamente.

Isto demonstrou o enorme esforço realizado pelas empresas gaúchas para manter a produção e o quadro funcional, a despeito da redução de suas margens de lucro nos últimos anos, fato preocupante na medida que deve restringir os investimentos e a geração de emprego da indústria do Estado no futuro.

INDICADORES INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL – BASE JAN-SET/2005=100

Nível de Vendas

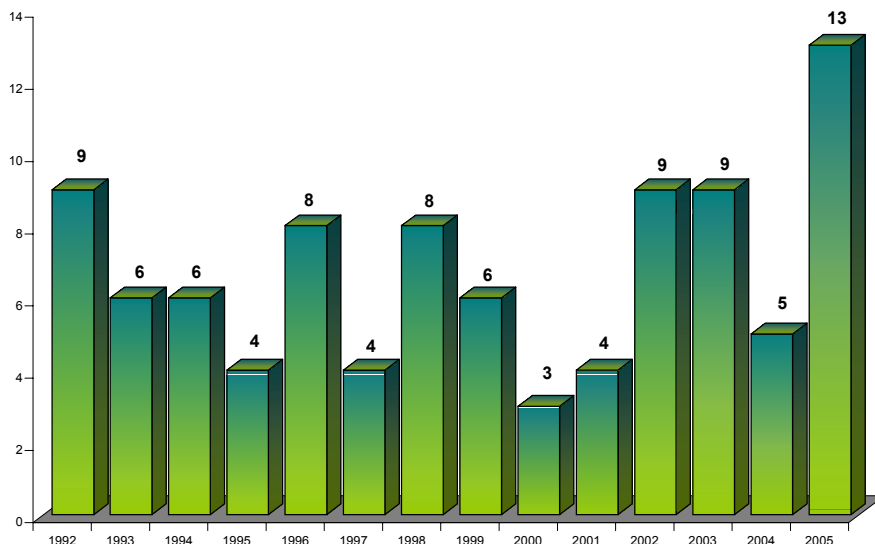
Nível de Compras e Salários



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

No que se refere à evolução dos gêneros industriais, constata-se que treze, dos dezesseis pesquisados, experimentaram redução nas vendas nos nove primeiros meses do ano comparativamente ao período análogo de 2004. Pela primeira vez, em quatorze anos de pesquisa a quantidade de setores em retração é tão expressiva, dado que atesta a amplitude e o grau de disseminação da crise entre os gêneros industriais.

VENDAS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL – JAN-SET/2005
(Número de gêneros em queda)



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Em termos setoriais, as quedas mais expressivas de vendas foram registradas no complexo metal-mecânico, reflexo da atual crise do setor de máquinas agrícolas (-45,7%) e das empresas metalúrgicas (-8,4%). Destacaram-se ainda o resultado negativo no faturamento da indústria de fumo (-36,2%), mobiliário (-8,6%) e calçados (-8%).

Por outro lado, três setores experimentaram um crescimento na variável em 2005: produtos alimentares (+12,7%), bebidas (+9,6%) e editorial e gráfica (+0,2%), este último com grande probabilidade de entrar no rol anterior até o final do ano. Cabe referir, que o segmento químico, embora tenha registrado uma retração menor (-5,4%), deu a terceira maior contribuição para o resultado global das vendas industriais gaúchas, em razão de sua grande participação relativa na estrutura produtiva.

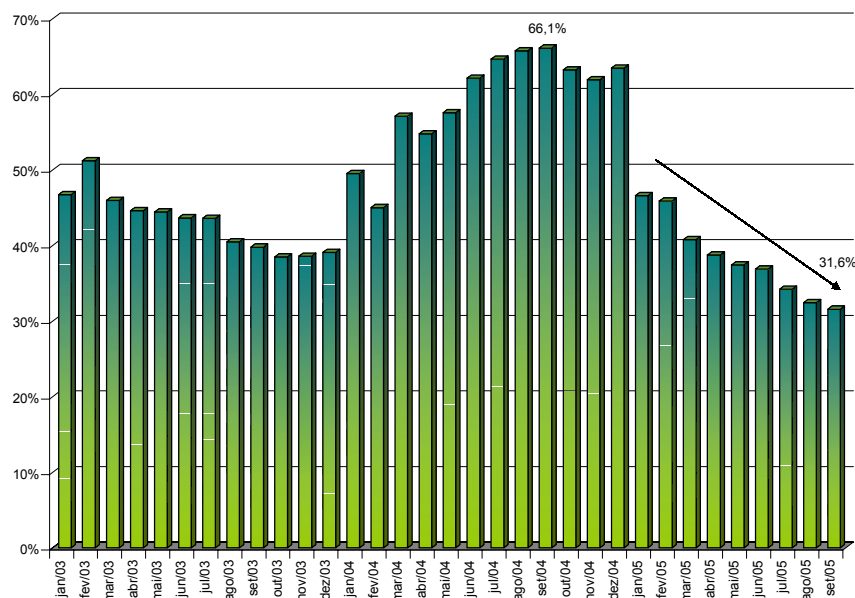
VENDAS INDUSTRIAIS SETORIAIS – JAN-SET /2005

Gêneros	Var. acum. no ano (%)	Influência no agregado
Mecânica	-22,80	-3,85
Máq. Agrícolas	-35,75	-
Fumo	-17,47	-2,60
Química	-5,39	-1,34
Vestuário e calçados	-15,11	-1,13
Calçados	-17,90	-
Metalúrgica	-9,43	-0,90
Mat. Elétrico e de Com.	-11,56	-0,34
Outros	-5,94	-0,27
Mobiliário	-10,45	-0,16
Mat. de Transporte	-3,11	-0,12
Couros e Peles	-10,66	-0,11
Borracha	-3,49	-0,10
Madeira	-25,51	-0,08
Textil	-1,68	-0,02
Editorial e Gráfica	0,20	0,01
Bebidas	9,56	0,22
Produtos Alimentares	12,65	2,01
Total da Indústria	-8,78	-8,78

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

O índice de difusão das vendas industriais, definido como a proporção de empresas participantes da amostra da pesquisa Indicadores Industriais do RS (FIERGS) que registram variação positiva no acumulado do ano, totalizou 31,5 pontos, o menor da série, e caiu sistematicamente nos últimos nove meses. Este número significa que 68,5% das referidas empresas demonstraram queda no faturamento no período de janeiro a setembro comparativamente ao mesmo período de 2004, evidenciando também o alto grau de alastramento da conjuntura econômica entre as empresas.

ÍNDICE DE DIFUSÃO DAS VENDAS INDUSTRIAIS
(Acumulado no ano)



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Entre as demais variáveis componentes do IDI/RS, vale destacar ainda as compras de insumo e matérias-primas para industrialização que registraram uma queda de 9,1%. A redução na produção e a evolução da taxa de câmbio explicam grande parte deste movimento que foi acompanhado por onze dos quatorze gêneros industriais e 70% das empresas, como sugere o índice de difusão da variável em 30 pontos. Os setores que apontaram as reduções mais significativas nas compras foram mecânica (-26,8%), vestuário e calçados (-21,3%) e fumo (-20,1%). Entre os cinco setores que aumentaram as compras industriais destaque para têxtil (+30,1%), produtos alimentares (+22,4%) e bebidas (+14,1%).

A utilização da capacidade instalada da indústria gaúcha em 2005 reduziu-se em 3,5% relativamente ao ano passado e aponta o nível mais baixo desde 1997, em sintonia com os demais indicadores relacionados à produção. Os gêneros industriais com menor nível de utilização da capacidade, logo, com maior ociosidade, são máquinas agrícolas (67,6%), principalmente em decorrência dos impactos negativos da seca, couros e peles (68,3%) em especial com a valorização cambial e restrição de créditos do ICMS; e bebidas (70,32%), embora neste, último caso, o grau médio tenha aumentado 1,5%.

As horas trabalhadas na produção (-1,7%) e os salários totais pagos pela indústria gaúcha (-0,5%) acompanharam o baixo dinamismo da atividade nestes nove meses do ano. O pessoal ocupado total (+0,8%) apesar de registrar uma expansão, demonstra uma deterioração muito rápida nos últimos meses, devendo encerrar o ano com saldo negativo, fato que será analisado com mais profundidade no capítulo sobre o mercado de trabalho. Os desempenhos dessas variáveis e dos respectivos setores podem ser visualizados na tabela a seguir.

INDICADORES INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (variação % acumulada no ano - Jan-Set/2005)

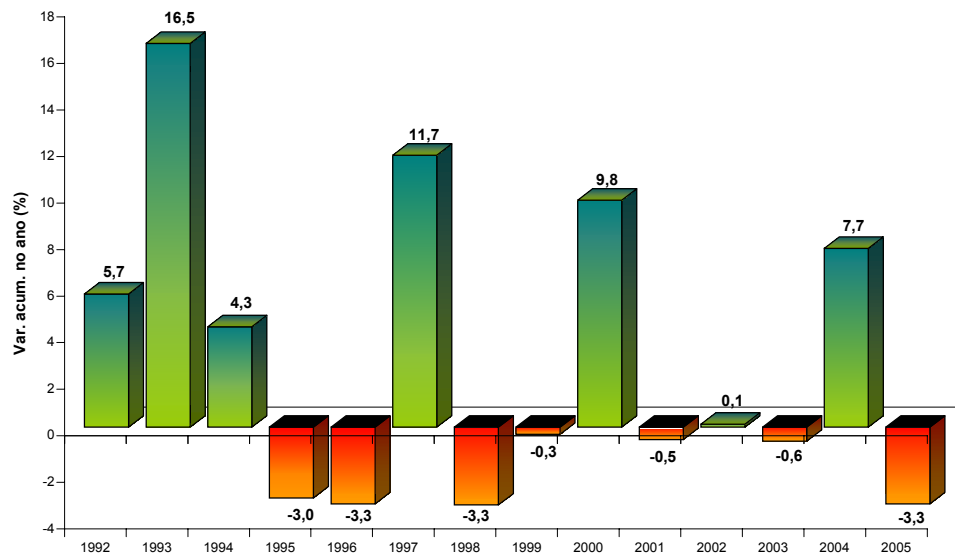
Gêneros Industriais	Compras Industriais	Horas trabalhadas na produção	Pessoal ocupado total	Salários Líquidos Totais	UCI	UCI médio	Grau
Metalúrgica	-10,93	-1,02	2,02	-3,73	-4,64		81,46
Mecânica	-26,82	-16,53	-5,68	5,32	-8,71		79,34
Máq. Agrícolas	-33,12	-27,83	-12,70	-1,09	-19,72		67,62
Mat. Elétrico e de Com.	-16,03	0,11	2,34	-1,46	-5,50		73,05
Mat. de Transporte	5,48	6,83	8,86	3,60	-5,66		78,74
Mobiliário	-16,44	-2,12	0,63	1,54	-5,39		82,26
Borracha	-1,32	-7,16	-1,04	-1,84	-3,18		76,19
Couros e Peles	-15,18	-4,68	-1,64	-4,01	-9,70		68,29
Química	-5,26	-0,81	-0,10	4,80	0,23		90,57
Vestuário	-21,28	-8,93	-4,47	-8,01	-3,92		85,59
Calçados	-23,90	-10,30	-4,59	-8,47	-3,56		86,33
Produtos Alimentares	22,42	16,61	13,44	2,81	2,37		89,42
Bebidas	14,15	3,10	5,21	12,29	1,47		70,32
Fumo	-20,12	-3,77	-4,96	-1,57	-	-	-
Editorial e Gráfica	2,01	5,89	5,62	-1,01	-5,72		72,57
Textil	30,14	3,87	6,15	7,43	-1,99		84,45
Madeira	-23,52	-5,87	-3,30	-6,62	-1,54		83,64
Outros	-18,94	-1,63	-1,15	-0,57	-5,37		73,33
Total da Indústria	-9,09	-1,70	0,85	-0,48	-3,47		81,85

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Por fim, os números da produção industrial calculada pelo IBGE para o Rio Grande do Sul vão ao encontro das conclusões feitas a partir das variáveis do IDI/RS. Assim como os Indicadores Industriais produzidos pela FIERGS, a retração na produção industrial do Estado (-3,3%) nos nove meses de 2005 foi a mais intensa já verificada desde o início da

série em 1992, embora para este indicador a conjuntura econômica nos anos 1995, 1996 e 1999 tenham sido estatisticamente bastante parecida. Entretanto, dada a tendência da série em cada ano é muito pouco provável que a redução na produção industrial ao final de 2005 supere a queda de 7,2% registrada em 1995, quando a política econômica (sobrevalorização cambial e a taxas de juros) requerida para a consolidação do Plano Real era muito mais restritiva.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (variação % acumulada no ano - Jan-Set/2005)



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Segundo o instituto de pesquisa, nove dos quatorze ramos industriais pesquisados demonstram redução na produção nos nove primeiros meses do ano relativamente ao mesmo período do ano passado.

As taxas negativas mais expressivas foram dadas pelos setores de máquinas e equipamentos (-19,5%), mobiliário (-10,9%) e o segmento borracha e plásticos (-8,3%). Entretanto, as contribuições mais importantes – que consideram a importância relativa na estrutura industrial – para trajetória de queda na produção em 2005, foram dadas por máquinas e equipamentos, devido à redução na produção de colheitadeiras e semeadores; outros produtos químicos em razão do menor nível de produção de polietileno de baixa densidade; e fumo, em especial a folha de fumo processada.

Entre os setores que aumentaram a produção, as maiores contribuições foram fornecidas pelos setores de alimentos (+3,1%), com o aumento da produção de arroz semi-branqueado e leite em pó; produtos de metal (+3,7%) e calçados e artigos de couro (+1,7%).

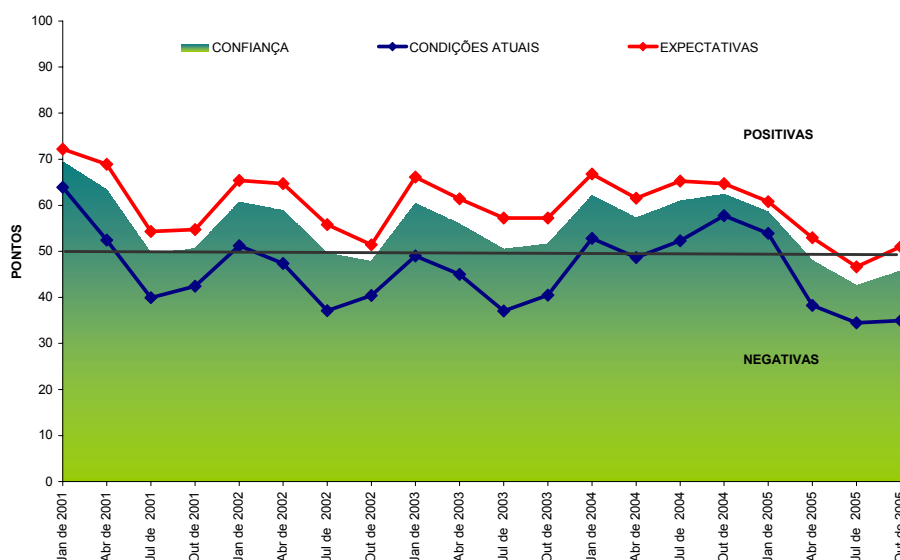
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL – JAN-SET/2005

Gêneros Industriais	Var. acum. no ano (%)	Influência no agregado
Máquinas e equipamentos	-19,53	-2,10
Outros produtos químicos	-6,28	-0,71
Fumo	-5,06	-0,49
Borracha e Plástico	-8,30	-0,35
Mobiliário	-10,92	-0,32
Veículos automotores	-2,04	-0,15
Metalurgia Básica	-2,96	-0,10
Bebidas	-1,80	-0,05
Refino de petróleo e álcool	-0,15	-0,01
Celulose, papel e produtos de	1,42	0,06
Edição, impr. e repr. de gravações	2,93	0,07
Calçados e artigos de couro	1,67	0,20
Produtos de metal - excl. máq. e	3,72	0,21
Alimentos	3,07	0,45
Indústria de Transformação	-3,29	-3,29

Fonte: IBGE

Se o dinamismo atual da atividade industrial no Estado é baixo, as perspectivas quanto à retomada não são nada animadoras. Em outubro, o Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI-RS) voltou a situar-se abaixo da linha divisória dos 50 pontos, numa escala de 0 a 100. O valor de 46 pontos para o índice denota falta de confiança quanto à evolução das condições econômicas e, como um indicador de antecedência, sugere que o atual ambiente desfavorável aos negócios deve continuar afetando negativamente a atividade industrial.

Desse modo, espera-se, por parte dos empresários, uma atitude de maior cautela nas decisões de investimento e de geração de postos de trabalho aspectos que devem adiar a retomada da atividade.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL – ICEI-RS

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos-FIERGS

Os resultados do setor manufatureiro gaúcho, comparativamente aos demais estados brasileiros, são também desanimadores. Embora os sinais de desaquecimento industrial em nível nacional, nenhum outro Estado enfrentou condições tão adversas. O Rio Grande do Sul registrou os piores resultados em diversos indicadores nos nove primeiros meses de 2005, muito aquém da média nacional. Nas horas trabalhadas e na produção industrial o Estado apresentou a queda mais expressiva entre os Estados. No caso das vendas, a indústria do Rio Grande do Sul ficou à frente apenas de Santa Catarina, que registrou uma redução de 11,8% na variável.

INDICADORES INDUSTRIAIS – ESTADOS
(variação % acumulada no ano – Jan-Set)

ESTADOS	VENDAS INDUSTRIAIS	HORAS TRABALHADA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL
Amazonas	-2,00	4,56	16,64
Minas Gerais	0,91	8,66	6,09
São Paulo	5,13	7,21	5,38
Paraná	-1,28	1,70	5,03
Goiás	-0,72	2,05	4,78
Bahia	0,91	25,21	4,51
Brasil	2,93	5,65	3,27
Ceará	3,66	6,05	3,12
Santa Catarina	-11,79	4,28	3,01
Pernambuco	0,11	1,86	2,22
Espírito Santo	3,43	6,41	1,36
Rio de Janeiro	7,47	4,87	-1,32
Rio Grande do Sul	-8,78	-1,82	-3,36

Fonte: CNI/IBGE

Vale destacar que o Rio Grande do Sul é um dos estados que mais sofre, proporcionalmente, com a valorização cambial. Isso ocorre porque, além de ser, em termos absolutos, o terceiro maior exportador do Brasil, o percentual da produção gaúcha é igualmente um dos mais elevados. Desta forma, qualquer conjuntura econômica que prejudique as exportações resultará em um impacto relativamente maior para o Rio Grande do Sul do que para outros estados do País. Além disso, questões locais, como a estiagem climática, que reduziu a safra agrícola em 33% em relação a 2004, e as restrições aos créditos de ICMS às exportações foram os fatores que agravaram ainda mais o cenário macroeconômico já restritivo.

Desta forma, a asfixia da atividade industrial em 2005, determinada pelo cenário exposto e a alta base de comparação do ano passado, levarão ao pior desempenho já registrado ao longo da série histórica pesquisada (desde 1991). O IDI/RS deverá registrar uma queda de 3,7% e as vendas industriais de 8,9%. A esmagadora maioria dos gêneros industriais deverá seguir esta tendência, principalmente nas vendas. A produção física industrial, por sua vez, deverá encerrar o ano com um recuo de 3,5%.

Com exceção da estiagem, é muito pouco provável que algum dos demais elementos que formam a dificuldade da atual conjuntura econômica venha a desaparecer no curto prazo. Entretanto, a possibilidade de um melhor resultado para o setor agrícola e a base de comparação bastante deprimida de 2005 devem fazer com que a atividade industrial do Rio Grande do Sul cresça, ainda que modestamente.

A taxa de câmbio valorizada, ainda que seja esperada uma ligeira depreciação, deverá continuar sendo o principal obstáculo para uma expansão mais vigorosa da indústria gaúcha em 2006. Assim, é esperado, dado o cenário básico, para o ano que vem um crescimento do IDI/RS de 4,8%, das vendas de 6,2% e da produção física em 5,8%..

INDICADORES INDUSTRIAIS - RS
(variação % acumulada no ano)

	2006		
	2005	Cenário I	Cenário II
IDI/RS	-3,70	4,80	3,90
Vendas Industriais	-8,90	6,20	5,70
Produção Industrial	-3,50	5,80	4,40

Fonte: FIERGS. *Estimativas Unidade de Estudos Econômicos

Em termos setoriais, a mesma dinâmica é esperada para os diversos gêneros, uma vez que se projeta, no cenário básico, um ano com taxas de juros menores, um melhor desempenho agrícola e uma base de comparação bastante deprimida. Na tabela a seguir pode ser visualizado o comportamento setorial projetado para 2006 como base nos respectivos IDI's setoriais.

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL - GÊNEROS
(variação % acumulada no ano)

	Cenário I		Cenário II	
	2004	2005	2006	2006
Metalúrgica	6,2%	-3,0%	6,3%	5,8%
Mecânica	9,0%	-8,2%	5,5%	3,2%
Máq. Agrícolas	12,9%	-13,2%	8,3%	5,2%
Mat. Elétrico	12,4%	-5,2%	4,5%	3,9%
Mat. Transporte	16,8%	2,3%	4,2%	3,4%
Madeira	-3,7%	-0,4%	2,8%	1,4%
Mobiliário	11,4%	-3,6%	3,9%	2,7%
Borracha	27,8%	1,7%	6,5%	4,8%
Couros e Peles	7,0%	-6,5%	3,2%	1,8%
Química	17,7%	3,9%	3,1%	2,4%
Têxtil	10,6%	11,0%	8,5%	7,1%
Vestuário	4,0%	-7,3%	3,5%	2,4%
Calçados	3,5%	-8,6%	2,4%	2,2%
Alimentos	9,2%	13,4%	6,1%	5,2%
Bebidas	3,9%	6,8%	9,8%	8,1%
Ed. Gráfica	1,6%	0,3%	11,2%	9,1%
IDI-GERAL	8,9%	-3,7%	4,8%	3,9%

Fonte: FIERGS.

*Estimativas Unidade de Estudos Econômicos

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul – Mudança de Metodologia

A partir de março de 2006 (resultados do mês de janeiro), terá início a divulgação da nova série de índices mensais dos Indicadores para a indústria de transformação do Rio Grande do Sul, elaborada pela FIERGS em parceria com a CNI, com base nos atuais Indicadores Industriais reformulados.

Esta reformulação tem por objetivo atualizar a produção destes indicadores, levando-se em consideração a necessária representatividade da estrutura industrial no Estado com base em estatísticas mais recentes, aumentando ainda mais a precisão dos resultados. Vale destacar que o longo período decorrido desde a última mudança, implementada em 1991, torna necessário esta atualização. Além disso, é importante o ajuste à nova Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE/IBGE), o que permitirá a comparabilidade dos dados entre diferentes fontes estatísticas, como o emprego, a produção física e o setor externo.

O âmbito da nova pesquisa é formado pelo conjunto de unidades locais de produção que responderam ao formulário RAIS, ano base 2000, e cuja atividade principal enquadra-se como uma das atividades da indústria de transformação do Rio Grande do Sul e que possuíam 20 ou mais pessoas ocupadas - PO - em 31 de dezembro do ano de referência.

É importante ressaltar que a escolha do âmbito de 20 pessoas ocupadas se justifica pela definição precisa do universo que se deseja investigar, englobando pequenas, médias e grandes empresas, segundo conceito do SEBRAE, além de permitir também a comparabilidade com as demais pesquisas produzidas pela FIERGS e pela CNI.

O novo formato da pesquisa apresentará resultados para sete variáveis de vinte e uma atividades e segmentos industriais. Os índices reformulados terão como base o mês de janeiro de 2003 (=100) e a série será encadeada retroativamente a janeiro de 2001.

Deve-se ressaltar, todavia, que a continuidade das séries antigas não se dará para todas as atividades, em função das mudanças de classificação de atividade econômica, nem para todas as variáveis, em função de mudanças de conceito.

No caso dos setores, todos os antigos gêneros pesquisados foram contemplados na nova metodologia, com as suas novas denominações e desdobramentos, perfazendo 93% do total do valor da transformação industrial do Estado e 93,2% do pessoal ocupado (PIA 2000). Cabe ressaltar que cada gênero industrial na classificação antiga não corresponde necessariamente a apenas uma atividade na classificação nova e, portanto, podendo uma determinada atividade ser desdobrada em duas outras. A tabela a seguir demonstra a relação entre as atividades antigas pesquisadas no Rio Grande do Sul e as novas.

RELAÇÃO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO ANTIGA E A NOVA

Divisão	Descrição nova	Descrição antiga
DIVISÃO 15	Fabric. de Prods. Alimentares e Bebidas	Prods. Alimentares e Bebidas
DIVISÃO 16	Fabric. de Prods. Do Fumo	Fumo
DIVISÃO 17	Fabric. de Prods. Têxteis	Têxtil
DIVISÃO 18	Confec. de Artigos do Vestuário e Acessórios	Parte de Vestuário e Calçados
DIVISÃO 19	Prepar. de Couros, Fabr. de Artef. de Couro, Art. de Viagem e Calçados	Couros e peles e Calçados
DIVISÃO 20	Fabric. de Prods. De Madeira	Madeira
DIVISÃO 22	Edição, Impres. e Reprod. de Gravações	Editorial e gráfica e Parte de outros
DIVISÃO 23	Fabric. de Coque, Refino Petróleo, Comb. Nucleares e Alcool	Parte de Química
DIVISÃO 24	Fabric. de Prods. Químicos	Parte de Química
DIVISÃO 25	Fabric. de Art. de Borracha e Plástico	Borracha e Prods. Mat. Plásticas
DIVISÃO 27	Metalúrgica Básica	Parte da Metalúrgica
DIVISÃO 28	Fabric. de Prods. de Metal - Exclu. Máq. e Equip.	Parte da Metalúrgica
DIVISÃO 29	Fabric. de Máquinas e Equipamentos e Máquinas Agrícolas	Mecânica e Máquinas Agrícolas
DIVISÃO 31	Fabric. de Máq., Apar. e Materiais Elétricos	Parte de Material Elétrico
DIVISÃO 32	Fabric. de Material Eletrônico e de Apar. e Equip. de Com.	Parte de Material Elétrico
DIVISÃO 34	Fabric. e Mont. de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	Material de Transporte
DIVISÃO 36	Fabric. de Móveis e Indústrias Diversas	Mobiliário e Parte de Outros

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos.

No caso das variáveis, a reformulação introduzirá o item “transferências¹⁵” e a mudança de conceituação para o item “salários líquidos totais”, que passará a se chamar “remuneração total” e a incluir o 13º salário. Não serão mais questionadas as variáveis: valor total da folha de pagamento, dias trabalhados na produção, consumo de energia elétrica, nível de estoque e carteira de pedidos. Na tabela a seguir, são resumidas as mudanças nas variáveis pesquisadas com o novo formato dos Indicadores Industriais do RS.

¹⁵ Corresponde ao valor total das transferências dos produtos, incluindo ICMS, fabricados pela unidade local, efetuadas para outras unidades locais da mesma empresa, desde que não sejam participantes da pesquisa, mesmo que estas não sejam classificadas como indústria.

VARIÁVEIS PESQUISADAS

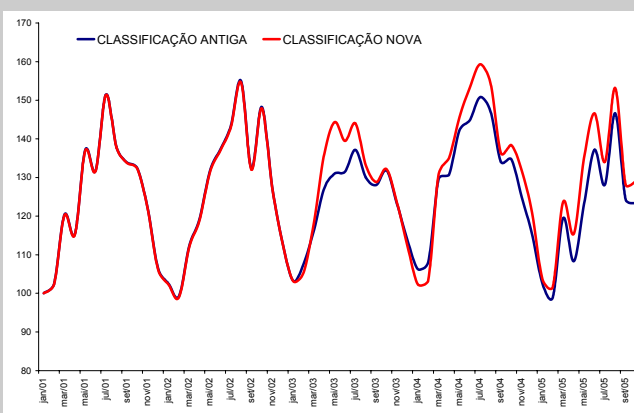
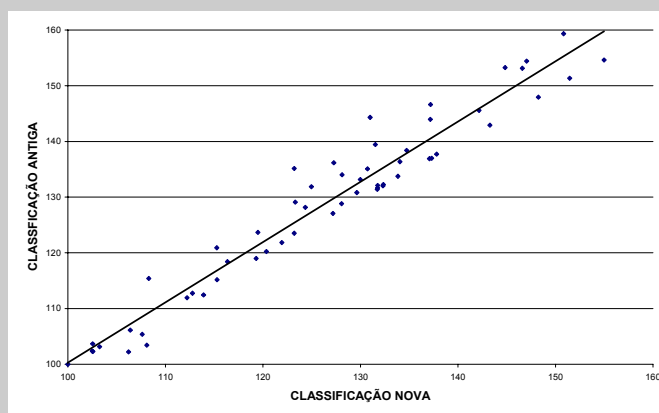
Variáveis Antigas	Novo questionário
Valor Total das Vendas (R\$)	x
No próprio estado (R\$)	x
Outros estados (R\$)	x
Exportações (R\$)	x
Transferências *	x
Pessoal Ocupado Total (nº)	x
Na produção	x
Fora da produção	-
Horas trabalhadas na produção	x
Valor Total da folha de pago.	-
Na produção (R\$)	-
Fora da produção (R\$)	-
Valor Total dos Salários (R\$) **	x
Na produção (R\$)	-
Fora da produção (R\$)	-
Dias trabalhados na produção (nº dias)	-
Utilização da Capacidade Instalada (%)	x
Consumo de energia elétrica (Kwh)	-
Valor Total das Compras (R\$)	x
No próprio estado (R\$)	x
Outros estados (R\$)	x
Importações (R\$)	x
Nível de estoques	-
Carteira de pedidos	-

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos.

(x) mantida. (–) excluída. * nova. ** redefinida

Para identificar se a mudança metodológica irá resultar em um comportamento distinto do atualmente observado, comparou-se a evolução das vendas industriais do Rio Grande do Sul entre as duas metodologias desde janeiro de 2001, como pode ser visto existe uma correlação quase perfeita (0,9744) entre as duas séries. Vale lembrar que esta grande associação serve apenas para o resultado global e para alguns segmentos. Outros comportamentos setoriais, pelos motivos já expostos, podem sofrer variações expressivas.

VENDAS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (Comparação entre o sistema antigo e o novo)



Fonte: Unidade de Estudos Econômicos.

Vale destacar também que, em que pese a diferença nos percentuais, a conjuntura da indústria gaúcha para 2005 em nada se altera: pela nova metodologia também registramos o pior desempenho da série histórica.

SET)

INDICADORES INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL – VAR. ACUM. NO ANO (JAN-

(Comparação entre o sistema antigo e o novo)

VARIÁVEIS	ANTIGO	NOVO
Vendas Totais	-8,78	-6,46
Compras Totais	-9,06	-3,96
Salários Reais Totais	-0,52	-0,68
Pessoal Ocupado	0,85	0,78
Horas Trab. na Produção	-1,73	-3,20
U.C.I (Grau médio %)	81,85	82,62
UCI (variação %)	-3,47	-2,10

Fonte: Unidade de Estudos Econômicos.

Por fim, a reformulação tem ainda como objetivo obter a representatividade setorial para a divulgação em nível nacional, como um aprimoramento da pesquisa, o que permitirá um acompanhamento setorial dos indicadores conjunturais de cada estado comparativamente à média do País.

INDICADORES INDUSTRIAIS DO BRASIL

(Atividades pesquisadas a partir da nova metodologia)

CNAE	Descrição
DIVISÃO 00	Extrativa
Indústria de Transformação	
DIVISÃO 15	Fabric. de Prods. Alimentares e Bebidas
DIVISÃO 16	Fabric. de Prods. Do Fumo
DIVISÃO 17	Fabric. de Prods. Têxteis
DIVISÃO 18	Confec. de Artigos do Vestuário e Acessórios
DIVISÃO 19	Prepar. de Couros, Fabr. de Artif. de Couro, Art. de Viagem e Calçados
DIVISÃO 20	Fabric. de Prods. De Madeira
DIVISÃO 21	Fabric. de Pastas, Papel e Prods. de Papel
DIVISÃO 22	Edição, Impres. e Reprod. de Gravações
DIVISÃO 23	Fabric. de Coque, Refino Petróleo, Comb. Nucleares e Álcool
DIVISÃO 24	Fabric. de Prods. Químicos
DIVISÃO 25	Fabric. de Art. de Borracha e Plástico
DIVISÃO 26	Fabric. de Prods. de Min. Não-Metálicos
DIVISÃO 27	Metalúrgica Básica
DIVISÃO 28	Fabric. de Prods. de Metal - Exclu. Máq. e Equip.
DIVISÃO 29	Fabric. de Máquinas e Equipamentos
DIVISÃO 30	Fabric. de Máquinas p/ Escritório e Equip. de Informática
DIVISÃO 31	Fabric. de Máq., Apar. e Materiais Elétricos
DIVISÃO 32	Fabric. de Material Eletrônico e de Apar. e Equip. de Comunicações
DIVISÃO 33	Fab. Eq. Méd-Hospitalar., Inst. Prec. e Óticos, Automação Indl., Cron. e Relógios
DIVISÃO 34	Fabric. e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias
DIVISÃO 35	Fabric. de Outros Equip. de Transporte
DIVISÃO 36	Fabric. de Móveis e Indústrias Diversas
DIVISÃO 37	Reciclagem

Fonte: CNI

3.3 MERCADO DE TRABALHO

Em 2005 houve geração dos postos de trabalho no Rio Grande do Sul, a despeito diminuição da intensidade se comparada àquela verificada no ano passado. Em termos de perspectivas para o final do ano, embora não esteja descartada a ocorrência de um processo de aquecimento da demanda por trabalho em razão de fatores sazonais, é muito pouco provável que o seu desempenho feche ano com clima animador. Para 2006 as perspectivas são positivas, face à recuperação econômica, em especial, da indústria.

Como já foi referenciado na análise do mercado de trabalho do Brasil, o ritmo de crescimento da geração de postos formais em 2005 no Rio Grande do Sul, desacelerou em relação a 2004, mas continuou apresentando tendência positiva. Esse cenário deveu-se aos diversos fatores que impactaram de forma negativa a atividade econômica, tanto a nível nacional quanto regional. Dentre estes, pode-se apontar a valorização cambial, a elevada taxa de juros interna e, especialmente para o Rio Grande do Sul, a estiagem e a restrição ao uso dos créditos de ICMS que resultou em uma queda mais intensa do desempenho do mercado de trabalho no Estado.

Esta seção tem como objetivo acompanhar o efeito desses fatores e a evolução do comportamento da atividade sobre o mercado de trabalho gaúcho, em especial a geração do emprego e o nível de ocupação, a taxa de desemprego e os rendimentos dos trabalhadores. Para tanto, este foi analisado sob a ótica de três pesquisas diferentes divididas Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – CAGED / MTE -, Pesquisa Indicadores Industriais da FIERGS e a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME – IBGE).

- **NÍVEL DE OCUPAÇÃO**

A demanda por mão-de-obra no Rio Grande do Sul, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), foi positiva nos primeiros dez meses de 2005 e totalizou 28,1 mil novos postos de trabalho formais na economia gaúcha muito aquém dos 117,3 mil gerados no mesmo período de 2004 e a mais baixa desde 2000.

A visível redução na velocidade e na intensidade das contratações nos dez primeiros meses de 2005, esteve em consonância com a queda da atividade econômica no Estado e refletiu o fechamento de postos na indústria e na agropecuária, como pode ser visto na tabela.

GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - RS

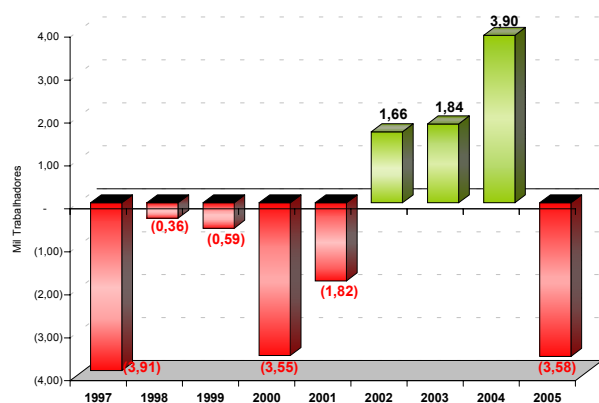
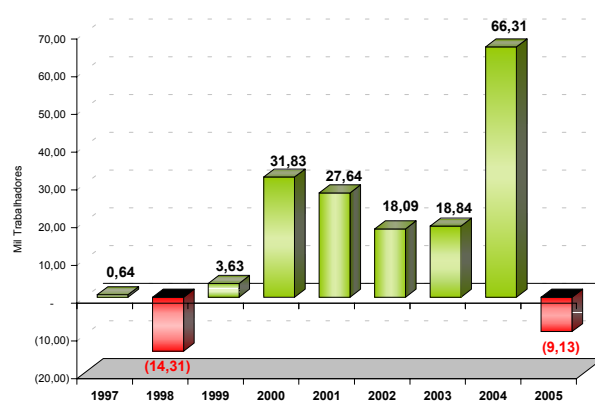
Jan - Out

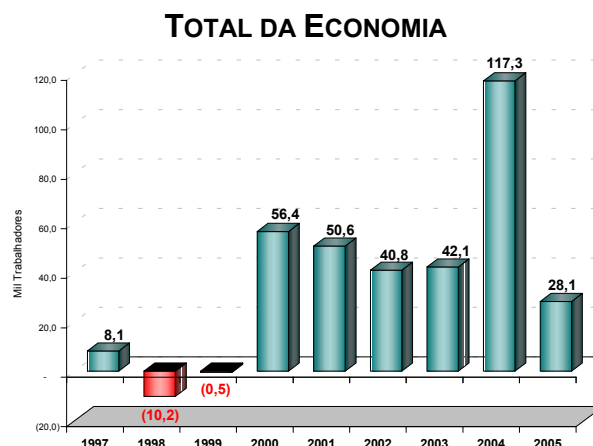
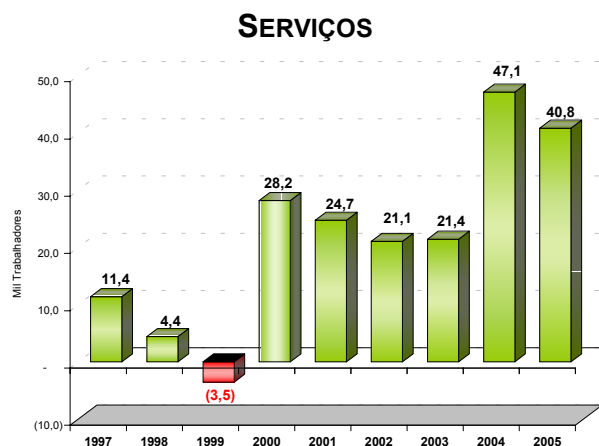
	2004	2005	Var. (%)
Agricultura	3.903	(3.578)	-191,7%
Indústria Total	66.312	(9.126)	-113,8%
Indústria Extrativa	227	(21)	-109,3%
Ind. Transformação	56.190	(8.663)	-115,4%
SIUP	847	578	-31,8%
Construção Civil	9.048	(1.020)	-111,3%
Serviços	47.113	40.840	-13,3%
Comércio	19.383	10.785	-44,4%
TOTAL	117.328	28.136	-76,0%

Fonte: MTE / CAGED

Com relação à agropecuária o Rio Grande do Sul sofreu com a estiagem do primeiro trimestre de 2005 deixando marcas profundas na economia gaúcha. Esta foi determinante para o péssimo desempenho do setor dado que as perdas das culturas de grãos de verão, em especial arroz, feijão, milho e soja, foram enormes e essas podem corroborar para que a agropecuária venha a apresentar um dos piores resultados históricos. Para agravar o cenário, a valorização do real frente ao dólar deprimiu a rentabilidade dos exportadores e induziu a um processo de desaquecimento das vendas externas. Além disso, as *commodities* sentiram uma persistente queda nos seus preços, que se mantiveram em patamares muito inferiores aos verificados no plantio do ano agrícola anterior, depois de terem atingido patamares historicamente elevados.

Os reflexos da conjuntura econômica no mercado de trabalho já são visíveis. A geração de postos de trabalho em todo o setor agropecuário nos dez primeiros meses de 2004 foi de 3,9 mil ao passo que, de janeiro a outubro de 2005, foram fechados 3,5 mil. Vale ressaltar que essa queda foi mais intensa no segmento agricultura, pecuária e serviços relacionados foi o principal demissor, ao passo que a silvicultura e a pesca contrataram juntas 320 empregados em todo o Estado.

EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAL***AGROPECUÁRIA****INDÚSTRIA TOTAL**



*Jan-out de cada ano.

Fonte: MTE / RAIS - CAGED

O saldo positivo no nível de ocupação global do Estado foi sustentado pelo setor de serviços, que neste ano, apesar de ter contratado 13,3% a menos do que no ano passado, gerou 40,8 mil vagas de trabalho em 2005 sendo único setor a criar postos de trabalho ao longo do ano.

Na indústria de transformação, o breque no dinamismo em razão da estiagem, da valorização do real e das altas taxas de juros refletiu negativamente no mercado de trabalho em segmentos industriais importantes para a economia gaúcha. De fato, foram fechados na atividade manufatureira gaúcha nos dez primeiros meses do ano, 8,7 mil postos; comportamento parecido foi verificado pela última vez em 1998. O número é ainda mais alarmante se comparado ao mesmo período do ano passado, quando foram criados 56,1 mil empregos formais. Os setores de artefatos de couro e calçados, máquinas e equipamentos, móveis e indústrias diversas, metalurgia e têxtil foram os que fecharam vagas de trabalho nesse ano.

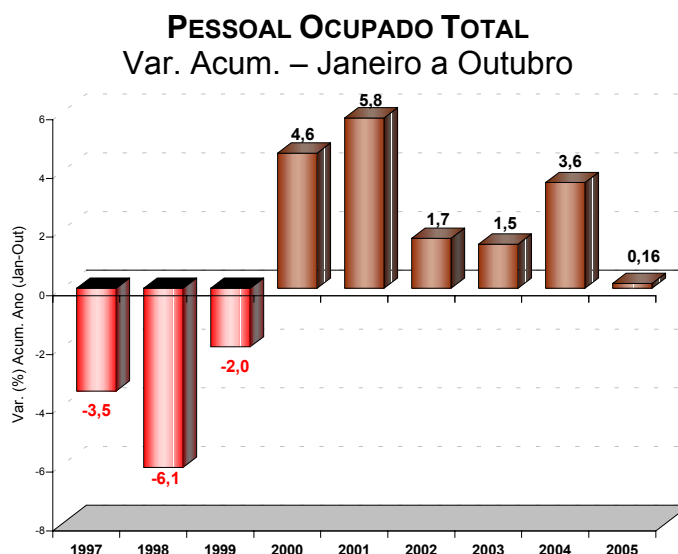
GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS – JAN-OUT

	2004	2005	Var. (%)	Var. N° Empreg.
Alimentos e Bebidas	4.435	1.693	-61,8%	(2.742)
Fumo	(126)	80	36,5%	206
Têxtil	864	(202)	-123,4%	(1.066)
Vestuário e acessórios	1.506	826	-45,2%	(680)
Artefatos de couro e Calçados	20.017	(11.197)	-155,9%	(31.214)
Calçados	16.272	(10.026)	-161,6%	(26.298)
Madeira	1.074	489	-54,5%	(585)
Celulose e produtos de papel	414	376	-9,2%	(38)
Editorial e Gráfica	864	498	-42,4%	(366)
Coque e refino de petróleo	(10)	47	-370,0%	57
Química	1.084	357	-67,1%	(727)
Borracha e Plástico	3.779	995	-73,7%	(2.784)
Minerais não-metálicos	536	189	-64,7%	(347)
Metalurgia básica	1.630	(657)	-140,3%	(2.287)
Produtos de metal	4.665	(372)	-108,0%	(5.037)
Máquinas e equipamentos	5.137	(2.032)	-139,6%	(7.169)
Máq. para Escrit. e Equip. de Informatic.	105	302	187,6%	197
Material Elétrico e de Comunicações	1.237	172	-86,1%	(1.065)
Material Eletrônico e Equip. Comunic.	359	203	-43,5%	(156)
Equip. de Instrumentação Médico-hospital	151	339	124,5%	188
Material de Transporte	4.591	306	-93,3%	(4.285)
Outros equipamentos de transporte	53	(5)	-109,4%	(58)
Móveis e indústrias diversas	3.628	(1.179)	-132,5%	(4.807)
Reciclagem	197	109	-44,7%	(88)
Ind. Transformação	56.190	(8.663)	-115,4%	(64.853)

Fonte: MTE / CAGED

Os Indicadores Industriais da FIERGS convergem com os dados do Ministério do Trabalho, embora aparentemente divirjam, devido às diferenças metodológicas. Enquanto o indicador da FIERGS mede a variação do estoque de pessoal ocupado de janeiro a setembro em relação ao estoque do período análogo do ano passado, o CAGED / MTE mostra a geração de postos de trabalho ao longo do ano. Portanto, elas se complementam.

No início de 2005, o indicado da FIERGS registrou taxas mensais historicamente elevadas para o nível de emprego da indústria de transformação do Rio Grande do Sul na análise do acumulado do ano. Em janeiro, a variação, na mesma base de comparação, era de 6,1% mas acabou outubro com o pífio resultado de 0,16%, o pior dos últimos seis anos e em clara trajetória descendente. Esta tendência culminará certamente com uma variação negativa no final do ano, fato que não ocorre desde 1999.



Fonte: Indicadores Industriais FIERGS

Em termos setoriais, as empresas de produtos alimentares registraram a maior variação positiva em 2005 até setembro, com relação ao mesmo período do ano passado, 13,4%. Ainda de acordo com os dados da Pesquisa Indicadores Industriais os segmentos de material de transporte, têxtil, editorial e gráfica, bebidas, material elétrico e de comunicações e metalúrgica registraram variações acima do total da indústria de transformação. No sentido oposto, dez setores registraram queda no pessoal ocupado ao longo de 2005, destes, vale destacar, mecânica sob a influência de máquinas agrícolas, fumo calçados e vestuário impactados pela seca e pela queda da rentabilidade das exportações.

Um outro indicador para analisar o comportamento do emprego é dado pelo IBGE. Neste caso, é preciso certa cautela, pois as características metodológicas¹⁶ impõem certas restrições às comparações com as demais pesquisas. Neste sentido, não se pode desconsiderar que a PME / IBGE engloba trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e por empregadores apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA..

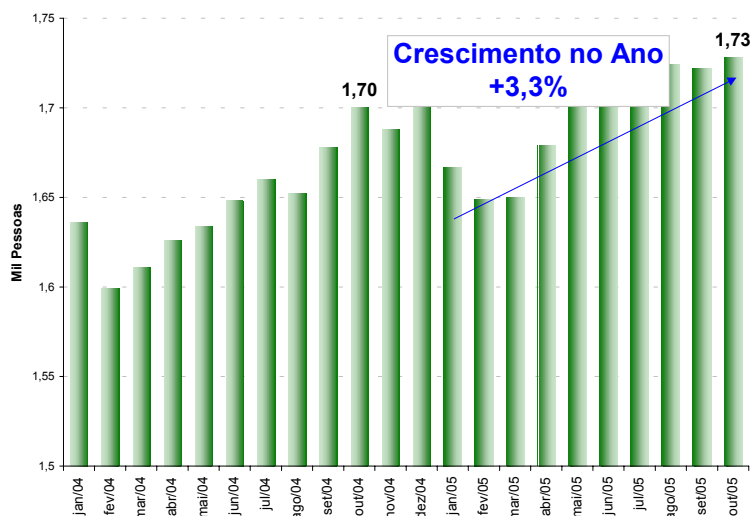
Neste sentido a referida pesquisa apresentou, de janeiro a outubro de 2005, um aumento das contratações em relação ao ano anterior, uma melhora da massa salarial e uma

¹⁶ Ver Box sobre Emprego Industrial Gaúcho: Desencontro de Números

queda na taxa de desocupação em que pese a diminuição do rendimento real médio do trabalhador, devido à contratação de pessoas nas faixas de salários inferiores relativamente aos trabalhadores que já se encontram empregados. Mesmo assim, o aumento do número de contratações foi o suficiente para compensar essa queda no rendimento médio resultando em um aumento da massa salarial.

PESSOAS OCUPADAS - RMPA

Total



Fonte: PME - IBGE

Em termos da posição da ocupação, ao observarmos as variações acumuladas em 12 meses, de 2004 até junho deste ano o emprego informal registrou aumento considerável em detrimento das pessoas que trabalhavam por conta própria. Neste mesmo período, houve manutenção do nível da ocupação formal. Porém, a partir do segundo semestre de 2005 a situação começou a se inverter, o número de trabalhadores com carteira assinada e aqueles que trabalham por conta própria voltou a crescer e o emprego formal experimentou quatro meses de queda consecutiva nesta mesma base de comparação.

PESSOAS OCUPADAS – RMPA

Var. (%) Acum. Jan - Out

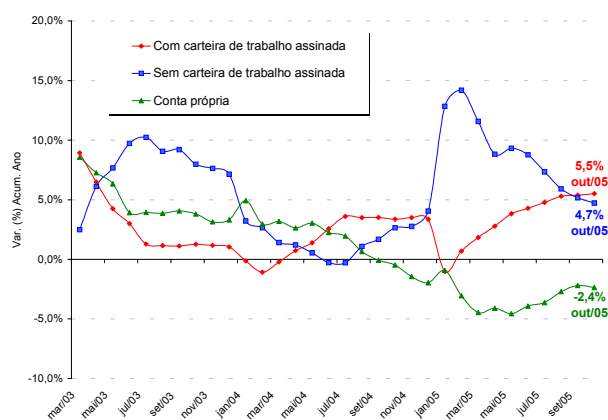
	2004	2005
Tipo de Ocupação		
Com carteira de trabalho assinada	3,4%	5,5%
Sem carteira de trabalho assinada	2,7%	4,7%
Conta própria	-0,5%	-2,4%
Setores		
Indústria extrativa e de transformação e SIUP	3,3%	2,4%
Construção	0,4%	-0,5%
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	-2,5%	4,2%
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à	4,1%	7,3%
Administração pública	-0,8%	3,1%
Serviços domésticos	9,7%	-0,2%
Outros serviços	4,9%	4,1%
Outras atividades	12,4%	1,3%
Total	2,1%	3,3%

Fonte: PME / IBGE

O incremento de pessoas ocupadas de janeiro a outubro, com relação ao mesmo período do ano anterior na RMPA foi de 3,3%. Em termos setoriais as empresas de intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas registraram a melhor variação positiva, 7,3%, nesta mesma base de comparação. Vale citar ainda, o setor de comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, com aumento de 4,2% no acumulado do ano. No sentido oposto foi verificado o segmento de serviços domésticos e de construção civil.

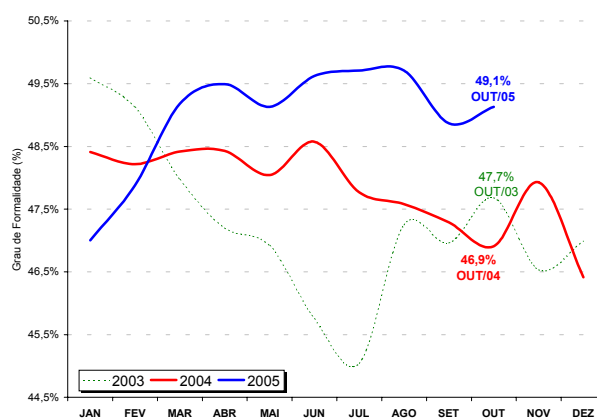
No que se refere à qualidade dos vínculos, uma possível aceleração de contratações, possivelmente acionada por uma melhora da atividade econômica, dará continuidade à melhoria - atualmente em curso - do grau de formalização do mercado de trabalho, tanto no Rio Grande do Sul, como no Brasil.

PESSOAS OCUPADAS POR POSIÇÃO – RMPA Var. (%) Acum. Ano



Fonte: PME - IBGE

GRAU DE FORMALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO DA RMPA

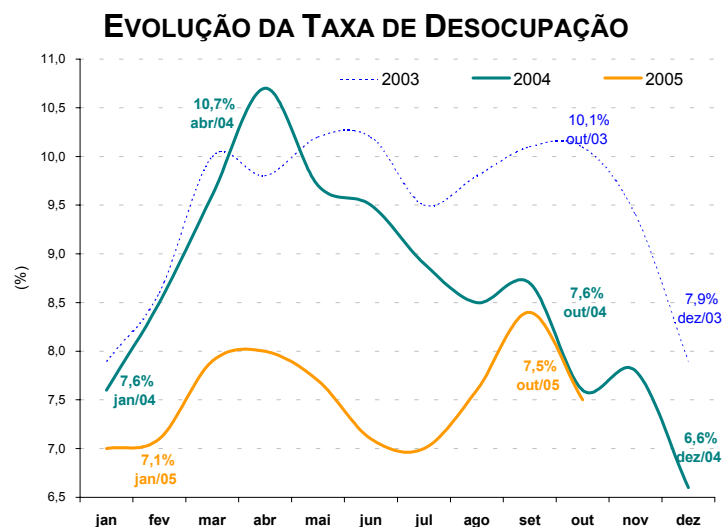


Fonte: PME - IBGE

Dividindo as pessoas ocupadas por intervalos de anos de estudo, percebe-se que a escolaridade dos trabalhadores da RMPA cresceu em 2005. Ao compararmos a média de pessoas ocupadas de janeiro a outubro de 2005 com igual período do ano passado, notou-se um aumento de 7,8% no grupo daquelas com 11 anos de estudo ou mais e 7,2% no grupo com 8 a 10 anos de estudos. Ao passo que foi registrada queda de 20,4% no grupo das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo.

Cabe apontar ainda que de janeiro a outubro a RMPA registrou, em média 138,1 mil pessoas desocupadas, destas 43% possuíam 11 anos ou mais de estudo; 16,1% nunca trabalharam e mais de 30% eram os principais responsáveis pela família.

A média da taxa de desocupação, isto é, as pessoas sem trabalho, mas que procuraram ocupação sem ter sucesso nos últimos 30 dias, em relação à população economicamente ativa, de janeiro a outubro foi de 7,5%; ao passo que em 2004, para o mesmo período era de 7,6%.



Fonte: PME / IBGE

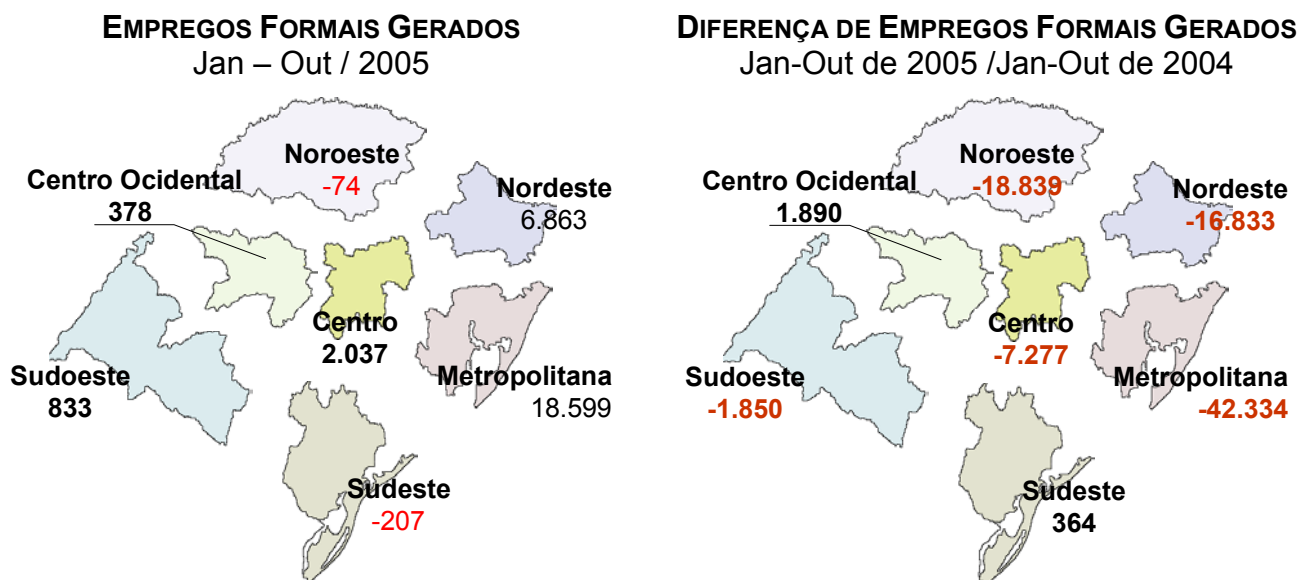
O panorama do emprego em 2005 apresentou o menor número de vagas criadas desde 1998 e a manutenção de uma taxa de crescimento do estoque de empregados positiva. Desta forma, de acordo com os dados do IBGE o mercado de trabalho da RMPA ainda não chegou a sentir a desaceleração do ritmo de atividade, como no restante do Estado.

• Comparações Regionais

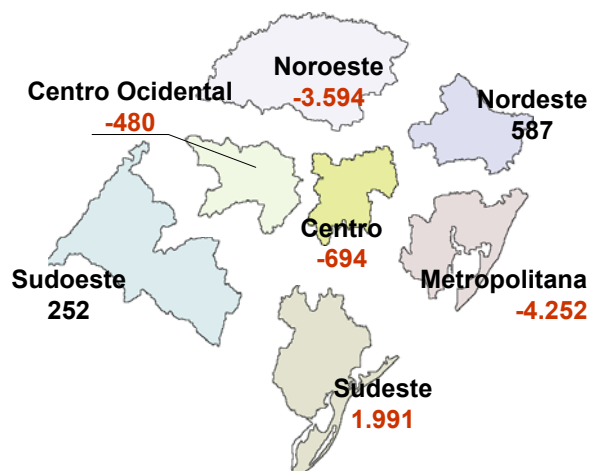
Para que se possa ter uma noção mais clara da distribuição espacial do mercado de trabalho no Rio Grande do sul, vale a pena recorrer à cobertura dos registros administrativos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho que permite mensurar o desempenho do nível de ocupação formal das sete regiões¹⁷ (mesoregiões) do Estado e determinar de onde partiram as maiores contribuições para o comportamento agregado.

Como já foi exposto, da criação de apenas 28,4 mil empregados no Estado em 2005, até outubro, a região metropolitana foi a que contribuiu com o maior percentual, 65,4%, em seguida, a região nordeste do Estado com 24,1%. No sentido contrário, ou seja, com fechamento de postos de trabalho, apareceram as regiões noroeste e sudoeste. Este comportamento está relacionado com a redução da safra agrícola em virtude da estiagem.

¹⁷ O Estado foi dividido em sete regiões denominadas mesoregiões pelo IBGE: Noroeste, Nordeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste e Sudeste.



EMPREGOS FORMAIS GERADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
Jan – Out / 2005



Fonte: MTE / CAGED

Na região metropolitana, o setor que sustentou a geração de vagas foram os serviços com a criação de 22,2 mil postos, os segmentos de comércio¹⁸ juntamente com os segmentos de transporte¹⁹ e atividades imobiliárias²⁰ foram responsáveis por 65% destas vagas. Um fato curioso é que o setor de serviços criou mais de 4,7 mil vagas neste ano além do ano passado, um ano considerado de excelente desempenho econômico, e consequentemente, de contratações.

Por outro lado, enquanto o setor industrial que no ano passado sustentou as contratações, neste fechou quase 3,7 mil vagas. A indústria de artefatos e couros não pode

¹⁸ Inclusive reparação de veículos automotores e objetos pessoais e domésticos;

¹⁹ Inclui armazenagem e comunicações;

²⁰ Inclui aluguéis e serviços prestados às empresas;

deixar de ser citada, foram demitidos mais de 7 mil empregados em virtude da crise que o setor atravessa devido à crise conjuntural como exaustivamente vem-se mencionando ao longo deste trabalho.

A segunda região colocada no ranking foi a Nordeste por ter gerado 6,8 mil postos de trabalho formal, apesar de ser uma quantidade significativamente menor em relação ao mesmo período do ano passado. No mesmo sentido que a anterior, esta região teve seu nível de ocupação sustentado pelo setor de serviços, em especial comércio, transporte, armazenagem e comunicações. Já na comparação com a geração registrada no ano passado, o setor industrial ditou a tendência definitiva: um pouco mais de mil novos empregados em 2005 ao passo que em 2004 a ocupação teve incremento de 13,8 mil. Os setores de material de transporte, artefatos de couro e calçados e produtos de metal foram os segmentos da indústria de transformação que mais demitiram em 2005. Agropecuária, por sua vez, fechou o saldo anual em outubro com 706 pessoas a menos no seu mercado de trabalho.

O mercado de trabalho da região centro foi fortemente influenciado pelo movimento do setor industrial, principalmente pelo setor de artefatos de couro e calçados que demitiu mais de 1,9 mil pessoas ao longo do ano. Desta forma, a geração de 2,03 mil postos de trabalho em toda a economia foi fruto do comportamento dos serviços, pois a agropecuária e a indústria total demitiram juntas 617 pessoas de janeiro a outubro de 2005, sendo que no mesmo período do ano passado, estes mesmos segmentos contrataram mais de 5,5 mil empregados.

A região sudoeste do estado acumulou o saldo de 833 contratações de janeiro a outubro deste ano, 1,8 mil a menos do que no mesmo período do ano passado. Os setores de serviços e a indústria sustentaram este saldo positivo e a agropecuária fechou 936 postos. Essa performance deve-se, muito provavelmente, em virtude da estiagem que assolou o estado no início de 2005 e manteve-se ao longo do ano gerando consequências perversas sobre toda a economia. Nesta região o segmento de couros e artefatos de calçados gerou 111 postos de trabalho.

Por fim, dentre as regiões com resultados positivos no acumulado do ano, cabe citar a região centro ocidental que gerou 378 vagas em 2005 até outubro. Ressalta-se que este resultado somente foi possível em virtude do setor de serviços (+1.028 vagas). A agropecuária (-339) e a indústria (-375) fecharam postos.

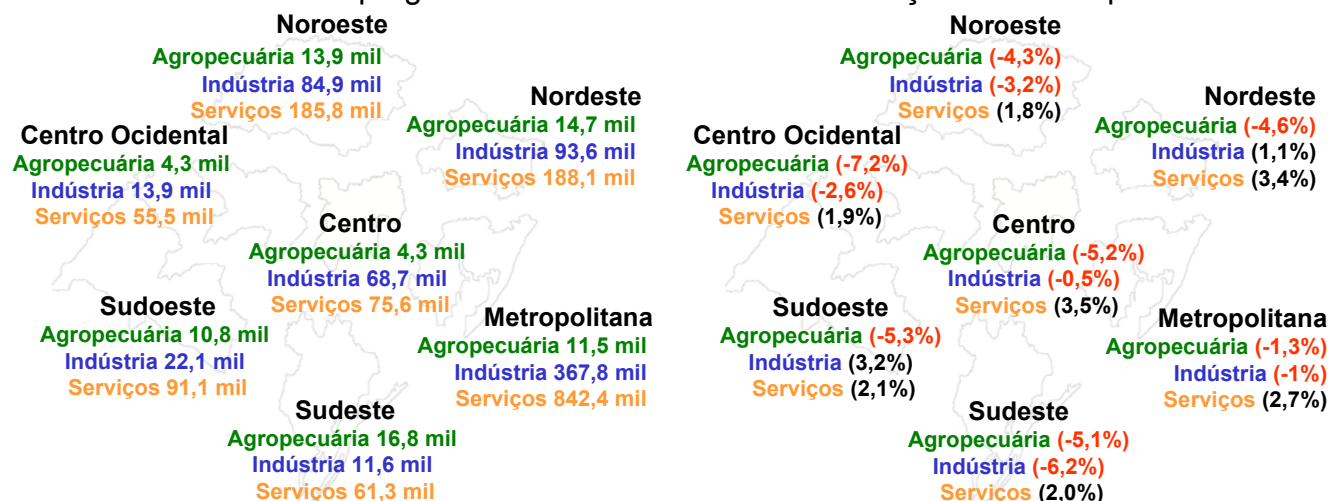
No sentido oposto, figuraram as regiões de sudeste e noroeste, com fechamento de 207 e 74 postos de trabalho, respectivamente. Entretanto, o panorama para a região sudeste foi mais favorável neste ano do que no ano passado, dado que naquele período foram fechados 571 postos de trabalho, sendo 3.226 só na indústria de transformação, no setor de alimentos e bebidas. Em 2005 a indústria de transformação fechou 1,9 mil, sendo que 2,2 mil só no segmento de alimentos e bebidas.

Já na região noroeste o movimento negativo só foi percebido no ano de 2005, pois em 2004 foram criados 18,7 mil empregos, destes 10,2 no setor industrial e 8,2 no segmento de serviços. Neste ano a indústria de transformação fechou 3,5 mil postos destes 2,9 mil pertenciam ao setor de máquinas e equipamentos, 582 às empresas de produtos de metal e 444 ao setor de couro e calçados. Vale destacar que essa foi uma das regiões que sofreram os maiores impactos da seca desse ano.

ESTOQUE DE EMPREGADOS FORMAIS POR REGIÃO – OUT/05

Em nº de empregados

Var. com relação ao estou que de dez/04



Fonte: MTE / RAIS e CAGED

- RENDIMENTOS**

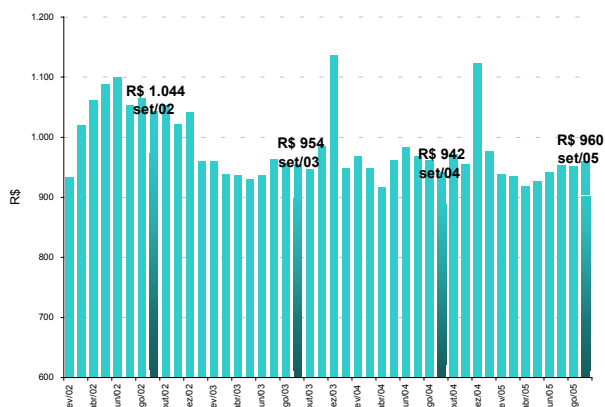
O ultimo tópico de análise do mercado de trabalho considera a evolução dos rendimentos do trabalhador gaúcho . Vale destacar que esse ponto é muito importante par sinalizar a formatação futura da demanda no Estado.

Os rendimentos médios dos trabalhadores da região metropolitana de Porto Alegre voltaram a registrar queda em termos reais em setembro de 2005, interrompendo a trajetória de crescimento que se confirmava desde o segundo semestre do ano passado. Já a massa salarial na economia²¹ cresceu 2,3% na região metropolitana de Porto Alegre no acumulado de janeiro a setembro de 2005 comparativamente a igual período de 2004 em razão do aumento das contratações. Em termos absolutos este percentual representou a injeção de R\$ 171 milhões²² na economia da região a mais do que no mesmo período do ano passado.

²¹ Rendimento médio real (Reais) do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência multiplicado pelo total de pessoas ocupadas na semana de referência.

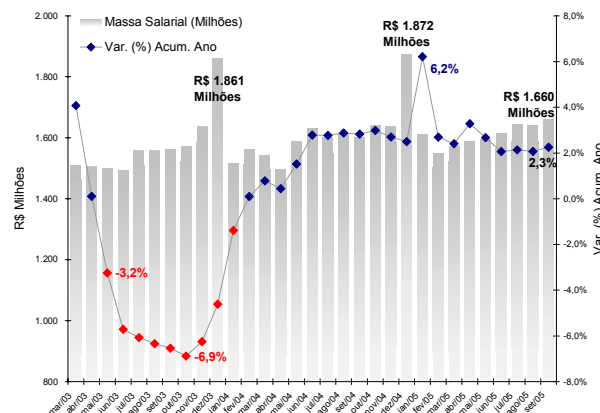
²² A preços de setembro/05.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL POR TRABALHADOR²³



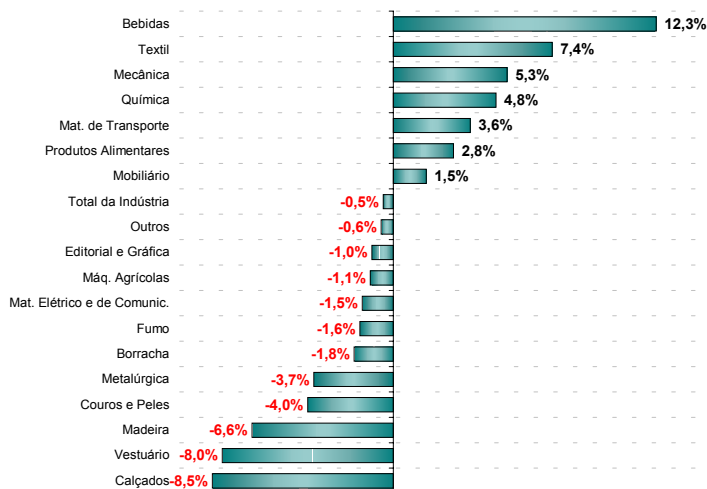
Fonte: PME / IBGE

EVOLUÇÃO DA MASSA SALARIAL REAL



Em consonância com os dados do IBGE, os salários totais do setor industrial gaúcho registraram queda real de 1,12% nesta mesma base de comparação. A Pesquisa Indicadores Industriais da FIERGS apontou os seguintes setores com variação anual da massa salarial positiva: bebidas (+12,3%), têxtil (+7,4%), mecânica (+5,3%), química (+4,8%), material de transporte (+3,6%), produtos alimentares (+2,8%) e mobiliário (+1,5%). Entre as quedas destaque para as indústrias de calçados (-8,5%), vestuário (-8,0%) e madeira (-6,6%).

TOTAL DOS SALÁRIOS LÍQUIDOS Var. Acum. Ano Jan-Set / 2005



Fonte: Pesquisa Indicadores Industriais FIERGS

²³ Trabalho Principal efetivamente recebido no mês de referência pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade.

A título de ilustração, segundo os registros do Ministério do Trabalho, as contratações líquidas (admitidos menos demitidos) foram positivas até a faixa de 1,5 salário mínimo, enquanto que para todas faixas acima deste patamar, foram negativas.

GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL POR FAIXA SALARIAL

Indústria de Transformação – Jan-Set

Faixas Salariais	2004	2005
Até 0,5 salário mínimo	791	659
De 0,51 a 1,0 s.m.	4.332	2.002
De 1,01 a 1,5 s.m.	29.805	15.680
De 1,51 a 2,0 s.m.	17.782	(7.443)
De 2,01 a 3,0 s.m.	491	(11.592)
De 3,01 a 4,0 s.m.	(28)	(2.444)
De 4,01 a 5,0 s.m.	(725)	(2.229)
De 5,01 a 7,0 s.m.	(864)	(2.335)
De 7,01 a 10,0 s.m.	(460)	(1.459)
De 10,01 a 15,0 s.m.	(353)	(680)
De 15,01 a 20,0 s.m.	(160)	(229)
Mais de 20,0	(191)	(395)
Ignorado	95	(46)
Total	50.515	(10.511)

Fonte: MTE / CAGED

Como foi evidenciado, os rendimentos médios do trabalhador industrial gaúcho apresentaram claro processo de desaceleração em 2005.

• PERSPECTIVAS

Como visto anteriormente, o ano de 2005 não foi tão positivo para o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, onde tanto a agropecuária quanto a indústria caminharam na contra-mão do cenário nacional. Para 2006, a expectativa é de modificação desse cenário, dado que se projeta a recuperação da produção nesses setores, o que deverá resultar em uma melhor performance para o mercado de trabalho. Porém, vale destacar que, mesmo diante dessa reversão, o número de empregos que se projeta para a economia gaúcha ainda deverá ficar aquém do verificado no ano de 2004.

No cenário alternativo, a menor produção industrial e a performance mais contida do setor de serviços, em especial do comércio, deverá resultar em uma menor abertura de vagas no mercado formal no Estado, a exemplo do projetado para o Brasil. Em resumo, apesar das incertezas que permeiam o ano eleitoral, a expectativa para 2006 é que sejam gerados entre 64 e 69 mil empregos no Rio Grande do Sul, com destaque para a recuperação da indústria de transformação.

GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAL

	2005	2006	
		Cenário I	Cenário II
Agropecuária	(5.175)	1.237	1.138
Indústria	(14.936)	15.724	14.466
Serviços	49.911	52.688	48.473
Total	29.800	69.649	64.077

Fonte e Projeções: Unidade de Estudos Econômicos

EMPREGO INDUSTRIAL GAÚCHO: DESENCONTRO DE NÚMEROS

No dia 16 de agosto de 2005, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) para o Estado, onde aponta uma queda no nível de emprego industrial, no 1º semestre, de 4,4% comparativamente ao mesmo período do ano passado. Ao mesmo tempo, o indicador de pessoal ocupado total dos Indicadores Industriais pesquisados pela FIERGS, registra um crescimento de 3,1%. Diante destes resultados ambíguos, há que se fazer algumas considerações.

Geralmente, pesquisas similares divergem em decorrência de diferenças metodológicas tais como conceituações de variáveis, técnicas de amostragem, o universo da amostra e margens de erro.

Nesse contexto, a PIMES utiliza uma técnica denominada de amostragem probabilística (uma espécie sorteio) e as informações provêm das empresas localizadas no Rio Grande do Sul formalmente constituídas com no mínimo cinco pessoas ocupadas com ou sem vínculo com a empresa.

Por sua vez, a variável de emprego dos Indicadores Industriais aferida pela FIERGS tem o âmbito definido pelo conjunto de empresas formalmente constituídas e localizadas no Estado com no mínimo 20 empregados. Neste caso, a técnica de amostragem é denominada intencional (sem sorteio) e abrange apenas os empregados com vínculo com a empresa. Note que temos duas diferenças básicas entre os dois indicadores: amostra e técnica.

Apesar destas diferenças, por que estas pesquisas apresentam resultados tão discrepantes se têm como objetivo medir o nível de emprego do setor industrial gaúcho? Qual o resultado que melhor expressa este comportamento?

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a discrepância entre os números do IBGE e da FIERGS não é um fato novo. Em 2004, o indicador, medido pelo IBGE, apontou uma queda de 1% no emprego relativamente a 2003. Esta redução, além de bastante distinta da variável pessoal ocupado da FIERGS que registrou um crescimento de 4,7%, surpreendeu na medida que a produção física industrial expandiu 6,4% e o IDI/RS registrou um incremento de 8,8%, percentuais historicamente elevados.

Além disso, outras fontes sobre o tema também registraram números positivos bastante expressivos para o ano passado. O Cadastro de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho (CAGED) apontou uma geração de emprego recorde na indústria de transformação gaúcha. Foram 52 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, um

crescimento de 4,3%. No mesmo sentido, as pesquisas domiciliares com abrangência restrita à região metropolitana de Porto Alegre, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/FEE), estimaram, para 2004, um crescimento na ocupação industrial de 1,24% e 4,0% respectivamente.

No primeiro semestre de 2005, o desencontro entre o IBGE e a FIERGS permanece. Enquanto a pesquisa do IBGE divulga que o parque industrial do Estado reduziu seu quadro funcional em 4,4% em relação ao primeiro semestre de 2004, a variável pessoal ocupado, da FIERGS, aponta um crescimento de 3,1%. Os desempenhos negativos registrados na produção física industrial gaúcha e no IDI/RS em 2005, num primeiro momento, corroboram os resultados da PIMES/IBGE. Todavia, estes números não encontram respaldo nos registros administrativos do CAGED que apontam um crescimento de 5,1% no estoque de empregados industriais comparativamente ao primeiro semestre de 2004. Nesse mesmo sentido também apontam os resultados da PME e da PED conforme pode ser visualizado na tabela abaixo.

Portanto, as diferenças encontradas entre os resultados do IBGE e FIERGS, num primeiro momento, sugerem que tem ocorrido uma intensa redução no número de empregados sem vínculo com a empresa e em unidades industriais de até quatro funcionários, fato, entretanto, pouco provável diante das características da indústria gaúcha.

Diante do exposto, acreditamos que a variável pessoal ocupado pesquisada pela FIERGS capta com maior fidelidade a evolução do mercado de trabalho industrial gaúcho. Todavia, o assunto merece um aprofundamento no futuro para que não paire dúvidas neste sentido.

A despeito de tudo isso, vale ressaltar que todas as pesquisas se assemelham em dois aspectos: o nível de emprego industrial gaúcho no primeiro semestre de 2005 está em claro processo de desaceleração e registra o pior desempenho entre os estados brasileiros em 2005.

Embora haja divergências sobre o nível de ocupação industrial agregado no primeiro semestre de 2005, todas as pesquisas detectam fechamento de vagas em setores fortemente intensivos em trabalho como metalúrgica, mecânica, mobiliário e calçados. Este comportamento reflete a conjuntura econômica adversa em razão da estiagem e da taxa de câmbio valorizada agravada pelas alterações na legislação do ICMS que restringiu as compensações de créditos aos exportadores.

Por fim, mantida a atual tendência, não é desprezível a possibilidade de que a variável pessoal ocupado, medida pela FIERGS, venha registrar queda no final do ano, o que não ocorre desde 1999. E, mesmo que tal fato não se confirme, não há dúvida: o mercado de trabalho industrial no RS em 2005 terá o pior desempenho dos últimos seis.

Publicado no Informe Econômico Nº 34 de 22/08/2005

3.4 SETOR EXTERNO

A concorrência asiática, no âmbito internacional, a intensa valorização do câmbio, no âmbito nacional, as restrições às transferências de crédito e a seca em termos regionais foram os principais fatores que afetaram negativamente as exportações gaúchas em 2005.

Em 2005, a indústria gaúcha sofreu um intenso processo de desaceleração, em especial, as empresas com produção voltada para a exportação. No cenário nacional, a valorização da moeda doméstica provocou um aumento dos preços dos produtos nacionais comparativamente com os produtos estrangeiros, o que tirou competitividade do produto brasileiro. Associado a isso, a invasão dos produtos asiáticos, principalmente chineses, no mercado internacional, deprimiu os preços internacionais a níveis quase que impraticáveis por economias que operam de acordo com regras claras de mercado. No âmbito regional, as restrições impostas pelo Governo do Estado às transferências de crédito de exportações no início do ano vieram a piorar a situação das empresas exportadoras. A impossibilidade da utilização dos créditos associada com a menor rentabilidade das exportações fizeram com que setores tipicamente exportadores, como o calçadista, fossem os que registrassem o maior número de demissões durante o ano.

PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES NO ANO

	Jan - Out 2004	Jan - Out 2005	Crescimento		Participação	
	US\$ Milhões		%	US\$ Milhões	2004	2005
São Paulo	25.382	31.184	22,9%	5.802	32,1%	32,3%
Minas Gerais	8.138	10.924	34,2%	2.787	10,3%	11,3%
Rio Grande do Sul	8.273	8.593	3,9%	319	10,5%	8,9%
Paraná	8.104	8.287	2,3%	183	10,2%	8,6%
Rio de Janeiro	5.392	6.415	19,0%	1.023	6,8%	6,6%
Bahia	3.246	4.741	46,1%	1.495	4,1%	4,9%
Santa Catarina	3.969	4.608	16,1%	639	5,0%	4,8%
Espírito Santo	3.303	4.506	36,4%	1.203	4,2%	4,7%
Pará	3.043	3.871	27,2%	828	3,8%	4,0%
Mato Grosso	2.655	3.570	34,5%	915	3,4%	3,7%
Sub-Total	71.505	86.699	21,2%	15.194	90,4%	89,7%
Total Brasil	79.121	96.623	22,1%	17.501	100,0%	100,0%

Fonte: SECEX/ MDIC

Muitos poderiam argumentar que as perdas que a economia gaúcha sofreu são semelhantes ao resto da economia nacional em relação aos efeitos negativos derivados do processo de valorização cambial. Todavia, essa argumentação não é válida. A economia gaúcha sofre mais que a média nacional pois apresenta uma participação muito alta nas exportações nacionais, considerando-se os dados históricos. Além disso, a pauta de produtos exportados pelo Estado apresenta um número de substitutos maior que a pauta de produtos exportados por nossos pares, o que torna as vendas gaúchas mais vulneráveis a variações de preços.

Outra consequência importante do processo de valorização da moeda nacional foi a redução da demanda de bens de capital produzidos nacionalmente. O dólar mais barato propiciou um aumento das importações de bens de capital, mesmo em um ano em que a tributação sobre importações aumentou. Como essa indústria é muito expressiva no Estado, o aumento das importações prejudicou enormemente o segmento. Segundo os dados dos indicadores industriais da FIERGS (IDI-RS), as vendas do setor de bens de capital caíram 15,06% de janeiro a setembro de 2005 em comparação ao mesmo período do ano passado.

IMPORTAÇÕES POR CATEGORIAS DE USO – RS (US\$ MILHÕES)

Categorias de Uso	Jan-Out 2004	Part. (%)	Jan-Out 2005	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens de Capital	397,7	9,4%	743,1	13,7%	86,8%	345,4
Mat Primas e Prod Intermediários	1.836,0	43,5%	1.927,6	35,6%	5,0%	91,5
Bens de Consumo Não Duráveis	107,8	2,6%	138,6	2,6%	28,6%	30,8
Bens de Consumo Duráveis	74,1	1,8%	104,0	1,9%	40,4%	29,9
Combustíveis e Lubrificantes	1.801,1	42,7%	2.506,0	46,2%	39,1%	704,9
Transações Especiais	-	-	-	-	-	-
Total Geral	4.218,4	100,0%	5.422,0	100,0%	28,5%	1.203,6

Fonte: SECEX/ MDIC

Assim, enquanto as exportações brasileiras cresceram 22,1% no acumulado de janeiro a outubro desse ano, as exportações gaúchas cresceram apenas 3,9%, sendo dentre os principais nas exportações nacionais diminuiu. Esse resultado se deve não apenas às adversidades que abateram o mercado exportador gaúcho já explicitadas, mas também do crescimento acentuado das exportações de Minas Gerais e Espírito Santo (minério de ferro), da Bahia (derivados de petróleo e material de transporte) e do Mato Grosso (complexo de soja e complexo de carnes). Soma-se ainda o fato do preço de produtos como o minério de ferro e petróleo terem apresentado reajuste no seu preço em dólar, o que contribuiu para manutenção ou, até mesmo elevação, das exportações de alguns estados.

AGRONEGÓCIO RS – EXPORTAÇÕES (R\$ MILHÕES)

	Jan-Out 2004	Part. (%)	Jan-Out 2005	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Complexo Soja	1.217,8	22,9%	484,2	10,0%	-60,2%	(733,6)
Soja (Grão)	626,6	11,8%	104,3	2,2%	-83,4%	(522,3)
Óleo de Soja	231,8	4,4%	143,7	3,0%	-38,0%	(88,0)
Farelo de Soja	359,5	6,8%	236,2	4,9%	-34,3%	(123,3)
Milho (Grão)	25,8	0,5%	1,3	0,0%	-94,8%	(24,5)
Trigo	170,5	3,2%	-	0,0%	-100,0%	(170,5)
Complexo Carnes	786,2	14,8%	1.070,5	22,2%	36,2%	284,3
Carne de Frango in natura	515,6	9,7%	663,5	13,8%	28,7%	147,9
Carne de Frango Ind.	17,9	0,3%	28,0	0,6%	56,1%	10,1
Carne Suína in natura	151,8	2,9%	231,7	4,8%	52,6%	79,9
Carne Bovina in natura	51,5	1,0%	88,2	1,8%	71,3%	36,7
Carne Bovina Industrializada	49,4	0,9%	59,2	1,2%	19,7%	9,7
Demais Prod. Agron.	3.303,4	62,2%	3.269,9	67,8%	-1,0%	(33,5)
Agronegócio	5.307,5	100,0%	4.824,6	100,0%	-9,1%	(482,9)
Total Geral	8.273,2		8.592,6		3,9%	319,5

Fonte: SECEX/ MDIC

No caso do Rio Grande do Sul, outro fator importante para a frustração sobre as receitas das exportações proveio da estiagem que abateu o Estado nos primeiros meses de 2004. A soja que historicamente assumiu papel de destaque nas exportações gaúchas sofreu

uma diminuição de colheita muito expressiva (em torno de 56% em relação à safra passada), o que, certamente, prejudicou as exportações potenciais. Apesar do bom desempenho do setor de carnes, as perdas provocadas pela estiagem, principalmente evidenciadas no complexo da soja, levaram o agronegócio a registrar um resultado quase US\$ 500 milhões menor do que o verificado no mesmo período de 2004.

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS

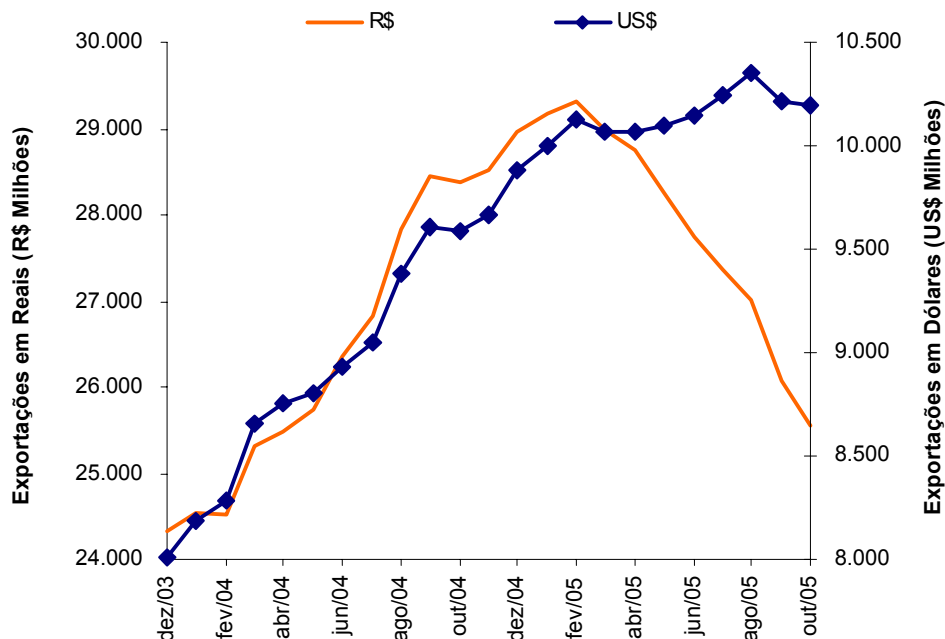
	Jan - Out 2004	Jan - Out 2005	Crescimento		Participação	
	US\$ Milhões		%	US\$ Milhões	2004	2005
Estados Unidos	1.622	1.605	-1,1%	(17,3)	19,6%	18,7%
Argentina	725	860	18,6%	135,0	8,8%	10,0%
China	598	283	-52,6%	(314,3)	7,2%	3,3%
Alemanha	277	313	12,9%	35,8	3,4%	3,6%
Reino Unido	256	279	9,1%	23,3	3,1%	3,2%
Chile	236	357	50,9%	120,4	2,9%	4,2%
Países Baixos (Holanda)	219	210	-4,2%	(9,2)	2,6%	2,4%
Japão	207	187	-9,7%	(20,0)	2,5%	2,2%
México	203	231	13,6%	27,6	2,5%	2,7%
Itália	201	183	-9,3%	(18,7)	2,4%	2,1%
Sub-Total	4.545	4.507	-0,8%	(37,5)	54,9%	52,5%
Total RS	8.273	8.593	3,9%	319,5	100,0%	100,0%

Fonte: SECEX/ MDIC.

Além disso, os produtos gaúchos perderam espaço em mercados importantes como o americano, o japonês e, especialmente, o chinês. Vale ressaltar que a China tem sua demanda por produtos do RS muito concentrada na soja. Dessa forma, pode-se dizer que a escassez de oferta gaúcha foi o principal fator que explica a diminuição de nossas exportações para aquele país.

Em termos setoriais, química e máquinas e equipamentos foram os que mais se destacaram, apresentando grande crescimento relativo e absoluto. Os setores de couros, artefatos e calçados, bem com o setor têxtil e de vestuário e acessórios ainda apresentaram crescimento, porém mais tímido do que o verificado em outros anos. Todavia, vale salientar um aspecto muito importante: o aumento das exportações é verificado quando avaliado em dólares. Em todos esses, porém, as exportações quando medidas em Reais diminuem de forma acentuada, evidenciando as grandes quedas de rentabilidade sofridas pelo setor exportador. Desde fevereiro, por exemplo, enquanto as exportações em 12 meses aumentaram 0,7% quando avaliadas em dólares, medidas em reais tiveram uma queda de, aproximadamente, 12,8%.

EXPORTAÇÕES GAÚCHAS EM REAIS E EM DÓLARES (EM 12 MESES)



Fonte: MDIC/SECEX

Analisando-se a situação por setor, percebe-se que na comparação com o mesmo período do ano anterior, apesar de no conjunto a indústria de transformação ter aumentado sua quantidade exportada, setores como couros e artefatos, móveis, produtos de madeira, fabricação de produtos de fumos e editorial e gráfica apresentaram queda na quantidade exportada. Entre janeiro e outubro, os Estado teve o quarto pior resultado do país. As exportações gaúchas (*in quantum*) foram 7,6% menores que as verificadas no mesmo período do ano passado, enquanto o Brasil obteve crescimento de 11,7% nas quantidades exportadas em 2005. Nesse contexto, o que fez as exportações gaúchas em valores ainda aumentarem foram os preços em dólares, com elevação de aproximadamente de 12,4% - superior à média nacional de 9,4%.

Se a indústria de transformação teve um crescimento ínfimo em suas quantidades exportadas, de apenas 2,3%, os resultados da agropecuária foram bem piores, com queda de 40,0%. Esse desempenho pode ser evidentemente explicado pelas quedas no volume físico exportado de soja (-80,4%) e de fumo (-6,1%). Além disso, os preços vieram a piorar a situação no caso da soja, sofrendo um declínio de 14,9% no período. Todavia, destaca-se a evolução de preços significativamente positiva dos dois setores (agropecuária e indústria) para a formação do resultado apurado por ambos.

VARIAÇÃO (%) DO VALOR, DA QUANTIDADE E DO PREÇO DAS EXPORTAÇÕES
(Jan-Out 2005/ Jan-Out 2004)

	Valor	Quantidade	Preço
Produtos alimentícios e bebidas	8,8	4,6	4,1
Produtos do fumo	8,1	(7,8)	13,0
Produtos têxteis	13,8	8,1	5,4
Artigos do vestuário e acessórios	26,3	29,0	(2,4)
Couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2,5	(9,0)	12,5
Produtos de madeira	(6,9)	(12,9)	7,5
Celulose, papel e produtos de papel	10,1	7,4	2,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	(7,8)	(9,1)	(4,5)
Coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	297,3	118,6	60,4
Produtos químicos	43,1	16,0	24,2
Artigos de borracha e plástico	25,3	10,4	13,7
Produtos de minerais não-metálicos	4,5	(1,7)	6,2
Metalurgia básica	69,3	35,1	26,8
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	4,9	(9,8)	16,5
Máquinas e equipamentos	21,1	3,7	15,5
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	40,6	42,8	0,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	82,6	49,5	20,3
Material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	(3,9)	(0,8)	(3,1)
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	57,3	52,1	4,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	18,4	(0,1)	17,4
Fabricação de outros equipamentos de transporte	18,8	0,9	17,6
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,2	(11,6)	13,3

Fonte: FEE.

Apesar das dificuldades, as exportações da indústria gaúcha ainda cresceram 14,1% no acumulado de janeiro a outubro, quando medida em dólares. Nesse sentido, parece quase paradoxal registrar crescimento em um ambiente tão desfavorável, porém, existe uma série de fatores que potencialmente ainda motivaram as exportações em 2005, entre os quais pode-se destacar:

- a elevação da renda mundial (estímulo à demanda por exportações);
- a manutenção de clientes (receio de perda de mercado, em especial para asiáticos);
- a existência de contratos realizados em períodos anteriores (efeitos defasados);
- as vendas ao exterior em outras moedas (a apreciação do Real foi menor em relação ao Euro, por exemplo);
- a produção mais voltada à exportação (dificuldade em redirecionar-se ao mercado interno).

Todavia, o resultado da balança comercial mostra que, apesar do Rio Grande do Sul ainda sustentar algum crescimento nas suas exportações e registrar um saldo comercial bastante positivo, o acumulado entre janeiro e outubro de 2005 é 21,8% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. Isso ocorreu em virtude de no período a taxa

de crescimento das exportações ter sido praticamente a metade da taxa de crescimento das importações.

EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL – US\$ MILHÕES

Gênero da Indústria	Jan-Out 2004	Part. (%)	Jan-Out 2005	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	1.559,5	18,9%	1.696,0	19,7%	8,8%	136,5
Couros, Artefatos e Calçados	1.482,1	17,9%	1.519,0	17,7%	2,5%	36,9
Fumo	1.057,9	12,8%	1.129,0	13,1%	6,7%	71,1
Química	747,2	9,0%	1.070,2	12,5%	43,2%	322,9
Máquinas e Equipamentos	790,2	9,6%	956,9	11,1%	21,1%	166,7
Material de Transporte	494,9	6,0%	586,3	6,8%	18,5%	91,4
Móveis	229,6	2,8%	226,7	2,6%	-1,3%	-2,9
Indústrias diversas	191,2	2,3%	223,8	2,6%	17,0%	32,5
Produtos de Metal	152,2	1,8%	159,6	1,9%	4,8%	7,3
Material Elet. e de Comunic.	111,3	1,3%	145,3	1,7%	30,5%	34,0
Borracha e Plástico	106,4	1,3%	133,3	1,6%	25,3%	26,9
Celulose e Papel	113,1	1,4%	124,5	1,4%	10,1%	11,4
Madeira	124,4	1,5%	115,8	1,3%	-6,9%	-8,6
Refino de Petróleo	24,1	0,3%	95,2	1,1%	295,8%	71,2
Têxteis	54,4	0,7%	61,9	0,7%	13,9%	7,5
Metalurgia Básica	30,5	0,4%	51,9	0,6%	70,0%	21,4
Vestuário e Acessórios	18,8	0,2%	23,8	0,3%	26,2%	4,9
Extrativa Mineral	17,2	0,2%	13,2	0,2%	-23,2%	-4,0
Total da Indústria	7.305,1	88,3%	8.332,2	97,0%	14,1%	1.027,1
Básicos	878,5	10,6%	155,5	1,8%	-82,3%	-723,0
Transações Especiais	89,5	1,1%	104,9	1,2%	17,2%	15,4
Total Geral	8.273,2	100,0%	8.592,6	100,0%	3,9%	319,5

Fonte: SECEX/MDIC.

SALDO COMERCIAL RS - US\$ MILHÕES

Gênero da Indústria	Jan-Out 2004	Jan-Out 2005	Var (%)	Var. US\$ Milhões
Alimentos e Bebidas	1.452,3	1.592,0	9,6%	139,6
Couros, Artefatos e Calçados	1.378,3	1.431,5	3,9%	53,1
Fumo	1.044,5	1.113,2	6,6%	68,7
Máquinas e Equipamentos	460,5	556,2	20,8%	95,7
Química	5,1	330,9	6330,1%	325,8
Móveis	227,7	225,3	-1,1%	-2,5
Produtos de Metal	103,7	118,4	14,2%	14,7
Material de Transporte	292,4	101,0	-65,5%	-191,4
Madeira	101,5	91,1	-10,2%	-10,4
Celulose e Papel	52,4	59,9	14,5%	7,6
Vestuário e Acessórios	16,1	19,4	20,5%	3,3
Têxteis	11,4	14,1	23,6%	2,7
Material Elet. e de Comunic.	6,3	-2,8	-143,6%	-9,1
Borracha e Plástico	-22,9	-5,3	-77,0%	17,6
Indústrias diversas	25,2	-11,4	-145,2%	-36,6
Metalurgia Básica	-58,6	-57,2	-2,5%	1,4
Refino de Petróleo	-482,0	-420,0	-12,9%	62,0
Extrativa Mineral	-1.413,6	-2.118,4	49,9%	-704,8
Total da Indústria	3.200,4	3.037,8	-5,1%	-162,6
Básicos	764,9	28,0	-96,3%	-736,9
Transações Especiais	89,5	104,9	17,2%	15,4
Total Geral	4.054,8	3.170,7	-21,8%	-884,1

Fonte: SECEX/MDIC

Assim, depois da frustração de 2005, o ano de 2006 promete ser um ano melhor no que condiz ao desempenho das exportações, caso uma estiagem como a que abateu o Estado em 2005 não se repita. Entretanto, é importante lembrar que a trajetória presente e as expectativas para o câmbio serão fundamentais para ditar a dinâmica das exportações e das importações em 2006. Isso ocorre porque os contratos são fechados de acordo com as perspectivas tidas a respeito da cotação que será recebida por ocasião da execução do contrato.

Assim, se o câmbio demorar a sinalizar um processo de desvalorização pode haver prejuízo de volume exportado, em virtude do não-fechamento de novos contratos. Esse fenômeno já vem ocorrendo em vários segmentos e pode se intensificar nos próximos meses de acordo com a trajetória do Real. Nesse sentido, a baixa sinalização de desvalorização no curto prazo pode ser uma das explicações para um desaquecimento mais efetivo das exportações nos primeiros meses do ano de 2006.

Do ponto de vista tributário, há aspectos que aquecem e outros que inibem as exportações em 2006. O fator positivo é de benefício nacional: a recém sancionada MP 255, que incorpora benefícios da chamada “MP do Bem”. A MP 255 prevê isenção do PIS/Pasep e da Cofins para as empresas que destinarem 80% de suas vendas à exportação. Essa medida tende a aumentar sensivelmente a competitividade das exportações brasileiras, mesmo que afete um conjunto não muito grande de empresas.

Por outro lado, em reunião realizada em outubro último, o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) decidiu que, caso o Governo não repassasse os R\$ 900 milhões (contingenciados desde fevereiro/2005), os Estados além de não permitirem mais as transferências de créditos de exportação, também não permitiriam a utilização dos créditos para a quitação de débitos de ICMS das próprias empresas. Vale ressaltar que os créditos teriam sua aceitação postergada em 12 meses.

Assim, os créditos gerados em janeiro de 2006 só teriam aceitação como contrapartida em janeiro de 2007. Caso isso venha a ocorrer, empresas híbridas (que produzem tanto para o mercado local como para o mercado estrangeiro) seriam, de certa forma, igualmente afetadas àquelas tipicamente exportadoras, que já sofriam com as restrições às transferências. Dessa forma, esse cenário de cunho tributário configura-se como um grande risco à rentabilidade das exportações. Em especial dentro do Estado do Rio Grande do Sul, todavia, dentro do cenário básico para o próximo ano tem-se que o aumento da renda mundial deve continuar a ser um fator a impulsionar as exportações brasileiras e gaúchas.

Nesse cenário, as eleições não alteram a trajetória das principais variáveis da economia, e, portanto, também não alteram o câmbio. Assim, o processo de desvalorização é lento e a repercussão sobre as relações comerciais com o meio externo é gradual. Observa-se, nesse caso, um lento aumento nas taxas de crescimento das exportações no Rio Grande do Sul e uma desaceleração nas taxas de crescimento das importações. Nesse cenário, as exportações encerram o ano em US\$ 10,8 bilhões, e as importações em US\$ 7,7 bilhões, totalizando um saldo de balança comercial de US\$ 3,1 bilhões.

Já no cenário II, a tônica da campanha eleitoral dita um clima de dúvida sobre a continuação da atual política econômica, o que gera tensões no mercado que imediatamente repercutem sobre o câmbio, provocando uma aceleração no processo de desvalorização

cambial, incentivando as exportações e inibindo as importações especialmente no segundo semestre, fazendo com que exportações registrem a cifra de US\$ 11,6 bilhões e importações, US\$ 7,2 bilhões. Todavia, salienta-se que isso teria que ocorrer em muito breve para dar resultado em 2006, caso contrário, o efeito pode até ser ruim ao longo do ano.

RESULTADOS DO SETOR EXTERNO – RS (R\$ MILHÕES)			
	2005*	2006*	
		Cenário I	Cenário II
Exportações	10.200	10.800	11.600
Importações	6.500	7.700	7.200
Saldo Comercial	3.700	3.100	4.400

Fonte: MDIC/SECX * Previsão: Unidade de Estudos Econômicos/ FIERGS

3.5 SETOR PÚBLICO

ARRECADAÇÃO EM ALTA

Apesar do cenário econômico adverso, a arrecadação de 2005 deverá apresentar um dos maiores crescimentos reais da história. Para 2006, a perspectiva de recuperação da atividade produtiva, concomitantemente à manutenção de um nível mais elevado das alíquotas tributárias de diversos produtos, deverá contribuir para um novo aumento recorde da arrecadação de impostos no Estado

O ano de 2005 foi bastante conturbado no que diz respeito à condução da política fiscal no Estado. Depois do anúncio de aumento das alíquotas de ICMS para combustíveis, energia e telecomunicações, aconteceu a restrição à transferência de créditos de ICMS proveniente das exportações. Nesse sentido, a ação fiscal reforçou no Estado o processo de desaceleração econômica sofrido pela economia brasileira. Assim, o aumento das alíquotas de ICMS retirou poder de compra dos consumidores, desaquecendo o mercado interno gaúcho, e a restrição aos créditos de exportação tirou liquidez da indústria em um ano no qual as condições de rentabilidade para as exportações foram totalmente adversas e a seca prejudicou de modo significativo o nível de atividade estadual como um todo.

No que condiz à arrecadação, o ano de 2005 parece se configurar como um ano histórico, melhor até mesmo que 2004, quando a atividade econômica (altamente correlacionada com a arrecadação de ICMS) apresentava-se bastante aquecida. Em termos nominais, no ano de 2004 registrou-se R\$ 9,6 bilhões proveniente do ICMS, um resultado 7,22% maior que o verificado em 2003. Em termos reais, deflacionando pelo IPCA, o crescimento foi de apenas 0,5%. Porém, vale destacar que a medida de crescimento real baixa mascara o seu comportamento verdadeiro. A base de comparação (2003) estava inchada em virtude de ações como o REFAZ I (junho) e REFAZ II (novembro e dezembro). Quando feito esse ajuste, a receita de ICMS registra um crescimento de 4,57%, superior ao crescimento verificado pela economia gaúcha que, segundo o apurado pela FEE, foi de 3,6%²⁴.

Para o ano de 2005, como comentado anteriormente, há duas forças opostas agindo sobre o faturamento do governo:

- a) aumentando a arrecadação há as alíquotas maiores sobre importantes produtos e a restrição de créditos de ICMS das exportações;
- b) diminuindo, está a atividade econômica em processo de desaceleração no país e em rápida queda no Estado.

A arrecadação de 2005 começou extremamente bem; se não houvesse a antecipação de ICMS de janeiro em dezembro de 2004, naquele mês a receita desse tributo teria ultrapassado a casa do R\$ 1 bilhão. Diferentemente de outros anos em que o ciclo de

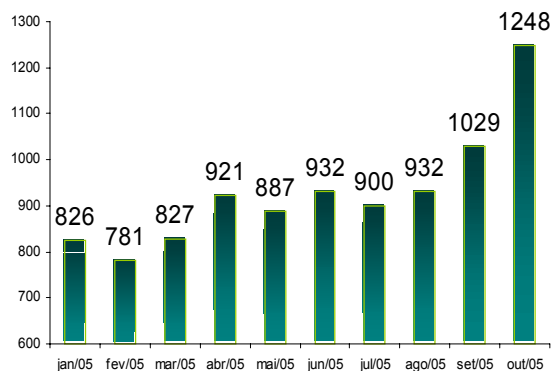
²⁴ Dado sujeito à revisão pela FEE.

queda da arrecadação de ICMS atinge seu vale em abril, para então entrar num processo de elevação, em 2005, a mesma começou a assumir uma trajetória de alta logo em março, provavelmente estimulada pela restrição dos créditos de exportação.

O ICMS arrecadado no ano (janeiro a outubro) já atingiu a marca de R\$ 9,3 bilhões em termos nominais, e R\$ 9,26 bilhões em termos reais, deflacionados pelo IGP-DI. No mesmo período do ano passado e de 2003, registrava-se R\$ 8,2 bilhões (em termos reais). Dessa forma, a arrecadação real em 2005 está sendo aproximadamente 12,76% maior que em 2004 e 12,52 % maior que em 2003. Em relação ao desempenho mensal, o melhor resultado de 2005 em relação a 2004 foi registrado em setembro, com um aumento real (IGP-DI) de 26,54%. Já o segundo melhor resultado comparado foi registrado em abril, quando ocorreu um incremento real de 22,05%.

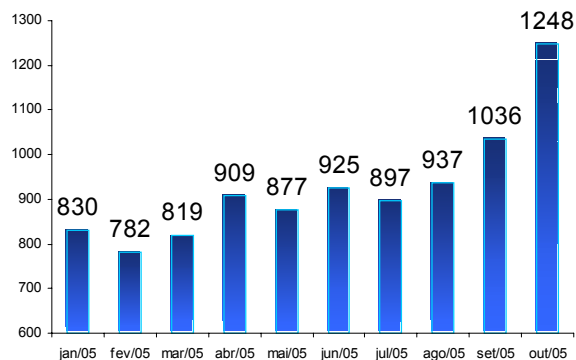
No mês de outubro, como apontado no gráfico, a arrecadação mensal atingiu R\$ 1,25 bilhão, representando um incremento de 39,41% em termos reais (IGP-DI) sobre a arrecadação do mesmo mês de 2004. No entanto, esse resultado conta com um incremento de R\$ 249 milhões decorrentes de pagamentos de dívida com o ICMS. Vale ressaltar que esses acréscimos de receita foram motivados pelo fato do Governo do Estado ter aderido ao Convênio ICMS 91/05, decretado pelos Estados no CONFAZ de 17/08/05, e lançado um programa denominado “Programa de Recuperação de Créditos”, objetivando a regularização de eventuais dívidas de ICM e/ou ICMS junto ao Tesouro Estadual.

ARRECADAÇÃO NOMINAL DE ICMS
Mensal Em 2005 (R\$ Milhões)



Fonte: SEFAZ-RS

ARRECADAÇÃO REAL (IGP-DI) DE ICMS
Mensal Em 2005 (R\$ Milhões)



Fonte: SEFAZ-RS

Quanto ao ICMS setorial, divulgado pela COTEPE (Comissão Técnica Permanente do ICMS), são conhecidos apenas os dados até setembro. Nos nove primeiros meses do ano, a arrecadação apresentou um incremento nominal de 17,6% e de 9,1%, deflacionado pelo IGP-DI.

Quando se analisa os números de maneira detalhada é possível notar o desastroso impacto da seca sobre o setor primário. Apesar de sua pequena participação na receita de ICMS total, em torno de 1,12%, conforme o desempenho de 2004, a queda de arrecadação do setor é de 35% em termos nominais e de 40%, no acumulado de janeiro a setembro, em termos reais (IGP-DI). Já o montante arrecadado pelo setor secundário cresceu em termos nominais 20% e, em termos reais (IGP-DI), 12%. O setor terciário, formado pelo comércio

varejista, atacadista, comunicações e transportes, por sua vez apresentou o mesmo desempenho da indústria. A arrecadação da energia elétrica aumentou 25% nominalmente e 16% quando deflacionado pelo IGP-DI. Já o ICMS devido ao consumo de petróleo e combustíveis aumentou apenas 6%, reduzindo-se, dessa forma, 2%, em termos reais (IGP-DI).

Em 2005, é bastante provável que a arrecadação termine em R\$ 11,45 bilhões. Porém, vale salientar que esse resultado pode variar dependendo da resposta que obtiver o “Programa de Recuperação de Créditos”, bem como do encaminhamento das ações de cobrança na Secretaria da Fazenda, prejudicadas pela greve dos servidores. Já a estimativa de ICMS para 2006 é que a arrecadação termine o ano no intervalo entre R\$ 12,18 bilhões e R\$ 12,57 bilhões. Porém, sujeita a algumas hipóteses importantes:

a) o governo diminui 1% das alíquotas de combustíveis, energia elétrica e telefonia conforme o decreto-lei que instituiu o aumento;

b) o governo mantém a restrição de transferências de ICMS de acordo com o decreto vigente desde março de 2005;

c) o governo não se adequa à orientação dada pelo Confaz de restringir tanto as transferências como o pagamento de saldos devedores com saldos credores gerados pelas exportações.

Analisando-se as contas públicas estaduais de 2005, pode-se perceber que apesar do enorme acréscimo de receita proveniente da arrecadação de ICMS, é muito provável que o Estado termine o ano no vermelho. Isso deverá acontecer em virtude de dois problemas básicos: as grandes vinculações constitucionais (estaduais e federais) e a rigidez das despesas correntes.

ORÇAMENTOS E RECEBIMENTOS DO ESTADO (R\$ MIL)

CONTA	Orçamento Inicial	Jan-Set	%
ICMS*	9.579.422	7.803.349	81%
Participação em Tributos Federais	988.837	841.079	85%
Cota-Parte do Salário-Educação	109.751	96.167	88%
Transferências LC 87/96 (Lei Kandir)	314.325	192.100	61%
Transferências do FUNDEF	1.026.009	832.128	81%
Auxílios e Convênios da União	1.140.883	390.384	34%

* ICMS puro, não conta com receita de dívida, juros e multas.

Fonte: SEFAZ-RS

Além desses problemas de natureza estrutural, adiciona-se também a incerteza quanto a recebimentos de verbas federais. No ano de 2005, houve um grande descompasso entre o que o governo esperava receber e o que efetivamente vem recebendo no tocante às verbas federais exemplo ocorrido em 2004. Considerando-se o orçamento inicial do Estado para 2005, verifica-se que nas contas de transferências da LC 87/96 (Lei Kandir), entre janeiro e setembro, o Estado recebeu 61% do que orçava receber. Como de janeiro a setembro tem-se 75% do ano, verifica-se que nesse item o resultado apurado é menor que o esperado.

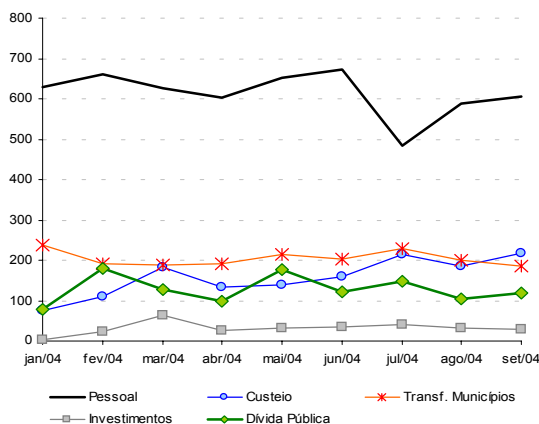
Todavia, o maior problema continua sendo a conta “Auxílios e Convênios com a União”. No acumulado no ano, o Estado recebeu apenas 34% do orçado. Dado que o valor

dessa conta é bastante alto, percebe-se o problema que o Estado tem de equacionar suas contas não provém apenas das despesas, mas também das receitas a menor que o orçamento.

Quando se analisa a execução orçamentária do Estado pode-se perceber que apesar das receitas crescerem, as despesas crescem em velocidade maior. Enquanto as primeiras cresceram 8,25% de janeiro a setembro, as despesas cresceram 8,48%, ambos em termos reais (IGP-DI). Apesar da pequena diferença na taxa de crescimento, como em 2004 as despesas já vinham sendo maiores que as receitas, a evolução das contas só vem mostrando que o déficit está sendo majorado. No ano, o déficit apurado pela Execução Orçamentária do Estado está 14,54% maior, em termos reais, que o verificado no mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 429,4 milhões (nominal).

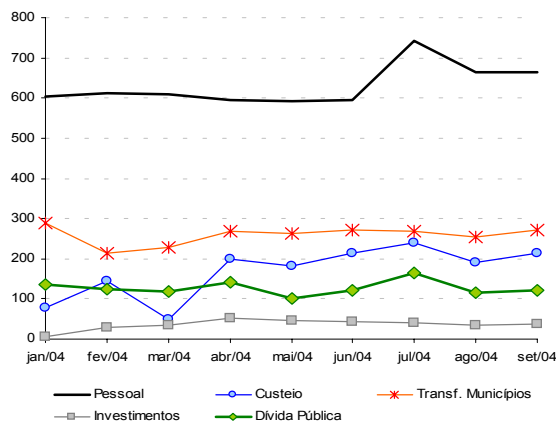
Quando se estuda o comportamento das principais despesas, percebe-se que apesar da mudança no padrão de flutuação, a despesa com pessoal acumulou no ano um aumento real (IGP-DI) de apenas 2,74%. Merece destaque, todavia, as transferências aos municípios que registraram aumento de 26,35%, em termos reais (IGP-DI) no acumulado no ano. Esse valor é reflexo das vinculações estabelecidas entre transferências e a receita corrente (amplamente influenciada pelo desempenho do ICMS).

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS DESPESAS EM 2004 (R\$ Milhões -REAL – IGP-DI)



Fonte: SEFAZ-RS

COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS DESPESAS EM 2005 (R\$ Milhões -REAL – IGP-DI)



Fonte: SEFAZ-RS

PROVÁVEIS CENÁRIOS PARA O FECHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA –RS 2005 (R\$ MILHÕES)*

		Var. Receitas						
		15,5%	16,0%	16,5%	17,0%	17,5%	18,0%	18,5%
Var. Despesas	16,0%	(942)	(876)	(811)	(746)	(681)	(616)	(550)
	16,5%	(1011)	(945)	(880)	(815)	(750)	(685)	(619)
	17,0%	(1080)	(1014)	(949)	(884)	(819)	(754)	(688)
	17,5%	(1149)	(1083)	(1018)	(953)	(888)	(823)	(757)
	18,0%	(1218)	(1152)	(1087)	(1022)	(957)	(892)	(826)
	18,5%	(1287)	(1221)	(1156)	(1091)	(1026)	(961)	(895)

Fonte dos dados brutos: SEFAZ-RS

Área em amarelo: maior probabilidade

Elaboração e Previsão: Unidade de Estudos Econômicos

Diante da conformação das contas públicas, espera-se que o Estado termine o ano novamente com déficit. Na tabela anterior são desenhados os cenários mais prováveis para o fechamento da Execução Orçamentária de 2005, conforme a variação nominal das receitas e das despesas.

Com relação a 2006, o Executivo propôs ao Legislativo o orçamento, já devidamente apreciado. Segundo a proposta do Executivo, o estado do Rio Grande do Sul contará com R\$ 18,7 bilhões provenientes de Receitas Correntes e com R\$ 786,2 milhões de Receitas de Capital, contabilizando, no total, R\$ 19,5 bilhões. No que condiz às despesas, o Orçamento prevê o mesmo montante, sendo R\$ 17,4 bilhões em despesas correntes e R\$ 2,1 bilhões em despesas de capital.

RECEITAS PREVISTAS PARA O ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2006

Tipos de Administração	Receitas Correntes	Receitas de Capital	Receitas Totais
Administração Direta	16.840.310.628	746.185.212	17.586.495.840
Autorarquias	1.815.114.512	16.278.467	1.831.392.979
Fundações	78.011.141	23.266.085	101.277.226
Total	18.733.436.281	785.729.764	19.519.166.045

Fonte: Secretaria do Orçamento e Planejamento

DESPESAS PREVISTAS PARA O ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2006

Tipos de Administração	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Despesas Totais
Administração Direta	12.007.279.368	1.749.243.759	13.756.523.127
Autorarquias	4.884.040.563	304.202.267	5.188.242.830
Fundações	510.286.447	64.463.641	574.750.088
Total	17.401.606.378	2.117.909.667	19.519.516.045

Fonte: Secretaria do Orçamento e Planejamento

Analisando-se a proposta para 2006, verifica-se novamente a existência de déficits ocultos, decorrentes de receitas orçadas a maior ²⁵. Os déficits ocultos vem sendo uma constante nas propostas orçamentárias estaduais. Segundo o autor, esses se transformarão em déficits efetivos dependendo “do grau de cumprimento das vinculações, do montante das receitas extras, do índice de inflação, do nível de investimentos e do sucesso no controle das demais despesas”. (Santos, 2005, p. 37)

Na proposta orçamentária de 2006, entre as receitas, destacam-se três grandes itens: a indenização por investimento em rodovias federais, a compensação adicional por exportações e as operações de crédito do Banco Mundial. Somente a referida indenização aparece somando R\$ 576 milhões, mesmo não constando na PLO2006 do Governo Federal. Já as operações de crédito com o Banco Mundial que totalizam R\$ 450 milhões, já presente na PLO2005 do Estado, não se concretizou em 2005 e ainda é uma incógnita para 2006. A

²⁵ Para uma discussão mais aprofundada desse assunto ver Santos, Darcy Francisco Carvalho dos. A Crise das Finanças Estaduais: causa e alternativas. Editora AGE: Porto Alegre, 2005.

proposta também conta com a compensação em decorrência da desoneração fiscal das exportações promovida pela Lei Kandir. Apesar da lei complementar nº 115 garantir que a União deva compensar os estados até 2006, a receita orçada nesse item supera em cerca de R\$ 500 milhões, a receita estimada. Portanto, como pode ser visto, apenas com essas três cifras soma-se mais de \$1,5 bilhões em receitas orçadas, porém com uma grande dose de incerteza de realização.

Do lado das despesas, existe outros três grandes problemas: o gasto com a folha de pagamento está sendo subestimado, bem como o serviço da dívida e as vinculações constitucionais. Esses três itens somados correspondem à cifra de R\$ 703 milhões. Quanto à despesa com pessoal, o orçamento de 2006 só contabiliza o crescimento vegetativo e ignora o reajuste concedido. No caso das vinculações constitucionais, os gastos com saúde, educação superior e ciência e tecnologia foram todos orçados a menor.

Assim, totalizam-se, aproximadamente, R\$ 2,2 bilhões de déficit oculto na proposta orçamentária de 2006. É importante ressaltar que esse déficit dificilmente se consolidará. Isso ocorre porque muitas vinculações não são cumpridas ou simplesmente são deixados restos a pagar.

DÉFICIT OCULTO NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2006

Receitas a Maior	
Indenização por investimento em rodovias federais	576,1
Compensação por exportações adicionais	502,8
Operação de crédito com o Banco Mundial	450
Subtotal	1528,9
Despesas a Menor	
Pessoal	201,5
Serviço da Dívida	205,7
Vinculações a menor	295,8
Subtotal	703,0
Total	2231,9

Fonte: Secretaria do Orçamento e Planejamento

Analisando-se a estrutura do déficit oculto no Estado, apresentam-se três fatores em destaque:

a) a contabilização de verbas incertas: o governo conta para a composição do orçamento com verbas que são incertas. Esse tipo de ação infla as receitas e, assim, vincula uma série de despesas que não necessariamente são cumpridas nem em termos de orçamento. É importante destacar que esse tipo de ação prejudica o próprio funcionamento do planejamento público ao provocar uma série de ajustes que seriam desnecessários caso o orçamento fosse minimamente realístico;

b) o não-cumprimento de vinculações constitucionais: a lei é clara no que diz respeito à aplicação de recursos públicos em saúde, educação e ciência e tecnologia. No entanto, há uma grande discussão sobre a forma como se vem cumprido o exigido por lei;

c) a subestimação de despesas: as despesas são orçadas a menor com o objetivo de fechar o orçamento, como exige a lei. Porém, ignorar despesas apenas prejudica o planejamento fiscal.

A fragilidade das contas públicas no Rio Grande do Sul tem se revelado nos últimos anos através dos déficits cada vez mais freqüentes. O ano de 2003 teve seu déficit atenuado por ações como o REFAZ I e II, a alienação de bens do Estado, o financiamento do 13º salário do funcionalismo público estadual através do empréstimo junto ao Banrisul e a antecipação do ICMS. Estes tipos de mecanismos mudaram o panorama conjuntural de 2003, mas não a situação de déficit estrutural que parece se configurar.

A situação do Estado é fácil de ser entendida. O cenário de déficit estrutural verificado é proveniente do alto grau de vinculação de receita e do alto grau de rigidez das despesas não-vinculadas, necessárias para a própria manutenção, mesmo que mínima, da máquina pública. Além disso, há um grave problema de falta de adequação das despesas às novas condições de receita. As desonerações fiscais provocadas pela Lei Kandir datam de 1996, isto é, passaram-se quase dez anos desde então. Se a receita diminuiu, o Estado teria que buscar formas de tentar diminuir seu tamanho, no sentido de promover coordenação orçamentária.

Para 2006, conforme o cenário I, as eleições não geram tensões na trajetória normal da economia brasileira. Assim, no âmbito regional, a agropecuária e a indústria recupera parte das perdas evidenciadas no último ano. Já o setor de serviços também apresenta taxas de crescimento positivas. A recuperação da economia gaúcha repercute numa maior arrecadação de ICMS. Numa perspectiva bastante otimista, o Estado encerra o ano com uma arrecadação nominal de R\$ 12,57 bilhões, registrando um crescimento de 9,8% em termos nominais sobre o que se espera arrecadar em 2005 (R\$ 11,45 bilhões).

Por sua vez, analisando-se o Cenário II, o menor ritmo de atividade econômica, propicia um menor crescimento da economia regional e um menor incremento de arrecadação. Assim, espera-se que o ano de 2006 encerre com uma arrecadação de R\$ 12,18 bilhões, isto é, 6,4% maior em termos nominais que o que se espera verificar em 2005. Dessa forma, estabelece-se um intervalo para a arrecadação de 2006, entre R\$ 12,18 e R\$ 12,57 bilhões.

ARRECADÇÃO DE ICMS – RS (R\$ BILHÕES)

2005*	2006*	
	Cenário I	Cenário II
11,45	12,57	12,18

*Previsão: Unidade de Estudos Econômicos / FIERGS

TEM CARRO? DEIXE-O EM CASA EM 2006!

Na ânsia de projetar um equilíbrio para o orçamento fiscal de 2006, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul prevê uma arrecadação recorde com multas de trânsito

O projeto de lei orçamentária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para 2006 já foi enviado para a Assembléia Legislativa e está sendo apreciado pelos parlamentares. Mesmo que represente apenas expectativa de receita e gastos relativos ao ano fiscal que se inicia, a abertura das contas por tipo e função de cada secretaria e órgão do Estado, pode revelar aspectos que devem nortear as ações dos três poderes.

Não é novidade que as contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul carregam uma boa dose de desequilíbrio orçamentário há vários anos, a despeito dos sucessivos recordes de crescimento da principal fonte de receita, o ICMS. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o orçamento deve ser apresentado com o adequado fechamento de receitas e despesas, sendo que, para cada nova despesa deve ser apontada a respectiva fonte de financiamento.

Neste aspecto, há um emaranhado de contas que discriminam os diversos tipos de receitas esperadas para o próximo ano, distribuídas em três volumes que somam mais de mil páginas. Porém, não é preciso ir muito longe para identificar aspectos no mínimo curiosos dessa proposta.

A receita total do Governo do Estado pode ser dividida em dois grandes grupos, as correntes e as de capital. No primeiro caso, inclui-se as provenientes da arrecadação de impostos (ICMS, IPVA e outros), as contribuições previdenciárias e outras. Vale destacar que as receitas correntes correspondem a cerca de 96% do total que o governo arrecada. É justamente neste grupo onde aparece a projeção de receita com multas, por exemplo, em especial as relacionadas ao trânsito.

A proposta orçamentária prevê que o Governo arrecade o equivalente a R\$ 135 milhões com multas de infração de trânsito, divididas em gerais (R\$ 63 milhões), as aplicadas pelo batalhão de polícia rodoviária (R\$ 26 milhões) e pelos controladores eletrônicos, os famosos pardais (R\$ 46 milhões). A princípio, de forma relativa estes não parecem ser números muito grandes se comparados com o total de receitas correntes projetadas (R\$ 18,7 bilhões), mas é muito superior ao que se previa em anos anteriores e também, relativamente ao número de automóveis e da população.

Analisando as mesmas contas para anos passados, podemos ver que realmente a expectativa do Governo é que os motoristas gaúchos sejam mais imprudentes no ano de 2006. Em 2004, a previsão orçamentária para o grupo “multas de trânsito”, estas mesmas três aqui assinaladas, era de R\$ 110 milhões. Provavelmente, na elaboração do orçamento de 2005, já se contava com um maior respeito às regras de trânsito, de tal forma que a previsão era de uma arrecadação de apenas R\$ 81 milhões, uma queda de 26% sobre o ano passado.

O que poderia levar a uma revisão para cima em 67% nestes valores projetados para 2006 sobre 2005? Vamos ficar realmente mais imprudentes? O valor da UFIR irá aumentar? O Governo está inchando as receitas para adaptar alguma nova despesa, tal como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal? Vejamos. Não há previsão de a UFIR ter uma revisão de

seu valor, pelo menos na magnitude que justifique 67%, dada a baixa inflação do período. Então, é de se esperar que esta justificativa não seja válida.

Não temos estatísticas disponíveis, pelo menos públicas, sobre o percentual de infrações por condutor, ou veículo, no Estado. Mas, mesmo que estejamos mais propícios a desrespeitar as leis de trânsito em 2006, seja porque é ano eleitoral ou de copa do mundo, seria difícil combinar com todos os motoristas aptos a dirigirem, a ponto de aumentarmos o número de multas nesta magnitude. Além disso, não deverá ocorrer uma explosão no número de veículos ou de condutores de um ano para o outro, ou seja, não esperamos um “driver boom”. A título de ilustração, o Rio Grande do Sul possui uma frota de cerca de 3,5 milhões de veículos, dentre automóveis, camionetes, ônibus, motocicletas, tratores dentre outros. Considerando apenas aqueles que transitam nas rodovias (apesar de trator poder se deslocar entre uma fazenda e outra, preferimos excluí-lo da análise) teremos então um total de 3,1 milhões de veículos passíveis de obterem alguma multa de trânsito.

Esse total representa cerca de 2,2 habitantes por veículo, considerando a parcela da população acima de 20 anos. Se considerarmos o total da população, então esta relação passa a ser de 3,4. Como a frota de veículos no Rio Grande do Sul tem aumentado a uma taxa média de 6,6% ao ano, portanto, acima do crescimento populacional, que é de 1,1%, esta relação deve cair para 2,17 habitantes/veículo, e a nossa frota deve atingir a marca de 3,3 milhões de veículos em 2006. Pelos números previstos de multa no orçamento, então podemos esperar que, na média, cada veículo no Rio Grande do Sul pague cerca de R\$ 40 no próximo ano ao governo do Estado, a título de infração de trânsito (excesso de velocidade, falta de documento, conduta errada no trânsito e etc).

Desta forma, a não ser que acreditemos que o Governo está apenas tentando inflar uma receita, para poder equilibrar o balanço de final de ano, então a melhor opção seja deixar o carro em casa no ano que vem, ou então já reservar R\$ 40 para o caso de uma “eventualidade”.

Publicado no Informe Econômico Nº 45 de 07/11/2

4. TÓPICO ESPECIAL – Para Onde vai o Câmbio?

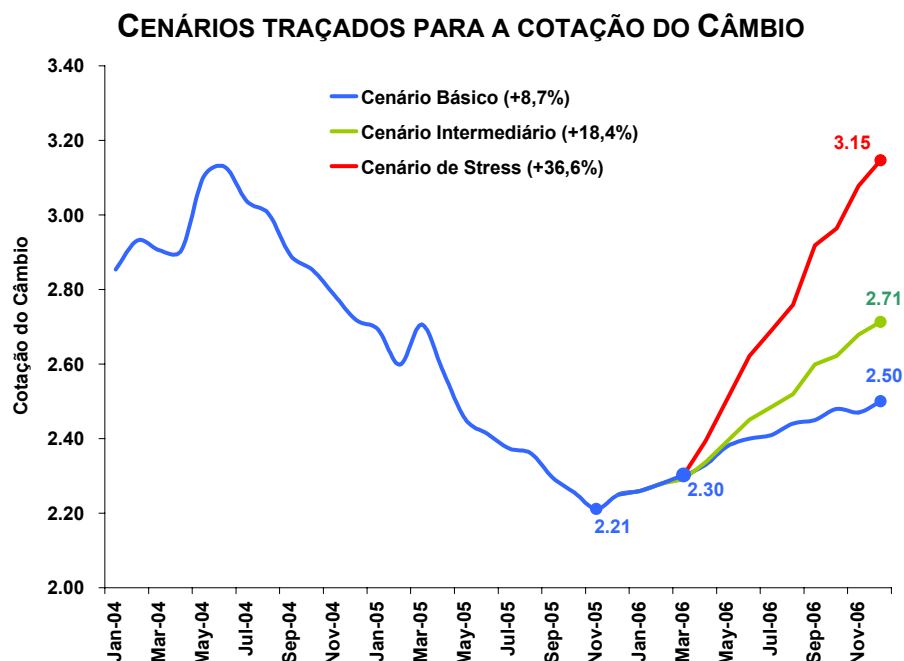
Durante o ano de 2005, a elevação das exportações (+23%) muito acima das importações (+17%) e a redução do risco-país a patamares baixos - impulsionado pela melhora dos indicadores macroeconômicos internos e do aumento da liquidez internacional - que também criou um ambiente propício para a melhora no perfil da dívida externa brasileira, tanto no setor público quanto no privado, foram os fatores mais importantes para explicar a valorização da taxa de câmbio.

É importante destacar que, em um regime de taxa de câmbio flexível, a relação entre oferta e demanda determinará a trajetória da cotação da moeda e, como o ano foi marcado por um cenário onde a oferta de dólares para o Brasil superou, em muito, a demanda, é natural supor um movimento em direção a uma valorização. Mesmo as intervenções pontuais promovidas pelo Banco Central não foram suficientes para reverter essa tendência e o real deverá terminar o ano de 2005 cotado em torno de R\$/US\$ 2,20, com média de R\$/US\$ 2,44.

Apesar de se ter elementos para explicar essa valorização, esse cenário surpreendeu a investidores, analistas e exportadores pela intensidade em que ocorreu. Comparando as expectativas de mercado para dezembro de 2005, feitas no início do ano, podemos notar como essas foram se adaptando às modificações no cenário econômico. É possível notar, claramente, uma tendência à valorização da moeda nacional onde, em nenhum momento, a cotação superou R\$/US\$ 2,78.

Os cenários traçados para o ano de 2006 consideram a influência do risco no campo político ser materializado na taxa de câmbio. Como se sabe, essa é a variável que apresenta uma sensibilidade muito alta a modificações no curto prazo e mesmo a redução da exposição de dívida a variações cambiais, não deverá evitar um aumento da volatilidade no mercado cambial. É importante ressaltar que o aumento dessa volatilidade deverá ter início assim que estiverem definidos os candidatos, as propostas de campanha para a área econômica e os primeiros resultados das pesquisas eleitorais. Nesse caso, acredita-se que o mês de abril deva ser o divisor de águas.

Além disso, considera-se como hipótese para 2006 uma redução da diferença entre a oferta e demanda por dólares. Isso se justifica não apenas pelo aumento mais acentuado das importações frente as exportações, mas também por maiores gastos na conta de serviços e menores fluxos financeiros, a despeito da elevada liquidez internacional. Sendo assim, é natural supor um lento ajuste na cotação da moeda que, no cenário básico, deverá atingir, segundo nossas projeções, a cotação de R\$/US\$ 2,50 ao final do ano, o que representa uma pequena desvalorização de 8,7% sobre a cotação de março de 2006.



No cenário alternativo, projeta-se uma maior oscilação da moeda nacional onde, partindo de março, o câmbio pode chegar a R\$/US\$ 3,15 com desvalorização em torno de 36%. Vale ressaltar que, dentro desse intervalo de previsão, pode ocorrer qualquer trajetória para o câmbio, dada a sua imprevisibilidade. Em todo caso, esse exercício tem apenas o intuito de chamar a atenção para os elementos de risco que se colocam diante do cenário macroeconômico no ano de 2006 e suas consequências sobre a cotação da moeda.